



---

# COMPLEXO ARQUEOLÓGICO SERRA DO MORCEGO, CAXINGÓ (PI):

---

Proteção, conservação e manejo de sítios arqueológicos de registros rupestres

Ana Flávia Sousa Silva

TERESINA  
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA**

**ANA FLÁVIA SOUSA SILVA**

**Complexo Arqueológico Serra do Morcego, Caxingó (PI): proteção, conservação e  
manejo de sítios arqueológicos de registros rupestres**

Teresina

2014

ANA FLÁVIA SOUSA SILVA

Complexo Arqueológico Serra do Morcego, Caxingó (PI): proteção, conservação e manejo de sítios arqueológicos de registros rupestres

Versão final da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, área de concentração em Cultura Material e Conservação de Sítios Arqueológicos, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia e Arqueologia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Conceição Soares Meneses Lage

Teresina

2014

#### FICHA CATALOGRÁFICA

S586c Silva , Ana Flávia Sousa.  
Complexo Arqueológico Serra do Morcego, Caxingó (PI):  
proteção, conservação e manejo de sítios arqueológicos de registros  
rupestres/ Ana Flávia Sousa Silva – Teresina : UFPI, 2014.  
135f.: il

Dissertação ( Mestrado em Antropologia e Arqueologia ) –  
Universidade Federal do Piauí, 2014.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Conceição Soares Meneses Lage.

1. Arte rupestre - conservação. 2. Patrimônio arqueológico. 3.  
Programa de proteção – sítio arqueológico - Caxingó . I . Título.

CDD 930.1

BIBLIOTECÁRIO DOCUMENTALISTA: JOSÉ EDIMAR LOPES DE SOUSA JÚNIOR

ANA FLÁVIA SOUSA SILVA

Complexo Arqueológico Serra do Morcego, Caxingó (PI): proteção, conservação e manejo de sítios arqueológicos de registros rupestres

Versão final da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, área de concentração em Cultura Material e Conservação de Sítios Arqueológicos, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia e Arqueologia

Teresina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Conceição Soares Meneses Lage –CCN/UFPI - Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Maria Campelo Magalhães – CCN/UFPI – Membro Externo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca Verônica Cavalcante – CCHL/UFPI – Membro Interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacionira Coêlho Silva – CCN/UFPI - Suplente

Dedico esse trabalho às duas principais  
inspirações da minha vida, meus pais, ***Ossian  
Doralino e Isaura.***

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ossian e Isaura, os mestres e responsáveis por uma criação baseada na força de vontade e na conquista dos objetivos por força própria. Os eternos companheiros nos momentos bons e ruins, incentivadores dedicados e batalhadores que mostraram para todos os filhos a importância do crescimento humano e intelectual baseado na educação;

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Conceição Soares Meneses Lage, orientadora deste trabalho, pelos ensinamentos que levarei para toda vida, pelo exemplo de boa vontade, atenção, paciência, compreensão, ética, comprometimento com a educação e profissionalismo e principalmente pela confiança prestada;

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia, atualmente Programa de Pós – Graduação em Antropologia (PPGANT), pela oportunidade, e à todos os professores do programa;

À professora doutora Ana Clélia Barradas Correia (*in memoriam*) pelas orientações e observações atribuídas ao trabalho durante as etapas de defesa do projeto e Banca de qualificação;

Às professoras doutoras Sônia Maria Câmpelo Magalhães, Francisca Verônica Cavalcante e Jacionira Coêlho Silva pelas avaliações e contribuições ao texto final desta dissertação;

Aos companheiros de turma: Amalle, Amanda (Carol), Dinoelly, Gabriel, Helane, Jane, Laila, Laiz, M<sup>a</sup> do Amparo, Marta, Ornella, Pedro e Robert;

Ao Pedro Gaspar pelo companheirismo durante todo o processo de realização do mestrado, pelas contribuições e colaborações ao trabalho;

Aos que contribuíram direta e indiretamente para concretização da pesquisa, em especial ao senhor Genilson Veras, ao Mateus Portela e ao senhor Alcide Filho;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de auxílio à pesquisa;

Por fim, mas igualmente importante, aos amigos e familiares que compreenderam as ausências e incentivaram a conclusão dessa etapa de realização acadêmica, especialmente, à Gilmara Cantanhêde pelos conselhos, companheirismo e compreensão;

À todos que torceram pelo sucesso dessa pesquisa, meus sinceros e eternos  
AGRADECIMENTOS.

*Por isso, o momento passado está morto como tempo, não porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (SANTOS, 2007, p. 14)*

## RESUMO

O presente trabalho tem como proposta central a proposição de critérios para o estabelecimento dos parâmetros necessários ao manejo de sítios arqueológicos de registros rupestre visando sua proteção e conservação. Como aporte para a construção desses critérios utiliza-se a avaliação e documentação dos sítios arqueológicos situados na área do Complexo Arqueológico Serra do Morcego, localizado no município de Caxingó, região Norte do Estado do Piauí. Os principais aspectos abordados correspondem ao estudo diagnóstico do estado de conservação como instrumento de manejo de sítios arqueológicos em área protegidas. Os objetivos específicos concentram-se na identificação e avaliação do estado atual dos problemas de conservação dos sítios arqueológicos; na avaliação dos sítios visando atividades científicas, educacionais e turísticas e no estabelecimento de critérios para assegurar a proteção dos sítios arqueológicos a partir da criação de Unidades de Conservação. A metodologia adotada é pertinente ao caráter exploratório – descritivo da pesquisa e corresponde aos critérios necessários para a construção da presente proposta de trabalho.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Arte rupestre. Conservação.

## **ABSTRACT**

This work is mainly proposed indication criteria for the establishment of a future program of protection, conservation and Serra do Morcego Archaeological Complex management, located in the county Caxingó, Piauí, Brazil. The research is guided in the preservation of archaeological sites and the powers of the management of Protected Areas. The specific objectives focus in the identification and assessment of the current state of conservation problems of archaeological sites; assess the impact that recreational, educational and tourist activities can cause the archaeological record, and the establishment of criteria to ensure the protection of archaeological sites from the creation of the Private Reserve of Natural Heritage Serra do Morcego. The methodology is applicable to exploratory - descriptive research and is divided between literature, documentary research and field study in order to investigate the relationships relevant to the proposed objectives.

**Keywords:** Heritage. Rock Art. Conservation.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa esquemático das principais concentrações de sítios arqueológicos do Estado do Piauí.....	42
Figura 2 - Mapa de localização dos sítios arqueológicos do município Caxingó. ....	46
Figura 3 - Localização do Complexo Arqueológico Serra do Morcego.....	49
Figura 4 - Panorâmica da Serra do Morcego.....	50
Figura 5 – Acesso principal ao município Caxingó. ....	51
Figura 6 – Apontamento da localização da Serra do Morcego quanto o esboço geológico do município Caxingó. ....	52
Figura 7 – Área de Tensão Ecológica no Piauí. ....	54
Figura 8 – Olho D’água do Covão. ....	56
Figura 9 – Sítio Arco do Covão.....	62
Figura 10 – Representação de fitomorfo no Sítio do Jeferson. ....	63
Figura 11 – Fitomorfo sítio Paineis da Folha.....	63
Figura 12 – Carta Imagem da Área de Proteção Serra da Ibiapaba.....	71
Figura 13 - RPPN Fazenda Centro. ....	73
Figura 14 – Entrada da propriedade .....	82
Figura 15 – Estrada de acesso à trilha .....	83
Figura 16 – Ocorrências próximas ao sítio do Anjo.....	85
Figura 17 – Paineis com pinturas rupestres do sítio Arco do Covão antes e depois da limpeza. ....	108
Figura 18 – Matriz de avaliação da fragilidade dos registros.....	121
Figura 19 – Visualização do potencial de uso dos sítios .....	123

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Conservação de Proteção Integral .....	36
---	----

Quadro 2 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	36
Quadro 3 – Sítios cadastrados em Buriti dos Lopes em 1986. ....	44
Quadro 4 – Sítios cadastrados em Caxingó entre 1995 e 1996. ....	44
Quadro 5 – Sítios da Área Arqueológica Caxingó. ....	57
Quadro 6 - Unidades de Conservação do Piauí. ....	69
Quadro 7 – Etapas de elaboração do Plano de Manejo para RPPN's .....	75
Quadro 8 – Sítio Arqueológico Sítio do Anjo. ....	84
Quadro 9 – Sítio Arqueológico Boqueirão da Coruja Branca. ....	86
Quadro 10 – Sítio Arqueológico Sítio do Jeferson. ....	87
Quadro 11 – Sítio Arqueológico Pannel da Flor. ....	88
Quadro 12 – Sítio Arqueológico Fases da Lua. ....	89
Quadro 13 – Sítio Arqueológico Letreiro da Torre. ....	90
Quadro 14 – Sítio Arqueológico Pannel da Folha. ....	91
Quadro 15 – Sítio Arqueológico Caverna da Galinha. ....	92
Quadro 16 – Sítio Arqueológico Mirante. ....	93
Quadro 17 – Sítio Arqueológico PI-CX-01-2014. ....	94
Quadro 18 – Sítio Arqueológico PI-CX-02-2014. ....	95
Quadro 19 – Sítio Arqueológico PI-CX-03-2014. ....	96
Quadro 20 – Sítio Arqueológico PI-CX-04-2014. ....	97
Quadro 21 – Sítio Arqueológico PI-CX-05-2014. ....	98
Quadro 22 – Sítio Arqueológico PI-CX-06-2014. ....	99
Quadro 23 – Sítio Arqueológico Arco do Covão. ....	100
Quadro 24 – Referência para a análise dos valores utilizados na avaliação. ....	119
Quadro 25 – Matriz de variáveis dos sítios arqueológicos. ....	120
Quadro 26 – Medidas que devem ser observadas para eventual uso público. ....	124

## LISTA DE PRANCHAS

Prancha 1: Elementos gráficos da Tradição Caxingó.....	61
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

Conama - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil)

EDS - Energy Dispersive x – ray (Espectroscopia por energia dispersiva)

EDXRF - Energy Dispersive X-Ray Fluorescence

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EP - Educação Patrimonial

Funarte - Fundação Nacional de Arte

FUNDAC - Fundação Cultural do Piauí

FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano

FUNDEC - Fundação Cultural e dos Desportos do Piauí

ICHAM - International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

IFRAO - International Federation of Rock Art Organisations

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEV - Microscópio Eletrônico de Varredura

NAP - Núcleo de Antropologia Pré-Histórica

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PARNA - Parque Nacional

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UC - Unidade de Conservação

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UTM - Universal Transversa de Mercator

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 1 - PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANEJO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: CONCEITOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	21
1.1 Aportes para a Noção de Patrimônio Cultural no Brasil.....	24
1.1.1 Patrimônio Arqueológico.....	30
1.2. Gestão do Patrimônio Arqueológico.....	32
1.2.1 Áreas Protegidas e Recursos Culturais.....	34
1.2.2 Aproveitamento Turístico dos Recursos Culturais .....	38
<b>CAPÍTULO 2 - COMPLEXO ARQUEOLÓGICO SERRA DO MORCEGO: SÍTIOS E PROBLEMÁTICA</b> .....	41
2.1 Complexo Arqueológico Serra do Morcego .....	46
2.1.1 Localização.....	48
2.1.2 Geomorfologia .....	51
2.1.3 Vegetação e Clima .....	53
2.1.4 Recursos Hídricos .....	55
2.1.5 Registros Rupestres.....	56
2.1.6 Relatos e (re) conhecimento do Complexo Arqueológico Serra do Morcego.....	64
2.3 Serra do Morcego enquanto Área Protegida .....	69
2.4 Problemática.....	78
2.5 Objetivos .....	80
<b>CAPÍTULO 3 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO: ESTABELECENDO CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA O MANEJO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b> .....	82
3.1 Descrição dos Sítios Arqueológicos .....	83
3.2 Problemas de Conservação Identificados.....	101
3.3 Categorias de Análise.....	109
2.3.1 Metodologia para análise dos sítios .....	112
3.4 Coleta de dados: Fichas técnicas.....	117
3.4.1 Ficha para Registros de Sítios Arqueológicos .....	117
3.4.2 Ficha Técnica de Conservação de Arte Rupestre .....	118
4.2 Manejo de Sítios Arqueológicos de Arte Rupestre.....	118
Considerações Finais .....	126
Referências Bibliográficas .....	130

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas para a proteção patrimonial surgiram com a ideia de Estado-Nação mediante a crescente necessidade de construção de uma identidade nacional concebida nos primórdios da Revolução Francesa<sup>1</sup>. No mesmo ensejo, a construção de uma legislação específica foi fortalecida pelas premissas pontuadas nas Cartas Patrimoniais Internacionais que, em caráter sintetizador e indicativo, definiram conceitos e recomendações com a contribuição de vários países.

No Brasil, a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) espelhou os intentos internacionais e formalizou a institucionalização da proteção aos objetos e monumentos de interesse histórico e artístico em 1937. O ponto de partida foi a proposição do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade e outros modernistas da época e o seu fortalecimento foi obtido com a assinatura do Decreto – Lei nº 25, em 1937, que reforçava a ideia de patrimônio histórico nacional caracterizado, sobretudo, pelos bens edificados.

O cenário político alterado na década de 1970, embora conturbado, introduziu novas oportunidades no panorama da proteção ao patrimônio. Nessa fase, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) redirecionou à discussão da diversidade cultural e, mesmo após a unificação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), perpetuou a ampliação do conceito de patrimônio que culminou na garantia dos direitos, da conservação e da valorização das manifestações culturais, assim como contribuiu para a definição de patrimônio cultural brasileiro em sua pluralidade nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988. Além disso, resguardando os avanços de cada época, os órgãos administradores<sup>2</sup> do patrimônio visaram a delimitação dos conceitos; o direcionamento das práticas de proteção, a salvaguarda, gestão; e a orientação de trabalhos de pesquisa, tanto em âmbito nacional, quanto regional e local.

---

<sup>1</sup>Françoise Choay (2001), em sua obra intitulada “Alegoria do Patrimônio”, traça um panorama detalhado da constituição dos monumentos históricos transformados na ideia de patrimônio ao longo de várias mudanças políticas e econômicas que interferiram nas mudanças de pensamento. Dentre elas, a Revolução Francesa e a atribuição de patrimônio aos monumentos nacionais através do tombamento e seu caráter fortemente político.

<sup>2</sup>O IPHAN, enquanto órgão gestor do patrimônio no Brasil, teve um papel fundamental na construção do sentido de patrimônio utilizado atualmente. No entanto, Almir Félix Batista de Oliveira, em “O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil”, deixa claro as várias mudanças ocorridas desde da fundação do então SPHAN em 1937. Tanto as transformações na direção do órgão quanto as alterações em órgãos superiores, como o Ministério da Cultura (MINC), contribuíram para as diferentes nuances tomadas pelo órgão.

Em relação aos Bens<sup>3</sup> de natureza arqueológica, a criação da Lei 3.924, de 26 de Julho de 1961, colaborou para a maior visibilidade e proteção legal dessa categoria. Contudo, o conceito de patrimônio permaneceu engessado na acepção de monumento nacional, pouco contribuindo para evitar o distanciamento entre as designações dos gestores e a percepção dos cidadãos sobre o que o era de fato patrimônio arqueológico. Entre outros, coube ao pesquisador o desafio de diminuir as divergências entre a preservação patrimonial do material arqueológico<sup>4</sup> e a concretização do ideário desenvolvimentista problematizada pela pungente ampliação da infraestrutura do país e enfatizada pela necessidade crescente de trabalhos de arqueologia preventiva, também conhecida como arqueologia de contrato ou consultiva.

A arqueologia preventiva evidenciou ainda o entrelaçamento entre patrimônio arqueológico e patrimônio ambiental, assim como colaborou para o aumento do registro de sítios arqueológicos. Segundo a Caldarelli (2009, p. 21), a partir do avanço dos canteiros de obras, a Política Nacional de Meio Ambiente foi efetivamente instituída, tornando-se regulamentada pela Resolução nº 01, em 1986, e incorporada pela Constituição de 1988, Art. 225. Nesse artigo, fica exposto o direito de todo cidadão a um meio ambiente equilibrado e a garantia desse direito incumbida ao Poder Público através da exigência de que toda obra de grande degradação tenha de passar por um Estudo de Impacto Ambiental, que tem como uma das etapas, o estudo sócio – econômico, no qual agrega o patrimônio arqueológico, histórico e cultural, como coloca a pesquisadora.

Em uma corrente contrária, a criação de Áreas Protegidas no Brasil, com o objetivo primário de proteger áreas naturais com características especiais, transformou grandes extensões de terra em redutos preservados e conseqüentemente contribuiu e contribui para a conservação de muitos sítios<sup>5</sup> arqueológicos. Nesse sentido, o patrimônio arqueológico, como no caso da arqueologia preventiva, é limítrofe ao patrimônio ambiental, impossível até mesmo de dissociar um do outro.

As Áreas Protegidas possuem peculiaridades que garantem acesso a uma preservação das características naturais, sendo consideradas neste trabalho como meio que fortalece as iniciativas de conservação do patrimônio arqueológico de uma determinada região. Embasadas

---

<sup>3</sup>Nesse trabalho será adotado o seguinte termo para fazer referência aos sítios arqueológicos, vestígios e materiais de origem arqueológica e empregado como sinônimo de patrimônio.

<sup>4</sup> O termo “material arqueológico” é utilizado como alternativa para caracterizar o objeto de estudo nas pesquisas arqueológicas.

<sup>5</sup>Renfrew e Bahn (1993) definem sítios arqueológicos como lugares onde são achados conjuntos de artefatos, construções, estruturas e restos orgânicos e ambientais.

pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Unidades de Conservação (UC's) possuem diretrizes próprias que asseguram ações de preservação e sustentabilidade.

Tanto Unidades de Uso Integral quanto de Uso Sustentável possuem objetivos específicos que norteiam as necessidades de planejamento, refinados em cada categoria. As Unidades de Proteção Integral têm o propósito primário de “[...] preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto<sup>6</sup> dos seus recursos naturais [...]” (BRASIL, 2000). Nas Unidades de Uso Sustentável o objetivo é “[...] compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável [...]” (BRASIL, 2000). No total, as duas unidades apresentam doze categorias com objetivos e características próprias.

Tanto no universo da preservação e proteção ambiental quanto do crescimento econômico e estrutural do país, os questionamentos sobre as possibilidades de alinhamento entre o desenvolvimento, o uso sustentável, a aproximação com o cidadão e a salvaguarda do patrimônio, no caso o arqueológico, são cada vez mais pulsantes. Por um lado, têm-se os mecanismos legais criados pelo poder público visando resultados positivos que criam um contexto favorável e legitimado quando colocados em prática. Por outro, têm-se a diversidade de situações e as realidades encontradas em um país continental que dificultam o trabalho do profissional em arqueologia.

Tais temas, entretanto, estão ligados ao presente trabalho dissertativo nos seguintes pontos: a documentação de sítios arqueológicos entendidos pela ideia de patrimônio e a necessidade de estudá-los pelo viés conservacionista para assegurar o prolongamento do intercâmbio entre presente e passado estabelecido por esses lugares; a proteção e conservação de sítios arqueológicos em áreas de Unidades de Conservação como objetivo de sustentabilidade e desenvolvimento.

O enquadramento da pesquisa, portanto, está no processo de idealização da Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Morcego, que limita a área de estudo formada por um universo de dezessete (17) sítios arqueológicos, situada em propriedade da senhora Iana Machado Portela e do senhor Genilson Veras, ligada anteriormente a Fazenda Lagoa do Barro, referência da localidade Cocalinho, que tem como intuito contribuir para a preservação dos recursos naturais e o do equilíbrio entre os meios bióticos e abióticos e conseqüentemente dos

---

<sup>6</sup> Segundo a Lei 9. 985/00, Art. 2º, inciso IX, entende – se por uso indireto qualquer atividade que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

sítios arqueológicos, possibilitando o uso sustentável dos recursos por meio de atividades ecoturísticas, educacionais, recreativas e científicas.

Assim, tendo em vista a possibilidade de utilização da área do Complexo Arqueológico Serra do Morcego atrelado a um objetivo holístico global de melhorar a qualidade de vida das populações e seus respectivos ecossistemas através da conservação racional, rentável e sustentável dos recursos culturais (MOLINARO *et al*, 2001), a proposta deste estudo corresponde à proposição de diagnóstico de conservação como critério para o manejo de sítios arqueológicos inseridos no contexto de Áreas Protegidas, considerando a análise e avaliação dos fatores ambientais e antrópicos em concordância com permissões e intervenções relacionados com a investigação, conservação e uso público dos recursos culturais.

Nesse enfoque, a metodologia aplicada abordou três etapas: levantamento bibliográfico e documental, pesquisa de campo e análise dos dados. A pesquisa de campo, por sua vez, foi desenvolvida em três viagens ao local de estudo. A primeira realizada em setembro de 2012, a segunda em março de 2013 e a terceira em janeiro de 2014.

O estudo priorizou a investigação *in situ* da localização dos sítios; a avaliação do estado atual de preservação dos registros rupestres; da percepção do pesquisador quanto à realidade das condições naturais que envolvem cada sítio; do reconhecimento da área como um todo. Na última etapa de campo foram incluídas entrevistas a moradores das casas que ficam no entorno da propriedade com o objetivo de identificar a relação entre as pessoas, o espaço e o patrimônio arqueológico.

No tocante aos resultados obtidos, vale ressaltar, que investigações como essas não são concluídas com apenas um trabalho e apenas um ponto de vista, o do pesquisador em questão. Para o entendimento completo da área serão necessários trabalhos consecutivos e interdisciplinares que deverão ser flexíveis ao ponto de proporcionar a complementação do conhecimento de forma contínua. Portanto, os resultados obtidos corresponderam aos objetivos interligados à proteção do patrimônio arqueológico.

Posto isso, o presente trabalho dissertativo possui quatro capítulos que discorrem respectivamente sobre o universo da pesquisa; o arcabouço teórico; a metodologia aplicada; e a análise e avaliação dos dados coletados.

No Capítulo 1 são aprofundados os conceitos e o enquadramento teórico referentes às reflexões sobre a categoria patrimônio e suas relações com as medidas de conservação e proteção patrimonial adotadas nos âmbitos acadêmico, legal e público, partindo de um

contextualização política e histórica e almejando as novas perspectivas de difusão, enfatizando a atribuição de recurso e a necessidade de gestão posto a crescente ampliação do patrimônio arqueológico e das novas demandas ao profissional arqueólogo.

O Capítulo 2 introduz a caracterização da área de estudo através da apresentação dos aspectos que tornaram a Serra do Morcego objeto de estudo desse trabalho tendo em vista o levantamento de pesquisa desenvolvidas na região Centro-Norte que tiveram como objetivo a conservação de sítios arqueológicos, a caracterização geográfica do município Caxingó e da área de estudo e o levantamento dos trabalhos envolvendo os registros rupestres do Complexo Arqueológico Serra do Morcego, bem como o delineamento do contexto da área enquanto Área Protegida. O objetivo dessa caracterização é a exposição dos pontos relevantes que interferem no desenvolvimento da metodologia de pesquisa em conservação, além de inserir a explanação sobre os sítios arqueológicos no contexto da dissertação.

O Capítulo 3 discorre sobre os resultados dos levantamentos realizados em campo e a avaliação dos sítios arqueológicos a partir do tratamento dos dados. Neste capítulo, apresenta-se a caracterização dos sítios arqueológicos do Complexo Arqueológico Serra do Morcego, bem como os respectivos dados referentes ao estado de conservação dos registros arqueológicos com base na metodologia utilizada. As fichas técnicas empregadas na investigação em campo, o equipamento, as entrevistas e as alterações realizadas mediante a realidade encontrada nas fases do levantamento bibliográfico, levantamento em campo e no trabalho de dissertar. Além disso, contextualiza as variáveis de análise e avaliação dos sítios arqueológicos do Complexo Serra do Morcego utilizada para o estabelecimento dos parâmetros de manejo. Os resultados a partir dos dados coletado são utilizados em seguida para a definição de parâmetros que devem ser observados na construção da proposta de manejo do patrimônio arqueológico da Serra do Morcego.

## CAPÍTULO 1 - PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANEJO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: CONCEITOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O reconhecimento do estudo de sítios arqueológicos na construção da história humana revelou a necessidade de proteção, conservação e, mais tardiamente, o manejo dos seus elementos nos respectivos contextos sociais. Compreendidos como patrimônio, os vestígios<sup>7</sup> arqueológicos foram inseridos no processo de definição do termo e galgaram legislação específica. A proteção legal conferida ao patrimônio como um todo, também acompanhou esse processo e os novos rumos designados pela globalização implicaram em outras atribuições. Patrimônio, como recurso econômico, educativo e turístico, transformou – se em possibilidades de promoção da cultura.

O patrimônio arqueológico, portanto, faz parte de um contexto que se inicia na pretensão de registrar, conservar e proteger. D'Alessio (2012, p. 79) ressalta que a relação com o tempo na prática do registro dos acontecimentos, ou na ausência dela, é o que diferencia as sociedades. A autora cita Le Goff (1984) para enfatizar que a diferenciação entre passado e presente em diferentes culturas ocorre através da necessidade, ou não, de registrar e preservar a memória. Registrar, de acordo com Le Goff (1984), indica consciência histórica, que por sua vez, é uma operação intelectual que pressupõe a passagem do tempo, e também a necessidade de preservação do tempo vivido. Nesse sentido, ainda segundo o autor, o reconhecimento do passado através do registro liberta possibilitando novas experiências e ao mesmo tempo aponta para os perigos do esquecimento.

O registro, no sentido de apreensão do passado, pode ser realizado em várias formas. Um objeto ou documento, um edifício ou uma praça, uma fotografia ou vídeo, uma obra de arte ou um livro, são as formas mais frequentes de materialização da memória e de tudo que fica no campo mental no mundo contemporâneo. Contudo, esse processo significa também preservar o passado. É a “transformação das lembranças em marcas materiais maiores que a vida humana” (D’ALESSIO, 2012, p. 80).

---

<sup>7</sup>Os vestígios podem ser “tudo que indica a presença ou atividade humana em um determinado local” (PROUS, 1992, p. 25), vestígios materiais de origem orgânica e inorgânica; e vestígios sugestivos que apontam a presença dos vestígios materiais ou de atividade. Os artefatos “são os objetos móveis modificados ou feitos pelo homem” (RENFREW e BAHN, 1993, p. 43). As estruturas são “conjuntos significativos de vestígios” (PROUS, 1992, p.26).

Abreu (2007), em “Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva”, introduz a questão da memória social em relação à concepção cíclica e linear de tempo. A autora aponta que a memória social, pelo o ponto de vista das Ciências Sociais ligadas ao “aspecto holista das sociedades [...] de agregação entre os indivíduos no espaço e no tempo” (ABREU, 2007, p.263-264), é concebida de maneira linear quando os acontecimentos são históricos e acontecem de forma imprevisível; e cíclica, quando estes são previsíveis e repetitivos.

No contexto levantado por Abreu, essas duas percepções de tempo interferem na noção de patrimônio. Na primeira, o patrimônio é tido como herança, estabelecendo uma ligação entre passado, presente e futuro. Na segunda, o patrimônio é disseminado no tecido social pelas experiências, pelas práticas, pela vivência.

No primeiro contexto, caracterizado pelo modelo ocidental moderno, a noção de patrimônio como herança pode ser verificada através do estudo, por exemplo, da etimologia das palavras que designam o termo em alguns idiomas ocidentais. Funari (2001) caracteriza bem esse consenso ao levantar uma análise etimológica simples de alguns idiomas e sintetizar da seguinte forma:

As línguas românicas usam termos derivados do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães usam *Denkmalpflege*, “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “àquilo que foi ou pode ser herdado” mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, “levar a pensar”, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*), *Denkmal* (em alemão, *denken* significa “pensar”) e aos antepassados, implícitos na “herança” (FUNARI, 2001, p. 23).

No entanto, a abrangência empírica construída pelos aspectos históricos e sociais do grupo está presente na forma de definir patrimônio tanto quanto o sentido de herança. Patrimônio como um concatenado de registros da memória social de um grupo relacionado a um tempo específico e repassado para as gerações futuras através da materialização das ideias ou das práticas sociais atribuí à palavra a dinâmica da aplicação prática percebida e utilizada no cotidiano em seus múltiplos sentidos. Arantes (2006, p. 426) fala em construção social para sintetizar esse aspecto.

Ainda no âmbito analítico, outro aspecto importante para a construção do conceito do termo, é o estudo do patrimônio enquanto categoria de pensamento. Nesse sentido, Gonçalves (2003, p.22) ressalta: “parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra”.

A antropologia, a sociologia, a história e a arqueologia, por exemplo, dentro de suas atribuições, inferem sobre esta categoria de maneiras diferenciadas e também complementares. A antropologia tradicionalmente pondera de modo consistente como essa categoria está “presente em sistemas de pensamentos não – modernos ou tradicionais e quais os contornos semânticos que ela pode assumir em contextos históricos e culturais distintos” (GONÇALVES, 2003, p. 21). A sociologia ao estudar os fenômenos sociais na sua totalidade, verificando as relações entre os processos e os meios dos indivíduos no exercício da coletividade, foca na construção da categoria patrimônio no universo social. Arantes, em seu trabalho intitulado “Produzindo o Passado”, de 1984, suscita este aspecto. A história, ao estabelecer uma ordem tempo – espacial para a construção dessa categoria, também modifica e resinifica o seu conceito e, além disso, como esclarece D’Alessio (2012, p. 83), o historiador pode contribuir, a serviço da sociedade, na observação quanto ao “uso do passado” pelos administradores públicos. A arqueologia, por sua vez, ao resgatar o passado através da cultura material, insere nesse contexto de patrimônio novos grupos, novos objetos, novas perspectivas, contribuindo para ampliação das vias de pensamento sobre o tema.

Outro fator relevante para a definição do termo é o tipo de apreensão que cada grupo tem pelo o que é repassado como patrimônio. Meneses (2012, p. 28 - 29) aponta dois tipos: afetiva, perceptiva e cognitiva; e contemplativa, repassada por transferência, no que o autor chama de *voyeurismo cultural*. No primeiro caso, o reconhecimento de um registro pode ser interno ao grupo, pelo sentido de identidade, marcado pela noção cognitiva das experiências, onde a vivência e a habitualidade, nas palavras do autor, criam uma apropriação afetiva que modifica e valoriza a existência do bem cultural. No segundo, pode ser externo, por transferência e compreensão do significado da existência do registro repassado por meio de conhecimento preestabelecido por especialistas onde a interação com o bem cultural não altera seu *status quo*. Nesse último tipo de apreensão, o repasse de valor agregado a determinado bem é legitimado pelos mecanismos legais de proteção sendo o tombamento um dos principais meios.

Dessa forma, patrimônio pode ser entendido nos âmbitos externos e internos das relações sociais humanas considerando a vivência coletiva ou as experiências individuais. Palpável ou permeável às “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas”

(UNESCO, 2003), o patrimônio tem como característica inerente o reconhecimento, a identificação como tal. E este é uniformizado no contexto nacional através de uma legislação específica que define, responsabiliza, pune e assegura a preservação dos bens patrimoniais.

## 1.1 Aportes para a Noção de Patrimônio Cultural no Brasil

A noção de patrimônio, definida pela conjuntura nacional, que confere a atribuição formal no contexto social atual é relativamente recente. De caráter flexível e sensível às alterações sociais, o processo de compreensão do que é patrimônio no país teve influência das questões sobre preservação, conservação, restauro, uso e divulgação discutidas em âmbito internacional por meio de Cartas, recomendações e tratados criados a partir de reuniões de especialistas iniciadas nas primeiras tentativas de institucionalização do patrimônio.

Choay (2001, p. 98) aponta o período da Revolução Francesa para caracterizar o surgimento da ideia de monumento histórico institucionalizado pela primeira vez com o objetivo de instrução popular e delimitação de homogeneidade nacional. Ressalta que com o estopim da revolução, os tombamentos de Bens móveis e imóveis da igreja, nobreza e emigrados, considerados da nação anteriormente, foram restituídos e o vandalismo e depredação utilizados para reformar o sentido de patrimônio. Os monumentos históricos foram destruídos e novos símbolos foram criados com o objetivo de consolidar o Estado – nacional francês. Porém, com o fim desse período, a depredação foi decretada crime novamente e constituiu – se proibida a eliminação de monumentos e obras de valor histórico.

A esse período, Poulot (2012, p. 27) avalia que nos momentos históricos de grandes transformações e também de perdas, objetiva - se reverter as tentativas de destruição de bens e marcos do passado através da institucionalização, ou melhor, da patrimonialização de aspectos que delimitavam a cultura, criando a ideia de patrimônio nacional. Gonçalves (1996) caracteriza esse processo com a concepção de “retórica da perda”, na qual se anseia preservar aquilo que está em um iminente desaparecimento.

Esse mesmo conceito, no entanto, pontua as transformações seguintes pautadas na consolidação dos monumentos históricos e na criação de entidades para a proteção dos mesmos no período da Revolução Industrial. (CHOAY, 2001, p. 135).

O desenvolvimento industrial corroborou para o crescimento dos anseios quanto à preservação patrimonial. A ideia de obra substituída pela de produto e o valor dos monumentos

edificados posto em contrapartida ao avanço urbano e paisagístico colocaram em evidência o sentimento de perda do ambiente humano e instituições e comissões foram criadas para assegurar a preservação dos monumentos considerados detentores da memória do passado. (CHOAY, 2001, p. 139).

No século XX, os fundamentos preservacionistas arrolados às doutrinas de restauro, oriundas do século XVIII, influenciaram as diretrizes internacionais para o tratamento do patrimônio, estando presentes em diversos trechos das Cartas, recomendações e resoluções patrimoniais estabelecidas em distintos períodos ao longo dos anos. Orientados principalmente pelas ideias de Viollet-Le-Duc e John Ruskin, que inspiraram – se nos conceitos de Cesari Brandi sobre atividades de restauro e reconhecimento da singularidade de cada obra, os citados fundamentos foram inseridos em diversas áreas da preservação patrimonial. (LAGE; BORGES, 2004, p. 31).

A Carta de Atenas, elaborada no I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumento Históricas, no ano de 1931, é considerada o primeiro documento que marca o início do processo de uniformização dos conceitos, do reconhecimento, valorização do patrimônio na perspectiva mundial e das orientações para o restauro de bens edificados. Segundo César e Stigliano (2010, p.77), a carta apresenta a definição de patrimônio pelas “relações do espaço, da paisagem e da trama urbana adjacente, definindo a importância do edifício e do conjunto arquitetônico”. Conta também com recomendações sobre a conservação, a manutenção e a promoção do patrimônio, além de considerações sobre bens artísticos e históricos de cada tempo, o respeito à originalidade, à interdisciplinaridade das ações de intervenção e à necessidade de conservação. A proposta principal da carta é a necessidade de cada nação realizar seu inventário cultural e de cada Estado se responsabilizar pela guarda do mesmo.

No Brasil, nesse mesmo período, os objetos históricos e o patrimônio artístico passam a ser competência da União, dos Estados e dos municípios perante a Constituição de 1934. A criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, marca o início dos primeiros intentos de organização das ações de proteção ao patrimônio em 1937. (RABELLO, 2009, p. 30)

O SPHAN, concebido a partir de um anteprojeto solicitado pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, em 1935, durante o governo Vargas, ao modernista Mário de Andrade, teria a incumbência de “estabelecer critérios e formas de controle para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. (RABELLO, 2009, p. 31). No anteprojeto

constava também as premissas para a elevação e proteção de todas as manifestações históricas e culturais balizadas por uma lei reguladora.

A escolha de Rodrigo Melo Franco de Andrade para executar o projeto e a conjuntura política da época, no entanto, implicaram em alterações da política da legislação cultural e conseqüentemente na construção da noção de patrimônio adotada atualmente. (ABREU, 2012; BEZERRA DE MENESES, 2009; CHUVA, 2012; GONÇALVES, 1996; TOMAZ, 2010;).

Após a criação do SPHAN, promulgada pelo Decreto – Lei nº 25, de 1937, a conservação e proteção através do tombamento perpetrou – se como único mecanismo para assegurar o grau de patrimônio histórico e artístico nacional definido no Capítulo I, Art. 1º, como “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (BRASIL, 1937).

Em tempo, na ordem internacional, o período da Segunda Grande Guerra Mundial sucedeu as primeiras iniciativas e provocou um momento de total incerteza. As destruições em massa, saques, contrabandos e o próprio descaso motivado pelo foco voltado para outros aspectos da realidade humana conduziram a uma fase de reavaliação das prioridades. Com o fim da guerra, as perdas foram contabilizadas e a necessidade de ressurgir a história e a memória foi atribuída aos povos que perderam quase tudo enquanto o outro lado foi legado à tentativa de esquecimento. Nesse momento, no entanto, a necessidade de entidades que exercessem a coesão das ideias e proporcionam a paz se fez substancial. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada e um ramo para a Educação, ciência e Cultura foi designado para garantir a cooperação internacional, inclusive na proteção do patrimônio. (UNESCO OFFICIAL SITE, 2014)

A criação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945, proporcionou ações para a redução da pobreza, promoção do desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural, bem como a criação de órgãos específicos para as questões do patrimônio, como o International Council of Monuments and Sites(ICOMOS) (UNESCO OFFICIAL SITE, 2014). Foi durante a Conferência Geral da UNESCO, realizada em Nova Delhi, em 1956, que as problemáticas referentes ao patrimônio arqueológico foram avaliadas.

Levando em consideração a importância dos estudos dos vestígios arqueológicos, recomendações foram propostas como objetivo de proteger, a partir de princípios comuns, a constituição de coleções e garantir a educação do público. Pautadas que permanecem até os dias atuais. Em resumo, as definições abordam temas relacionados a autorização, colaboração internacional, conservação, acesso, destino dos produtos, propriedade científica e documentação das pesquisas e a necessidade de reuniões regionais e internacionais para discutir as demandas. Os preceitos éticos para o comércio de antiguidades, repressão para pesquisa clandestina, pesquisa em territórios ocupados e acordos.

Na mesma época de criação da recomendação, resquícios do movimento modernista incidiam sobre o trabalho do SPHAN permitindo apenas a abrangência da proteção aos bens edificados que fossem considerados portadores de uma essência brasileira, como pontua Lasmar (2002) no seguinte trecho:

A política de preservação do SPHAN centrava-se em conhecer e preservar as obras do barroco, sobretudo da arquitetura dos séculos XVII e XVIII, consideradas a essência da brasilidade e a produção material dos colonizadores portugueses: os fortes, os engenhos e as igrejas, e ainda, os exemplares de escultura e pintura a elas ligadas. O critério de preservação adotado era o da consagração e preservação dos símbolos das classes dominantes do passado da Nação – sedes de poder político, religioso e militar. Estes bens tombados estavam vinculados a fatos memoráveis, mas possuíam, acima de tudo, relevante qualidade construtiva e estética, segundo padrões então vigentes no SPHAN. (LASMAR, 2002, p. 6)

Ainda segundo a autora, durante os trinta (30) anos de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o SPHAN fez o trabalho pioneiro de levantamento do patrimônio brasileiro considerado a partir da perspectiva modernista. Trabalho pouco compreendido em alguns momentos pelo aproveitamento peculiar do ponto de vista de intelectuais, acadêmicos e pessoas públicas que comungavam da ideia de brasilidade da época.

No âmbito internacional, nos anos de 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, foi elaborada a Carta de Veneza com o propósito de aprofundar os princípios da Carta de Atenas.

Dotada de um alcance maior sobre os problemas cada vez mais complexos referentes à proteção e restauração de monumentos e sítios, o documento se refere a preservação tanto das obras de arte quanto dos testemunhos históricos mediante o desenvolvimento urbano e a salvaguarda dos valores ambientais. Importante por fundamentar a preservação e a conservação no respeito à originalidade e autenticidade do material abordando o patrimônio como

testemunhos da historicidade de cada povo definido pelo seu caráter excepcional e pelos valores estéticos e históricos. O respeito às contribuições e técnicas de todas as épocas, bem como aos seus elementos substituintes são recomendados da mesma forma que as escavações arqueológicas devem seguir os padrões científicos pontuados na “Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a serem aplicados em Matérias de Escavações Arqueológicas” adotada pela UNESCO em 1956. Por último, a carta adverte que todos os trabalhos de conservação, restauração e escavação devem ser acompanhados por relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias, e depositados em órgãos públicos ao acesso de todos os pesquisadores.

Anos depois, o termo Patrimônio Cultural é utilizado e definido pela Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, durante a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura em 1972, da seguinte forma:

#### ARTIGO 1º

Para os fins da presente Convenção é considerado “patrimônio cultural”:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972)

Os monumentos isolados e/ou em conjunto com o entorno passam a ser, portanto, visíveis por um ponto de vista mais amplo vinculado à história, a arte e a ciência. Os sítios arqueológicos de valor histórico, estético, etnológico ou antropológico são considerados em separado.

Essa concepção mais abrangente do conceito de patrimônio cultural teve reflexões também no Brasil. A reformulação do SPHAN determinou a abertura de um novo período. No início da ditadura militar, foi proposta a descentralização do estudo da cultura e a adaptação da valorização cultural ao Plano Nacional de Desenvolvimento baseado nas Normas de Quito

produzidas após o encontro do Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1967. (LASMAR, 2002, p. 9). Com o Compromisso de Brasília, assinado em 1970, a criação de cursos superiores de história, arquivologia, museologia e a restauração e conservação em diversos níveis foram incentivados, além da capacitação de professores e a preservação ambiental. (LASMAR, 2002, p. 9)

Nessa época, a cultura passou a ser vista em sua pluralidade e diversidade. Os esforços para a preservação cultural foram divididos em três frentes, como aponta Chuva (2012, p.158). A frente executiva incorporada pela criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte), responsável pelos projetos referentes ao folclore e a cultura popular. A frente voltada para questões patrimoniais de conservação e restauração, capacitada pelo IPHAN. E uma terceira relacionada a valorização cultural, organizada pela criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

Essa reestruturação do campo institucional ao mesmo tempo que ampliou os esforços provocou o acirramento das intenções na estruturação de pesquisas. Segundo Chuva (2012, p. 160), a divisão em três entidades diferentes provocou uma tensão conceitual de patrimônio que refletia os conflitos por “hegemonia e recurso”, nas palavras da autora.

A mesma problemática seguiu os anos decorrentes com novas mudanças no quadro institucional. No final da década de 1980, com redemocratização das escolhas políticas, segundo o panorama apresentado por Oliveira (2008, p.29), buscou – se a retomada do conceito amplo de patrimônio apresentado por Mário de Andrade que considerava a diversidade das manifestações culturais, sua materialidade e imaterialidade. Essa percepção resultou na ampliação da descrição do termo patrimônio e das possibilidades de preservação outorgadas na Constituição Federal de 1988.

Portanto, pontua – se patrimônio cultural no Brasil, atualmente, como:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, os quais incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

### 1.1.1 Patrimônio Arqueológico

No contexto apresentado na seção anterior, o patrimônio arqueológico sempre foi considerado na construção do conceito de patrimônio cultural e seus aspectos mais abrangentes foram incorporados à medida que o próprio termo patrimônio foi ampliado.

Primeiramente, associado aos objetos históricos, passando por uma fase relacionada a preservação da memória do passado humano e atualmente como elemento caracterizador de identidade, o patrimônio arqueológico é formalmente qualificado pelos seguintes adjetivos: material, tangível, móvel, imóvel, não renovável e culturalmente indissociável da natureza humana.

Entre os documentos internacionais, o patrimônio arqueológico sempre foi considerado marcador da antiguidade humana; pertence de todos os povos, embora parte integrante da identidade dos indivíduos; valorizado como testemunho histórico. Contudo, foi na Carta sobre a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, preparada pelo ICAHM e aprovada na 9ª Assembleia Geral de Lausanne, em 1990, que o termo foi abordado em seus aspectos mais amplos, juntamente com as políticas de proteção integrada, a observação, investigação, conservação, manutenção, apresentação, informação e reconstrução do patrimônio sendo abordada da seguinte maneira:

[...] a porção do patrimônio material para a qual os métodos de arqueologia fornecem o conhecimento primário. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios das atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todos os tipos, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados. (ICOMOS/ICAHM, UNESCO, 1990, p. 2)

No Brasil, no campo institucional e jurídico, a primeira lei específica para o patrimônio arqueológico data da década de 1960. Baseada nos princípios internacionais a serem aplicados

em matéria de pesquisas arqueológicas divulgados nas recomendações de Nova Delhi, citada anteriormente, e na Lei Federal nº. 3.924, de 26 de Julho de 1961, primeiro instrumento normativo a regulamentar as atividades de qualquer ordem desenvolvidas em sítios arqueológicos no país.

Designou - se ao Poder Público o dever de guardar e proteger o patrimônio arqueológico. Utilizou - se a concepção de monumento para referir-se aos vestígios históricos, considerando separadamente os de natureza Pré-histórica. Proibiu-se a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas e considerou crime contra o patrimônio nacional qualquer atividade com essa finalidade. E, ainda que pouco contributiva à definição do conceito, a lei 3. 924/61 contribuiu para o redirecionamento prático das etapas e princípios das escavações e intervenções em áreas arqueológicas.

Nessa perspectiva, anteriormente, restrita ao tombamento, a proteção do patrimônio arqueológico foi alargada com a Lei nº 3924. Caldarelli e Santos (1999 - 2000, p.54) pontuam que no parágrafo único do Art. 1º, a associação ao tombamento é desfeita no trecho “os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qual quer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob guarda e proteção do Poder Público” seguido pela definição contida no Art, 7º no qual aponta que “as jazidas arqueológicas ou pré – históricas de qualquer natureza [...] (subtração das autoras) são consideradas para todos os efeitos bens patrimoniais da União”.

Na década de 1980, um adendo importante foi a incorporação dos bens de natureza arqueológica aos programas de investigação de avaliação ambiental previstos na Lei nº 6. 938 de 1981. Lei que responsável por promulgar a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e incorporar as pesquisas arqueológicas à necessidade de “normas e critérios para o licenciamento de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, para o estudo de alternativas e possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental” (CALDARELLI e SANTOS, 1999 - 2000, p. 55).

Após a Lei nº 3.924, as pesquisas arqueológicas mediante projetos de avaliação ambiental, receberam ainda importantes anexos para o estabelecimento de critérios para a execução dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA).A Portaria SPHAN/MinC nº 07, de 1988, normatizou e legalizou as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional e a Portaria IPHAN/MinC nº 230, de

2002, definiu o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidos nas diferentes fases de licenciamento ambiental.

Nesta linha, diversos aspectos puderam e podem ser associados ao estudo dos sítios arqueológicos vistos pelo ponto de vista patrimonial e relacionados às atribuições da avaliação ambiental, por exemplo. A própria Política Nacional do Meio Ambiente aponta além do licenciamento de atividades poluidoras e da avaliação de impacto ambiental, o zoneamento ambiental e a criação de Áreas Protegidas como instrumentos que necessitam das habilidades dos profissionais em arqueologia para criação de ações específicas para identificação, estudo e gestão do patrimônio arqueológico afetado (CALDARELLI; SANTOS, 1999 - 2000, p. 55).

## 1.2. Gestão do Patrimônio Arqueológico

Baseados na intenção de várias nações para a organização de instrumentos legais com o objetivo de orientar atividades de proteção, conservação, restauração, manutenção, adaptação e exposição do patrimônio ao público em geral tendo em vista a autenticidade de cada obra, a reversibilidade das ações e a interdisciplinaridade das pesquisas (ATENAS, 1931; VENEZA, 1964), assim como na uniformização das recomendações de elaboração de relatórios técnico-científicos sobre qualquer atividade envolvendo o patrimônio cultural da humanidade tendo em vista o reconhecimento da importância histórica e artística dos monumentos históricos, aqui enquadrados também o de caráter arqueológico, e dos problemas cada vez mais complexos referentes à proteção e restauração de monumentos e sítios, a gestão do patrimônio cultural galgou novos espaços diante do desenvolvimento das sociedades e dos problemas referentes ao avanço do desenvolvimento capitalista e da problemática ambiental.

Com a vasta multiplicidade de bens culturais, medidas de proteção específicas tornaram - se essenciais para assegurar o repasse dos valores culturais às gerações futuras e à preservação de aspectos da história dos grupos humanos cada vez mais ameaçados por causas ambientais, sociais e econômicas (DEACON *apud* CAVALCANTE, 2010) e pelo turismo desordenado (FIGUEIREDO; PEREIRA, 2010).

Esse momento expõe entre outros ângulos, um patrimônio cultural, face os vestígios arqueológicos, a mercê de uma legislação cada vez mais específica e do trabalho conjunto entre diversos especialistas que, entre distintos objetivos, buscam o retrocesso das alterações provocadas por agentes naturais e antrópicos e a orientação de ações coletivas de proteção e

conservação do patrimônio (VENEZA, 1964; RESTAURO, 1972; BURRA, 1980; LAUSANNE, 1990).

Dessa forma, a gestão dos recursos culturais oriunda da delimitação de patrimônio cultural juridicamente protegido e catalizador dos esforços do governo e da sociedade civil para salvaguarda e proteção diante de contexto histórico da retomada do sentido amplo de patrimônio (MEC, 1980, p. 26) se sobressai à amplitude dos conflitos internos e externos da uma conjuntura social e econômica atual.

De acordo com Canclini (1994, p.100), “como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pelas ações de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais”. Porém, o autor não inclui o setor acadêmico que, embora formado por cidadãos que permeiam os outros setores, possui uma relação diferenciada tendo em vista que as proposições surgidas por pesquisadores fecundam as ações nas demais áreas.

Sobre a égide da modernidade, Yúdice (2006, p. 25) analisa que diante das disputas e da globalização<sup>8</sup> a cultura assume as características de recurso. Na perspectiva do autor, cultura como recurso significa reserva disponível utilizada na melhoria sócio-política e econômica e nos conflitos sobre cidadania. O autor explica que nos dias atuais a cultura encarada enquanto recurso atrai investimentos tanto para o desenvolvimento econômico e turístico quanto para a indústria cultural e os novos campos da propriedade intelectual.

Portanto, essas novas atribuições surgem quando múltiplos atores sociais entram em conflito que conduzem para a criação de pontos de interseção que possibilitam alternativas para o restabelecimento do diálogo, assim como a linguagem deve possuir termos em comum. No caso do patrimônio cultural, a perspectiva de recurso econômico, educativo, turístico e social deve ser agregada para possibilitar o intercâmbio de interesses entre os espaços citados pelos dois autores.

Na área do patrimônio arqueológico, o avanço da arqueologia de contrato com a inserção de métodos e técnicas científicos na avaliação sócioeconômica durante estudos ambientais extrapolou os objetivos da prática acadêmica e partiu para a necessidade da proteção do patrimônio arqueológico em interface com a problemática ambiental. Nesse meio, o patrimônio arqueológico compreendido como recurso cultural permitiu a criação de um campo em comum

---

<sup>8</sup> Yúdice (2006, p. 50) utiliza a definição da UNESCO para conceituar globalização como “um processo de expansão econômica que data da exploração e conquista européia no século XVI e da modernização” que “produz o encontro de diversas tradições [...]”.

com a avaliação ambiental estabelecendo uma linguagem e a consequente incorporação no sistema econômico-social circundante (BROCHIER, 2004, p. 21).

A gestão incorporada como meio para adequação de objetivos sócio – econômicos e conservacionistas, por sua vez, teve que ser traçada segundo novos parâmetros da pesquisa arqueológica científica equacionada pelo trabalho em áreas definidas pelas finalidades do projeto a qual estava relacionada e não pelo interesse fecundo de desvendar certa problemática, bem como pela necessidade de execução do estudo dentro do cronograma do licenciamento ambiental e a impossibilidade, em muitos casos, de retorno à área estudada (CALDARELLI; SANTOS, 1999 - 2000, p. 59). Acrescenta – se a isto a necessidade do levantamento do “máximo de informação como o mínimo custo e impacto sobre os recursos existentes” destacada por Plog (1978) em citação de Brochier (2004, p. 22).

Portanto, o gerenciamento dos recursos arqueológicos teve e tem o intento de proporcionar o alcance ao conhecimento arqueológico por todos os setores da sociedade mediante a conservação e a utilização dos acessos disponíveis e, de acordo com Pardi (2002, p. 20), buscar o equilíbrio entre a informação, os atores sociais, as estruturas físicas e administrativas e as questões econômicas. Some – se a isto, a responsabilidade de todos, não somente do IPHAN, o órgão regulamentador, como agentes de uma gestão participativa tendo em vista a propriedade de patrimônio cultural.

### 1.2.1 Áreas Protegidas e Recursos Culturais

Nesse contexto, os recursos culturais inseridos em áreas protegidas estabelecem uma aproximação aos fatores abordados na seção anterior no tocante aos objetivos comuns de garantir a conservação sustentável por meio de medidas técnico – científicas para adequação à nova ordem econômica e social tendo como ponto de partida a identificação dos recursos seguido pelo estudo especializado, o delineamento das estratégias, a adaptação aos objetivos e a finalidade de uso mediante a legislação específica.

Seguindo está linha, Áreas Protegidas são porções do território delimitadas, destinadas e geridas por leis específicas, criadas com o objetivo de atingir a conservação da diversidade biológica e dos recursos ambientais em parceria com os governos federal, estaduais, municipais, representantes das comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e da sociedade civil. A

Convenção sobre Diversidade Biológica<sup>9</sup> (CDB), aprovada durante a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, define Áreas Protegidas como “[...] área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000, p. 9).

No modelo brasileiro, as Áreas Protegidas englobam um grupo abrangente de categorias e tipologias que envolvem, entre outras, as Unidades de Conservação (UCs). Áreas criadas a partir de uma perspectiva conservacionista para a proteção e perpetuação de características ambientais e culturais.

Segundo a Lei n° 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de (SNUC), entende-se por Unidade de Conservação:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (MMA, 2000).

O SNUC, instrumento que regula a criação, implantação e gestão das unidades de conservação<sup>10</sup> prevê dois grupos. As Unidades de Proteção Integral, voltadas para a conservação de todos os aspectos peculiares, onde não é permitido o aproveitamento dos seus recursos culturais e definidas em cinco (5) categorias (BRASIL, 2000) e as Unidades de Uso Sustentável, que possibilitam o desenvolvimento de atividades cujo o objetivo seja compatibilizar a conservação e os aproveitamento sustentável, divididas em sete (7) tipos. As duas categorias são listadas nos Quadros 1 e 2 respectivamente.

---

<sup>9</sup> Texto aprovado pelo Decreto Legislativo n° 2, 1994, no qual ressalta a importância da conservação da diversidade biológica e a preocupação mundial em torno do tema, além de afirmar a soberania de cada Estado sobre seus recursos biológicos cabendo aos mesmos a responsabilidade pela sua conservação e uso sustentável envolvendo outras providências levantadas no texto.

<sup>10</sup> A Lei 9. 985/00 relaciona os seguintes objetivos ao SNUC: garantir a manutenção da diversidade biológica; preservar e restaurar ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável; promover a educação ambiental, o contato com a natureza, o turismo ecológico; e a valorização cultural das comunidades tradicionais associadas.

Quadro 1 - Unidades de Conservação de Proteção Integral

Unidades de Proteção Integral	
Categoria	Objetivos
Estação Ecológica	- Preservar a natureza e realizar pesquisas científicas.
Reserva Biológica	- Preservar a biota e os seus atributos naturais sem causar interferência humana ou modificações ambientais.
Parque Nacional	- Preservar ecossistemas naturais, possibilitar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico.
Monumento Natural	- Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Refúgio de Vida Silvestre	- Proteger ambientes naturais importantes para a reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Fonte: Lei 9. 985, de 18 de Junho de 2000.

Quadro 2 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Unidades de Uso Sustentável		
Categoria	Características	Objetivo
Área de Proteção Ambiental	- Em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais.	- Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
Área de Relevante Interesse Ecológico	- Em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional.	- Manter os ecossistemas naturais e regular o uso dessas áreas, compatibilizando com ações de conservação da natureza.
Floresta Nacional	- Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas.	- Uso sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica.

Continuação do Quadro 2.

Unidades de Uso Sustentável		
Categoria	Características	Objetivo
Reserva Extrativista	- Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.	- Proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, tradicionais extrativistas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.
Reserva de Fauna	- Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias.	- Preservação das espécies faunísticas e estudos técnicos – científicos.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	- Área natural que abriga populações tradicionais que utiliza sistemas sustentáveis de exploração de recursos.	- Desenvolvimento dos sistemas tradicionais de exploração sustentável.
Reserva Particular do Patrimônio Natural	- Área privada, gravada com perpetuidade.	- conservar a diversidade biológica.

Fonte: Lei 9. 985, de 18 de Junho de 2000.

As etapas de criação<sup>11</sup> de uma UC são bem delimitadas e possuem no Plano de Manejo a principal ferramenta de ação e efetivação dos objetivos. O planejamento possui roteiro metodológico proposto atualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e, em regra geral, deve conter informações da área, caracterização dos aspectos histórico – culturais, fisiográficos, sistema de monitoramento, de desenvolvimento e de gestão. Além disso, deve apontar os objetivos gerais e específicos, assim como, o zoneamento do território e programas específicos para a administração, visitação, pesquisa e monitoramento, proteção, fiscalização, sustentabilidade e comunicação. São os objetivos de

<sup>11</sup>O processo de criação ocorre em três fases: criação, planejamento e implementação. Segundo Ojidos e Rizzieri (2009), a criação é concretização da proposta através do preenchimento e envio do formulário e documentação pelo sistema. O Plano de Manejo, onde são previstas as atividades que serão desenvolvidas na reserva, o zoneamento e o diagnóstico, faz parte do planejamento. A implementação corresponde à execução do projeto e avaliado e autorizado pelo órgão responsável.

conservação de cada área, contudo, que direcionam as categorias de manejo. (FERREIRA; CASTRO; CARVALHO. 2004, p. 16)

Nesse sentido, o manejo adota um conjunto de ações político-administrativas, de pesquisa, planejamento, promoção, adequação e educação (FARIA; PIRES, 2012), que possibilitam a revalorização através do uso sustentável<sup>12</sup> e rentável do patrimônio, entendido como recurso pelo seu caráter de utilidade para o desenvolvimento social. (BRASIL, 2000). O manejo dos bens culturais inseridos em áreas protegidas, nesse caso, assume os mesmos objetivos e pode ser visto como um plano de orientação de conservação dos recursos com possibilidade de aproveitamento autossustentável onde são avaliados os riscos e as ações para minimizá-los inseridos em um planejamento mais amplo.

O roteiro para elaboração do Plano de Manejo de UC's estabelecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), de acordo com o Decreto nº 4.340, de 2002, Art. 14, que regulamenta o SNUC, compreende as etapas de planejamento divididas em quatro (4) partes: diagnóstico, zoneamento, programas de manejo e prazos de avaliação, revisão, implementação das diversas categorias (FERREIRA; CASTRO; CARVALHO. 2004, p. 14).

## 1.2.2 Aproveitamento Turístico dos Recursos Culturais

Preservar significa empreender um conjunto de ações que possibilitem a manutenção dos processos de identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio arqueológico (PARDI, 2007, p. 315). Na perspectiva da gestão patrimonial, esses processos correspondem ao planejamento da utilização do bem enquanto recurso.

O turismo dentro do contexto de promoção do patrimônio pode seguir o viés da preservação se realizado de maneira apropriada. O planejamento e a estruturação adequada dos sítios pode afetar positivamente a relação entre sociedade como um todo e o patrimônio arqueológico. A conservação, enquadrada no leque de pesquisas científicas cabíveis, é uma das medidas que visa estabilizar os processos de degradação do patrimônio arqueológico em concordância com o aproveitamento turístico.

---

<sup>12</sup>Segundo a Lei 9.985/00, uso sustentável é a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”

Segundo Pardi (2007, p 316), o turismo pode ser um instrumento privilegiado que garantirá o acesso do “cidadão à sua memória, ao resgate e (re) construção de sua identidade”. O ecoturismo, por exemplo, é uma atividade de baixo impacto que permite certa visibilidade para o patrimônio arqueológico e zonas naturais relevantes. Além disso, trabalhos de intervenção em sítios arqueológicos contribuem para a melhoria social das comunidades do entorno quando desenvolvidas em parcerias com essas populações. Uma equipe especializada de guias da localidade contribui através do repasse do conhecimento adquirido pelas orientações e do conhecimento tradicional.

Dessa forma, sabe – se que a atividade turística em sítios arqueológicos pré-históricos é recente e envolvida pelo turismo cultural e ecoturismo, que por sua vez estão dentro da esfera do turismo alternativo (FIGUEIREDO; PEREIRA, 2010, p.1113). A valorização turística desses espaços pode ser motivada pelo valor cultural, por apresentarem a contribuição de entendimento de grupos sociais passados através da cultura material. Endere e Prado (2009, p. 54), no entanto, relacionam o valor científico como o principal critério para a valorização de sítios arqueológicos e paleontológicos. Os autores têm em vista, porém, que o contexto cultural de cada patrimônio deve ser analisado para aplicação da valorização que, por sua vez, não é intrínseca a nenhum bem visto que é apreendida e depende das “referências culturais, intelectuais, históricas e psicológicas dos grupos ou indivíduos particulares” (tradução da autora). Dessa forma, retoma – se a abordagem no início do capítulo.

O aproveitamento turístico de sítios arqueológicos, no entanto, provoca receio por apresentar fatores distintos. De acordo com Deacon (2006, p. 380), existem fatores sociais, ambientais e econômicos que influenciam a tomadas de decisões e necessitam de valor preditivo. Devem se correlacionar, por exemplo, os princípios gerais da conservação dos registros rupestres com o direito do cidadão de ter acesso ao patrimônio e a necessidade do empreendedor de obter lucro e tornar o negócio sustentável através de um número mínimo de visitantes.

Os conservadores em geral visualizam dois véis na visitação turística de sítios de registros rupestres: o fator da conservação, quando as visitas são realizadas de maneira ordenada, com ajuda de guias especializados e baseada em um projeto de manejo da área arqueológica; o fator depredatório, quando a visita desordenada sem acompanhamento pode originar ações depredatórias de turistas desinformados do valor patrimonial do local e da importância de preservação e quando o número acentuado de visitação afeta estabilidade do equilíbrio do ambiente, essencial para manter as condições de conservação. Nesse ponto,

Deacon (2006, p. 381) é enfático quando afirma que única saída é a educação pública e o manejo em acordo com os diversos atores que estão relacionados à preservação e turismo de sítios arqueológicos.

Segundo Figueiredo e Pereira (2010, p. 1114), a pesquisa e o manejo das áreas turísticas arqueológicas possuem caráter interdisciplinar com a contribuição de diversos profissionais, entre eles arqueólogos, turismólogos e arquitetos. A pesquisa sempre precede o planejamento e pode apontar, por exemplo, áreas que devem ser isoladas ou abertas à visitação considerando a indicação de fragilidade e representatividade do sítio arqueológico, ou seja, áreas que apresentam semelhanças quanto aos vestígios (recorrência) e estão em um grau risco de degradação maior. O cálculo de carga de visitação é tão eficiente para o controle da visitação quanto à construção de estruturas para proteção e visualização do local. Assim como, o suporte aos visitantes realizado por guias, centro de visitantes e sinalização com informações científicas e de acessibilidade.

O Plano Diretor do Turismo Arqueológico do Piauí (LAGE *et al*, 2007) foi criado no âmbito da busca pela planificação de ações para desenvolver o turismo arqueológico no estado como processo econômico autossustentável. O plano prever roteiros turísticos, a promoção dos locais ao grande público, a preparação dos sítios para visitação, a implantação de estruturas, intervenções de conservação, monitoramento, preparação de recursos humanos e a educação patrimonial.

O manejo de áreas arqueológicas com finalidades turísticas é possível quando enquadrado dentro da legislação vigente e de acordo com as diretrizes do IPHAN e das pesquisas arqueológicas. A contribuição cultural é grandiosa, pois o compartilhamento dos bens culturais enriquece o pesquisador e a sociedade em geral e pode suscitar o reconhecimento e a defesa do bem por parte daqueles que anteriormente não tinham acesso ou desconheciam o valor dos sítios arqueológicos.

## CAPÍTULO 2 - COMPLEXO ARQUEOLÓGICO SERRA DO MORCEGO: SÍTIOS E PROBLEMÁTICA

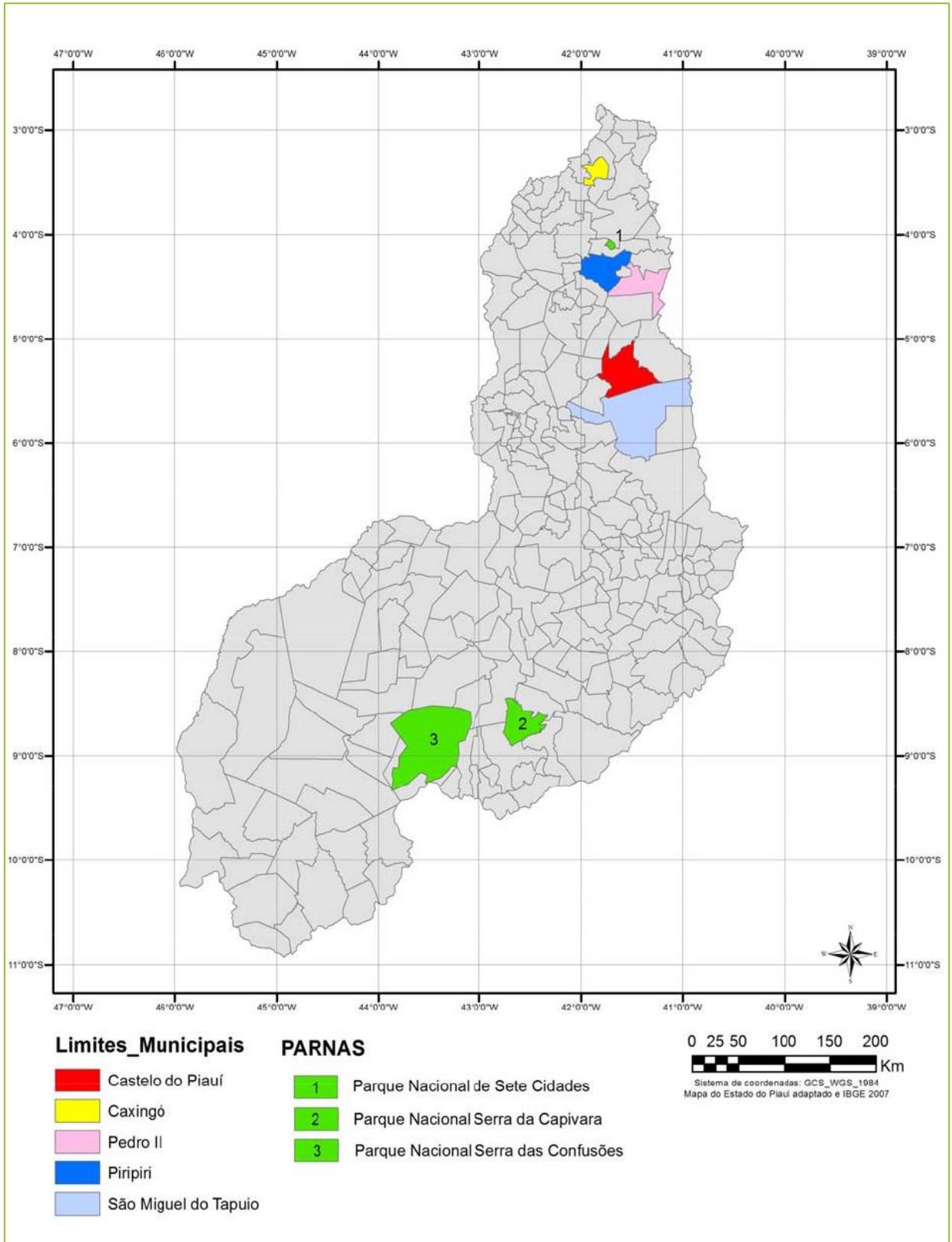
O Piauí apresenta um patrimônio arqueológico extenso. Segundo o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), o Estado possui 1.840 sítios registrados, sendo a maior parte desse total localizada na região Sudeste. Concentração motivada provavelmente pelas intensas e contínuas pesquisas arqueológicas realizadas na área do Parque Nacional Serra da Capivara, eleito Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1991, sendo considerado “um dos 16 sítios, patrimônios mundiais, exclusivos de arte rupestre, e o único até hoje no Brasil” (GUIDON, 2007, p.75-76).

Além da região Sudeste, o Centro-Norte apresenta potencial igualmente relevante por possuir em muitos municípios áreas de concentração de sítios que se destacam em relação a todo o Estado (ver Figura 1). Cavalcante (2012) apresentou em seu estudo dos pigmentos pré-histórico de sítios do Nordeste brasileiro o seguinte mapa para confirmar os agrupamentos mais numerosos de sítios arqueológicos do Piauí:

Entre os municípios ressaltados, destacam-se a priori os municípios Castelo do Piauí, Pedro II e o PARNA Sete Cidades pela concentração de sítios arqueológicos de registros rupestres, pelas pesquisas desenvolvidas na área da arqueometria aplicada à conservação de sítios, e por possuírem minimamente uma estrutura de manejo dos seus registros arqueológicos.

O PARNA de Sete Cidades é o maior complexo arqueológico do Centro-Norte do Estado e abrange uma área de 6. 221 hectares (FÁVERA, 2003). Criado em 1961, pelo Decreto nº 50. 744, está a 217 km da capital, entre os municípios de Brasileira, Piri-piri e Piracuruca. Segundo o Plano de Manejo (1979), possui monumentos rochosos naturais, fauna e flora, representativa da transição entre Cerrado e Caatinga e um vasto patrimônio histórico – cultural e antropológico. O CNSA contabiliza quarenta e dois sítios arqueológicos cadastrados, caracterizados por seus registros gráficos geométricos em painéis descontínuos de “arenito silicificado da Formação Cabeças” (IBDF, 1979, p. 29).

Figura 1 - Mapa esquemático das principais concentrações de sítios arqueológicos do Estado do Piauí.



Fonte: Cavalcante (2012).

Quanto à pesquisa arqueológica, intervenções sob superfície só foram possíveis após o estabelecimento da criação do PARNA (IBDF, 1979, p. 28). Atualmente, entretanto, na área foram realizados estudos envolvendo levantamentos dos registros rupestres, dos problemas de conservação, análises da composição química de diversos pigmentos e depósitos de alteração, intervenções conservacionistas alguns sítios e sondagens.

No município de Castelo do Piauí, o sítio Pedra do Castelo é destaque pela exuberância geomorfológica, pelo contexto histórico e religioso e pelas pesquisas arqueológicas na área da arqueometria e os desafios da preservação patrimonial face a utilização dos espaços por grupos humanos contemporâneos. De acordo com o CNSA, são vinte – dois sítios arqueológicos registrados predominantemente de pinturas e gravuras rupestres. Em alguns sítios da localidade foram desenvolvidos trabalhos de conservação e arqueométricos originando pesquisas de iniciação científica, artigos, dissertações e monografias. Os sítios Ninho do Urubu, Estrada da Morada Nova são exemplos de intervenções conservacionistas bem-sucedidas na localidade.

Pedro II, possui dezessete sítios arqueológicos cadastrados no CNSA, três deles estruturados para visitação turística. Os sítios Letreiro do Quinto, Buriti Grande e Torre I, localizados na zona rural do município, sofreram intervenções conservacionistas e foram capacitados para recepção turística guiada de acordo com o projeto intitulado “Diagnóstico de conservação, escavação e estrutura de visitação para sítios arqueológicos localizados no município de Pedro II” realizado pelos pesquisadores da UFPI em parceria com o IPHAN ente os anos de 2007 e 2008. Durante o período do Festival de Inverno de Pedro II, importante festividade que promove o turismo no município, a visitação dos sítios arqueológicos tornou - se umas das principais alternativas de lazer, assim como as cachoeiras e o Mirante do Gritador.

Inseridos nesse contexto regional, o município de Caxingó engloba significantes sítios para arqueologia do Centro-Norte do Estado. O município apresenta sítios arqueológicos cadastrados em duas fases, a saber: 1) a primeira correspondente ao projeto de mapeamento e cadastramento realizado pelas pesquisadoras do Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP), da UFPI, e financiado pelo SPHAN/Pró-memória, em 1986, que executou o cadastro de trinta e dois (32) sítios arqueológicos em nove (9) municípios, entre eles Buriti dos Lopes. (CORREIA; CAMPELO, 1991, p. 63); e 2) a segunda relacionada ao registro dos sítios pelo projeto de prospecção e cadastramento, também executado pelo NAP e em parceria com o já integrado IPHAN e a extinta FUNDEC, atual FUNDAC, entre 1995 e 1996, que cadastrou, entre outros municípios, vinte (20) sítios em todo o território da recém-criada cidade de Caxingó (IPHAN, 1996, p. 25).

Ressalta-se, porém, que o município de Caxingó foi criado somente em 1995, pela lei estadual nº 4811, e, portanto, os sítios Arco do Covão e Pedra do Letreiro (ver Quadro 3) foram cadastrados como pertencentes ao território do município de Buriti de Lopes.

Quadro 3 – Sítios cadastrados em Buriti dos Lopes em 1986.

Código	Nome	Descrição
PI – BL – 01	Arco do Covão	Abrigo rochoso com pinturas policromáticas de rica temática, cujos motivos diferem dos existentes em outros locais.
PI – BL – 02	Pedra do Letreiro	Pequeno abrigo com grande quantidade de grafismos rupestres.

Fonte: Banco de dados do CNSA (2014).

Já o segundo projeto cadastrou dezessete (17) sítios arqueológicos distribuídos em toda a área do município e caracterizados da seguinte forma em suas fichas de cadastros disponibilizadas no sistema Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) (ver Quadro 4):

Quadro 4 – Sítios cadastrados em Caxingó entre 1995 e 1996.

Código	Nome	Descrição
PI – CAX – 01	Casa de Pedra	Abrigo com pinturas e gravuras, solo rochoso, painéis a céu aberto, com queda de blocos do teto após a realização dos grafismos, orientado de NE para SW, forma semicircular, face para SE.
PI – CAX – 02	Roça do Senhor Manoel	A céu aberto com cerâmica.
PI – CAX – 03	Casa de Pedra I	Blocos isolados com pinturas e gravuras a céu aberto, realizadas a grande distância do solo ou em solos rochosos.

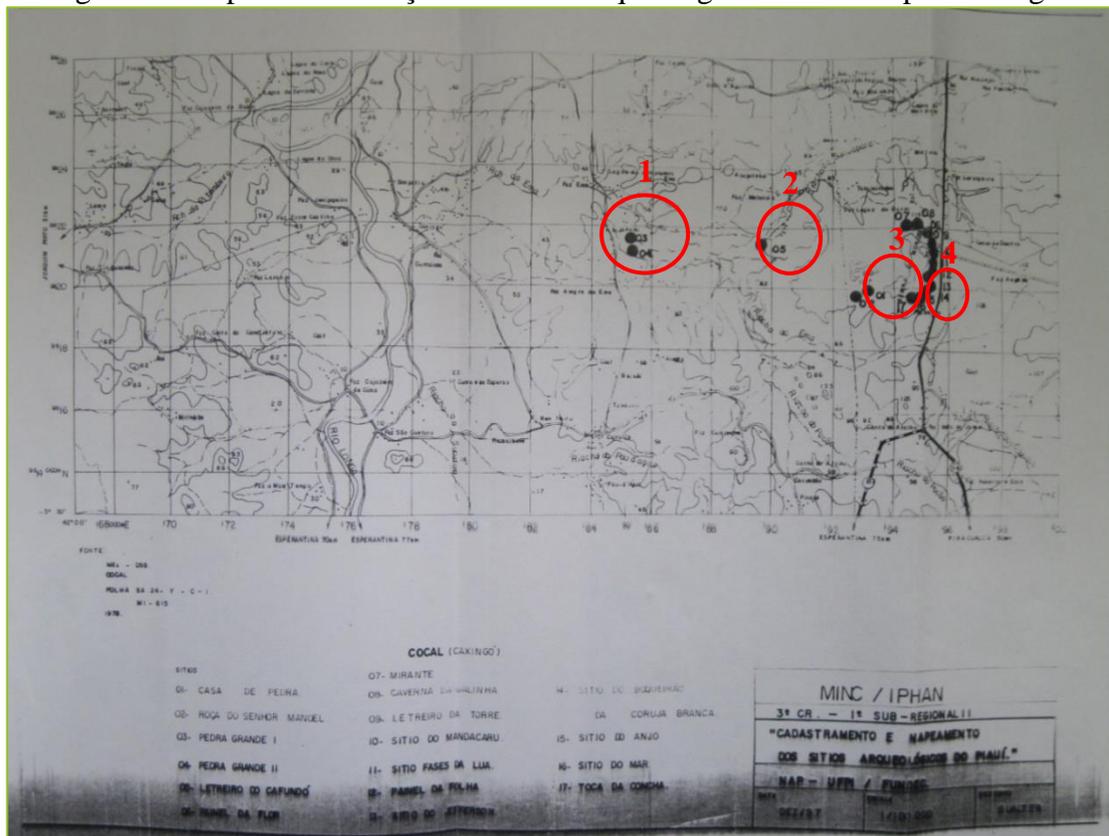
Continuação do Quadro 4.

Código	Nome	Descrição
PI – CAX – 04	Pedra Grande II	Blocos isolados, distantes entre si 10 m, com pinturas e gravuras a céu aberto, situadas entre 1,5 a 3 m de altura, a 25 m do bloco 1 da Pedra Grande I.
PI – CAX – 05	Letreiro do Cafundó	Pequeno abrigo com pinturas, em afloramento rochoso do tipo "casco de tartaruga", orientado de norte para sul, face para oeste.
PI – CAX – 06	Mirante	Pequeno abrigo com pinturas.
PI – CAX – 07	Caverna da Galinha	Caverna apresentando pinturas em diferentes tonalidades de vermelho, preto e amarelo.
PI – CAX – 08	Painel da Flor	Abrigo rochoso com pinturas, situado à grande altitude.
PI – CAX – 09	Letreiro da Torre	Paredão rochoso com pinturas, localizado próximo ao sítio painel da flor.
PI – CAX – 10	Mandacaru	Paredão rochoso com pinturas em duas tonalidades de vermelho e branco.
PI – CAX – 11	Fases da Lua	Pequeno abrigo situado no alto da formação rochosa, com reduzido número de pinturas.
PI – CAX – 12	Boqueirão da Coruja Branca	Paredão rochoso com figuras pintadas na parte inferior, próximas ao solo.
PI – CAX – 13	Painel da Folha	Abrigo rochoso de grandes dimensões, portando muitas figuras, em vermelho e amarelo.
PI – CAX – 14	Sítio do Jeferson	Grande Abrigo rochoso apresentando pinturas.
PI – CAX – 15	Sítio do Anjo	Paredão rochoso com pinturas.
PI – CAX – 16	Sítio do Maribondo	Abrigo rochoso com pinturas.
PI – CAX – 17	Sítio da Concha	Grande abrigo rochoso com pinturas. No solo existem alguns "pilões".

Fonte: Banco de dados do CNSA (2014).

Dessa forma, o contexto macro da área de estudo é composto por um universo de dezessete (17) sítios arqueológicos, mais o Arco do Covão, totalizando dezoito (18) sítios arqueológicos. No entanto, desse total, somente onze (11) estão situados ao longo da Serra do Morcego, na sua face Leste, sendo importante elucidar que o Sítio do Mar, visualizado no mapa de plotagem dos sítios apresentado juntamente com o relatório de cadastro (Figura 2) é o mesmo sítio denominado Marimbondo, identificado no banco de dados do CNSA.

Figura 2 - Mapa de localização dos sítios arqueológicos do município Caxingó.



Legenda: 1 – Sítios Pedra Grande I e Pedra Grande II; 2 – Sítio Letreiro do Cafundó; 3 – Sítios Roça do Senhor Manoel e Casa de Pedra; 4 – Sítios do Mar/Marimbondo e Toca da Concha. Fonte: IPHAN, 1996.

## 2.1 Complexo Arqueológico Serra do Morcego

Segundo Fagundes; Lara e Leite (2012, p. 55), complexos arqueológicos estão situados em áreas de um mesmo compartimento ambiental, com domínios geográficos semelhantes e

apresentam os mesmos traços culturais, assim como outros aspectos arqueológicos semelhantes que suscitam a ideia de Lugares Persistentes formulada por Schalanger<sup>13</sup> (1992).

De acordo com os pesquisadores, complexos diferenciam-se de Áreas porque estas “não apresentam necessariamente características semelhantes, mas cooperam para a compreensão de um quadro regional de uso e ocupação do espaço em escala espacial, temporal e cultural”. Já o enfoque dado por Martin (2005) para ressaltar a importância das pesquisas para caracterizar uma Área Arqueológica possui alguns pontos distintos. A autora utiliza a seguinte descrição:

[...] microrregiões que participam de características geomorfológicas e climáticas semelhantes, poderão se transformar em áreas arqueológicas quando forem assinaladas ocupações pré-históricas que apresentem caracterizadores culturais e cronologias absolutas, relativas ou estimadas, que evidenciem a permanência de grupos étnicos pré-históricos durante longos períodos de tempo (MARYIN, 2005, p. 89).

Dessa forma, a definição de Fagundes; Lara e Leite se aproxima da caracterização de Martin quanto a necessidade de compreensão regional da ocupação humana segundo a utilização e adaptação do espaço e se distancia quanto a necessidade ou não dessa ocupação fazer parte de um compartimento como as mesmas características ambientais. Martin (2005, p. 55) suscita ainda as áreas arqueológicas como categoria inicial para o estudo sistemático fixado em mesma unidade ecológica distinguindo-se de Enclave Arqueológico por sua natureza de limites geográficos dinâmicos e flexíveis.

Nesse enfoque, os sítios arqueológicos da área de estudo, compreendidos no contexto de um complexo arqueológico, são identificados como unidades arqueológicas menores que apresentam evidências da presença humana pré-histórica-histórica em determinado local através de vestígios, artefatos e estruturas arqueológicas (PROUS, 1992, p. 25) que possibilitam em nível imediato a caracterização do contexto e associação com outros achados (RENFREW e BAHN, 1993, p. 43).

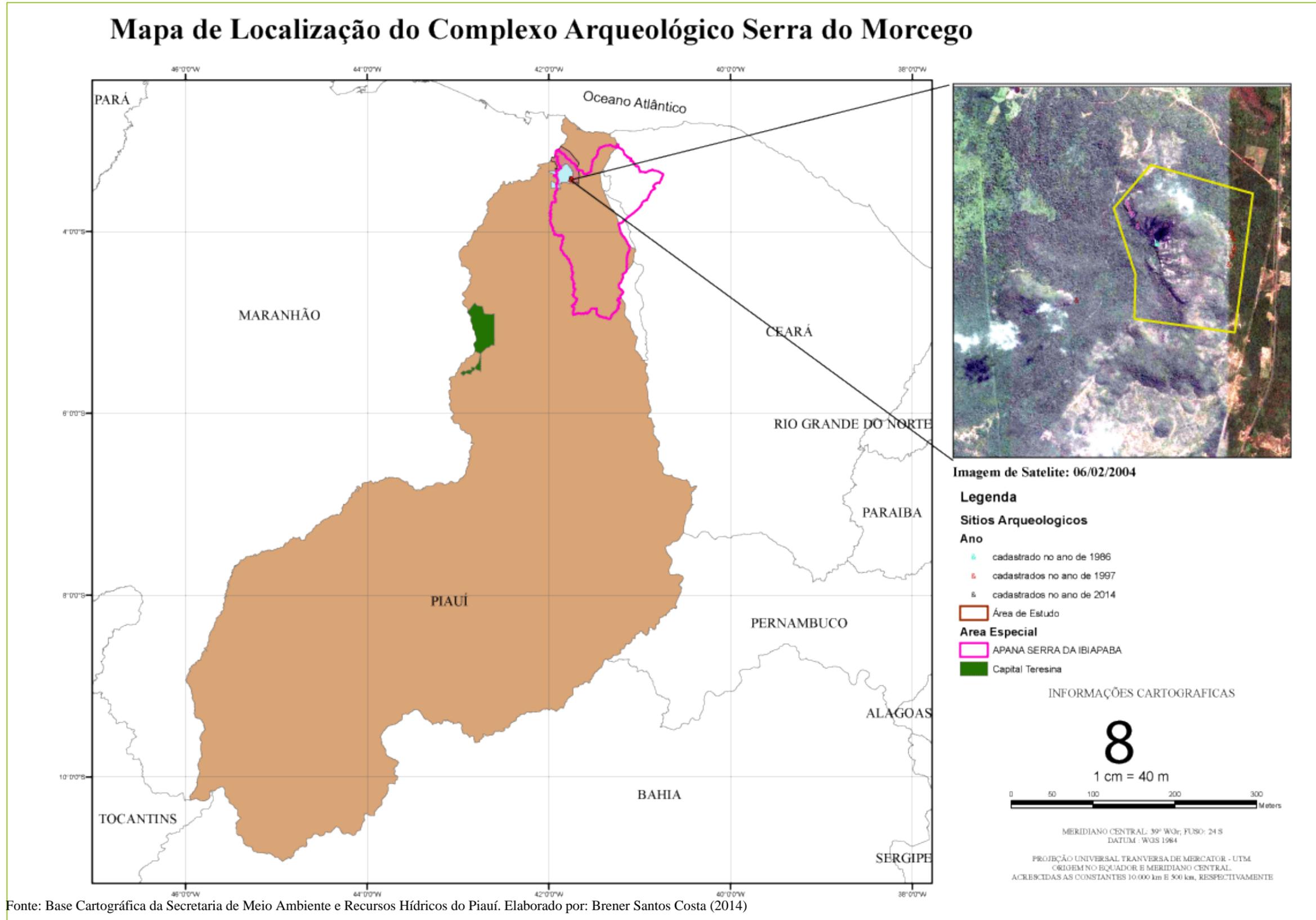
---

<sup>13</sup> A ideia de lugares persistentes formulada por Schalanger (1992, p.92) e apontada por Fagundes; Lara e Leite (2012) para caracterizar complexo arqueológico infere sobre a utilização do espaço retidas vezes durante um longo prazo de ocupação humana em uma região.

### 2.1.1 Localização

O Complexo Arqueológico Serra do Morcego, cujos limites são apresentados no mapa da Figura 3, está localizado na porção Sudeste do município Caxingó situado na localidade Lagoa do Barro, entre as comunas Carnaúbas do Piauí e Buriti dos Lopes, em reserva particular independente de 212.77.10 hectares, cujos proprietários são a senhora Iana Machado Portela e o senhor Genilson Veras.

Figura 3 - Localização do Complexo Arqueológico Serra do Morcego.



Centrado na microrregião do Litoral Piauiense, às margens da BR – 343, próximo ao entroncamento de vias identificado como Volta da Jurema, o complexo envolve parte da Serra do Morcego, um marco na paisagem para todos que trafegam entre o Sul e Norte do Estado sendo ponto de referência também para as pessoas que utilizam os acessos do município Cocal em direção à BR (ver Figuras 4).

**Figura 4 - Panorâmica da Serra do Morcego.**



Autor: Gaspar (2014).

Moradores antigos da região relatam que seus antepassados utilizavam uma via anterior à construção da rodovia federal estabelecida no sopé da Serra próximo ao limite dos sítios arqueológicos demonstrando que o local era utilizado com ponto de passagem aos que visavam chegar ao litoral, conforme apresentado no seguinte trecho:

[...] Até porque têm algumas pessoas mais velhas que contam histórias, né, dos sítios... inclusive, essa pista antes de ser BR, antes de ser asfáltica, era piçarra e eles passavam no pé da Serra, né?! Então, eles vinham... muitas pessoas... é. os carros eram muito difíceis, passava um carro hoje outro daqui uma semana e muitos deles acampavam lá no pé da Serra, naquelas pedras, ficavam ali... também tinha os comerciantes, comboieiros, que paravam lá pra se hospedar naquelas furnas de pedra ali, né?! [...] (ENTREVISTADO 2, 2014)

Assim sendo, o município de Caxingó (ver Figura 5), embora recentemente criado, possui sua história iniciada em 1861 quando Otávio Medeiros da Cunha e sua esposa Amélia Santos Medeiros resolveram morar ao lado esquerdo do rio Longá, área ligada na época à Parnaíba, e criaram um ponto comercial atraindo moradores das fazendas São Caetano, Granjo, Olho D'água dos Balduínos e Carúbas. Com o passar do tempo novos moradores foram se

estabelecendo e o local foi popularizando. Em 1995, tornou-se município emancipado de Buriti dos Lopes.

**Figura 5 – Acesso principal ao município Caxingó.**



Autor: Gaspar (2014).

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui atualmente área total de 496, 24 Km<sup>2</sup>, e está limitado pelas unidades municipais Buriti dos Lopes, Murici dos Portelas, Carnaúbas do Piauí e Joaquim Pires e possui atualmente 5. 039 habitantes.

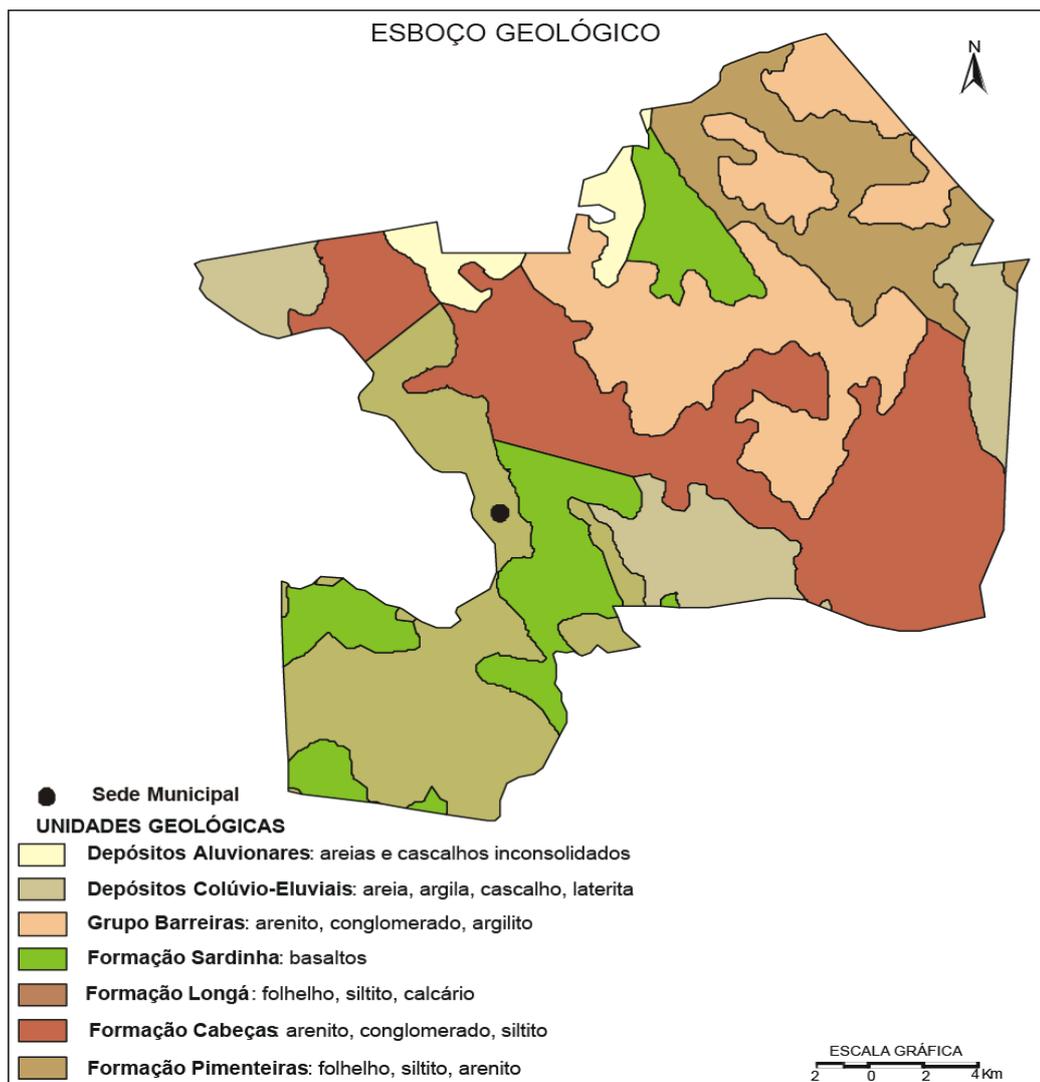
## 2.1.2 Geomorfologia

Caxingó compõe a microrregião do Litoral Piauiense e está diretamente relacionado à bacia do rio Longá, que corta a sua extensão territorial de Norte a Sul. O rio Longá é um importante afluente da Bacia do Baixo Parnaíba e ocupa uma área total de 22. 634 Km<sup>2</sup> correspondendo a 9,02% do Estado. Está totalmente inserido nos domínios da Bacia sedimentar do rio Parnaíba que apresenta “alternância de formações geológicas com diferentes permeabilidades” que acompanham a sequência dos eventos deposicionais e tectonomagmáticos.

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (SEMAR) e a Agência Nacional de águas (ANA) (2005, p.8), as formações geológicas que correspondem aos principais aquíferos da Bacia do Longá são dos Grupos Balsas, Canindé e Serra Grande.

A Figura 6 apresenta a caracterização dos compartimentos geológicos da área do município de Caxingó definidos pela Formação Cabeças no centro e a Leste, interrompida pelo Grupo Barreiras e limitada pelas Formações Longá, Pimenteiras e pelos depósitos de Colúvio – Eluviais e pequenas pontos de depósitos aluvionares próximo a região da nascente do Rio Longá (CPRM, 2004, p.11).

Figura 6 – Apontamento da localização da Serra do Morcego quanto o esboço geológico do município Caxingó.



Fonte: Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município Caxingó, Estado do Piauí (CPRM, 2004). Modificado pela autora

Portanto, a área da Serra do Morcego, situada no limite inferior com o município Buriti dos Lopes, está posicionada, portanto, em área sedimentar da Formação Cabeças caracterizada litologicamente por Scaffler *et al* (2010, p. 166) como:

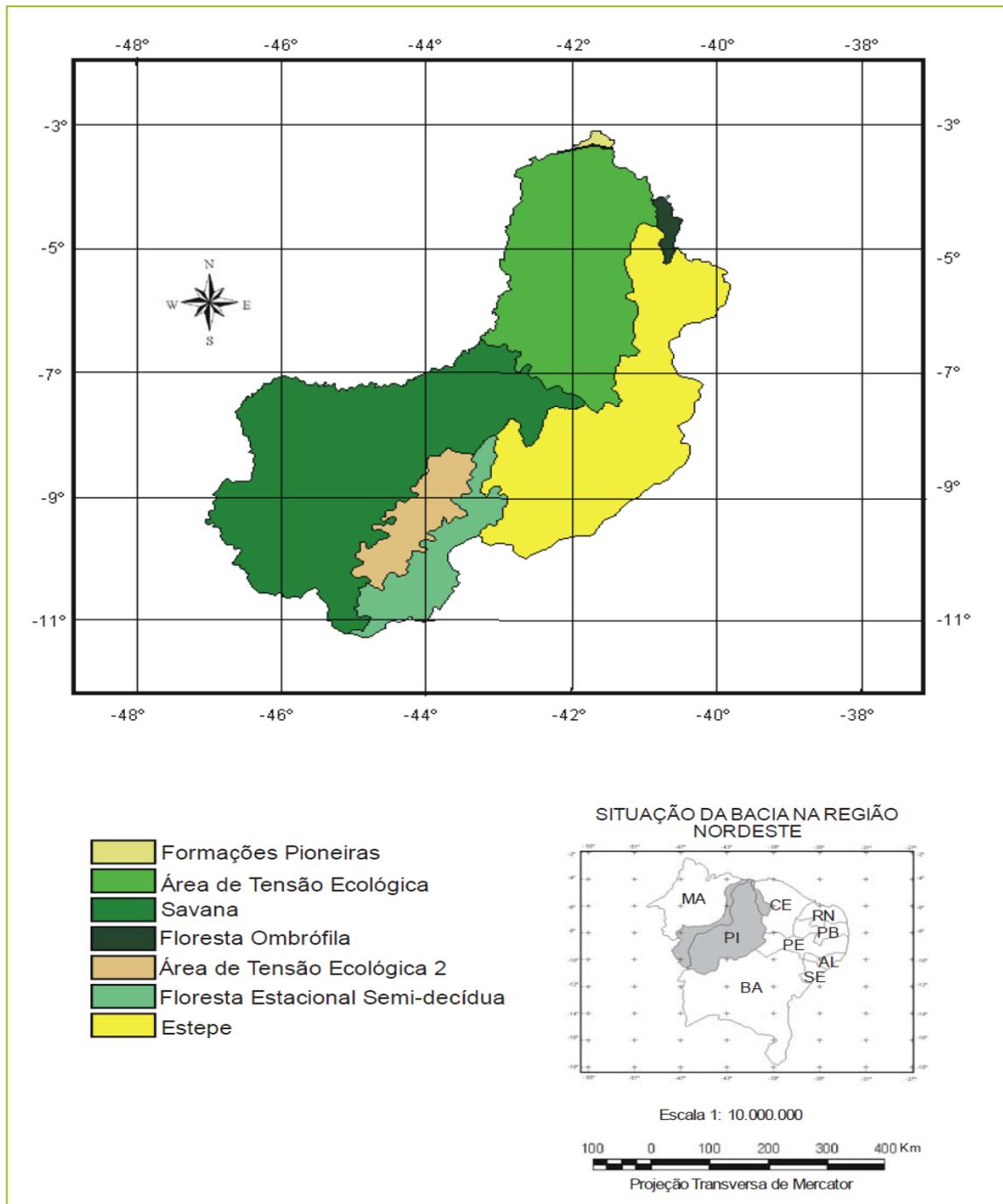
A Formação Cabeças é constituída pelos sedimentos dos membros Passagem e Oeiras, sendo composta principalmente por arenitos micáceos bem selecionados, de granulação muito fina a grossa e coloração esbranquiçada a arroxeadada, com intercalações de siltitos, arenitos conglomeráticos e raramente folhelhos, aflorantes nos flancos leste e oeste da bacia. No seu topo, ocorrem tilitos, ritmitos e pavimentos estriados, principalmente no flanco oeste, onde os corpos areníticos da Formação Cabeças são mais delgados, gradando lateralmente para os pelitos da Formação Pimenteira (Kegel, 1953; Caputo et al., 2005).

Em uma escala mais reduzida, Magalhães (2011, p. 154) acrescenta que alguns sítios da Serra do Morcego estão concentrados em área “constituída por arenitos de grãos finos e médio, silicificado em algumas partes e às vezes cimentados em matriz feldspática, como no caso do Arco do Covão”.

### 2.1.3 Vegetação e Clima

A vegetação e o clima da área de estudo não possuem ainda uma caracterização específica como ocorre com a geomorfologia, porém a região da Bacia do Rio Longá, a qual a área está imediatamente relacionada, é assinalada em algumas pesquisas por pertencer à classificação Área de Tensão Ecológica (ver Figura 7), que envolve situação climática peculiar.

Figura 7 – Área de Tensão Ecológica no Piauí.



Fonte: SOUSA (2007, p. 53).

Nesse mesmo ensejo, o relatório produzido em parceria pela SEMAR/PI e ANA (2005, p. 12) aponta a complexidade da cobertura vegetal da Bacia do Rio Longá em área de clima quente e úmido e interferência humana duradoura caracterizando – a como Área de Tensão Ecológica, por sua vez, descrita por Barros (2005) da seguinte maneira em relação ao posicionamento na Bacia do Baixo Parnaíba:

Estas formações vegetais constituem maior domínio fitoecológico da bacia, caracterizando-se por apresentarem floras indiferenciadas com forte interpenetração na forma de enclave e ecótono. O clima atuante é do tipo semi-árido úmido, com isoietas de 700 mm/ano a 1 500 mm/ano. Os contatos mais significativos ocorrem entre Savana/Estepe e Savana/Floresta Estacional. (BARROS, 2005, p. 56).

O domínio Área de Tensão Ecológica foi utilizado pela primeira vez por Rivas, em 1996, para definir ‘espaços geográficos de interface entre diferentes biomas/ecossistemas sujeitos a pressões antrópicas’ identificadas no Centro – Norte e Sul do Estado ao longo da Bacia do Parnaíba. (SOUSA, 2007, p. 55). Essas áreas são representadas pelo conhecimento comum da faixa de transição entre os biomas caatinga e cerrado e, de acordo com Rivas (1996) citado por (BARROS, 2005; SOUSA, 2007), possui três pontos de concentração: Vale do Gurgueia, Tabuleiros Litorâneos e Baixada de Campo Maior.

O clima é predominantemente Quente Tropical, com temperaturas mínimas aproximadas aos 25° C e máximas aos 36° C sendo o período úmido concentrado nos meses de fevereiro, março e abril com precipitações pluviométricas características do Regime Equatorial Marítimo com isoietas anuais entre 800 e 1.600 milímetros. (CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2004, p. 3).

## 2.1.4 Recursos Hídricos

A Bacia do Rio Longá domina toda a região do município de Caxingó. A nascente está localizada no município de Alto Longá, no povoado Lagoa do Mato, e os rios Jenipapo e Surubim são os principais afluentes e os importantes para a perenidade do curso do rio (SEMAR/ANA, 2005, p. 13).

Na área do Complexo Arqueológico Serra do Morcego o principal recurso é o Olho d’água do Covão que nasce entre as rochas do sítio arqueológico Arco do Covão em vegetação já modificada pelo homem, mas que resguarda ainda densidade moderada e umidade elevada.

O curso do olho d’água encontra – se atualmente antropizado e retido em uma espécie de piscina natural que acumula a água que desce entre as rochas (ver Figura 8).

Figura 8 – Olho D’água do Covão.



### 2.1.5 Registros Rupestres

O estudo sistemático de registros rupestres no Estado do Piauí teve início na década de 1970 quando uma equipe composta por diferentes especialistas, franceses e brasileiros, liderados por Niéde Guidon, deu início às primeiras pesquisas.

Em 1986, a criação da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) ampliou as perspectivas da criação do PARNA Serra da Capivara. Novas colaborações foram anexadas ao projeto inicial de caracterização do povoamento do Sudeste do Piauí e as parcerias estabelecidas com diversas instituições possibilitaram a criação do Museu do Homem Americano e a construção de laboratórios de pesquisa (MARTIN, 2005, p. 44 - 45). A partir desse momento, os estudos sobre a ocupação do homem pré – histórico na América do Sul se posicionaram em diversas áreas de pesquisas.

Dentre as mais estudadas e difundidas, a caracterização dos Registros Rupestre da região de São Raimundo Nonato alavancou diversas proposições de metodologia de levantamento do perfil gráfico e de classificações estilísticas. Nesse sentido, Guidon (1985, p.6) explica, que

preliminarmente, foram estabelecidas seis Tradições<sup>14</sup>, das quais três para pinturas<sup>15</sup> e três para gravuras<sup>16</sup> rupestres compreendidas no contexto dos termos grafismos reconhecíveis,<sup>17</sup> não – reconhecíveis<sup>18</sup> e grafismos puros<sup>19</sup>.

A partir desse contexto de estudo, os sítios arqueológicos situados na área de abrangência da Serra do Morcego, caracterizados em maior número por pinturas rupestres que apresentam formas, dimensões e tonalidades variadas e, em menor, gravuras representadas por sulcos na rocha, nomeados pilões na bibliografia especializada, foram objeto de estudo da tese intitulada “A Arte Rupestre do Centro – Norte do Piauí: indícios de narrativas icônicas”, de autoria da professora doutora Sônia Maria Campelo Magalhães, na qual a pesquisadora realizou a contextualização dos registros gráficos de três áreas arqueológicas, entre elas a Área Arqueológica de Caxingó, e a identificação da filiação estilística em relação às tradições rupestres pré-estabelecidas na região Nordeste.

A área arqueológica de Caxingó abrange uma grande extensão territorial compreendendo cinco (5) município, em um raio de 4 Km a partir da linha de praia e 60 Km ao interior do continente, envolvendo um conjunto de vinte e um (21) sítios arqueológicos listados da seguinte forma (ver Quadro 5):

Quadro 5 – Sítios da Área Arqueológica Caxingó.

Nº	Sítio	Município
01	Pedra do Letreiro da Maçaranduba	Luis Correia
02	Pedra do Letreiro	Buriti dos Lopes

<sup>14</sup> Segundo Martín e Asón (2000, p. 99), Tradições são definidas as unidades maiores na classificação dos grafismos rupestres onde um universo cultural foi transferido durante um longo período e por larga dispersão espacial. Guidon (1985, p.6) explica que Tradições são definidas pelos grafismos que representam e pela proporção relativa dentro grupo de grafismos podendo serem subdivididas em Sub - tradições e estilos.

<sup>15</sup> As Tradições para pinturas rupestres mencionadas são: Nordeste, Agreste e Geométrica.

<sup>16</sup> Itacoatiras do Leste, Itacoatiras do Oeste e Congo. Esta última foi observada em apenas um sítio e por isso não estebelecida como Tradição (GUIDON, 1985, p. 10).

<sup>17</sup> Segundo Pessis (2002 , p. 31) os grafismos reconhecíveis são pinturas ou gravuras que possuem traços que permitem o reconhecimento imediato da composição e comparação com referencial cognitivo do visualizador.

<sup>18</sup> Os grafismos não reconhecíveis, de acordo com Pessis (2002, p.31), não permitem nenhum tipo de reconhecimento. São indiferentes ao mundo do visualizador.

<sup>19</sup> Os grafismos puros configuram as unidades gráficas irreconhecíveis e, segundo Pessis (2002, p.44) constituem uma categoria que está deixando de ser utilizada no processo de análise dos registros rupestres.

Continuação do Quadro 5.

Nº	Sítio	Município
03	Guaritas II	Bom Princípio do Piauí
04	Furna das Guaritas	Bom Princípio do Piauí
05	Letreiro das Cruzes	Bom Princípio do Piauí
06	Arco do Covão	Caxingó
07	Mirante	Caxingó
08	Caverna da Galinha	Caxingó
09	Painel da Flor	Caxingó
10	Painel da Folha	Caxingó
11	Fases da Lua	Caxingó
12	Sítio do Jefferson	Caxingó
13	Sítio do Anjo	Caxingó
14	Sítio do Marimbondo	Caxingó
15	Casa de Pedra	Caxingó
16	Pedra Grande I	Caxingó
17	Pedra Grande II	Caxingó
18	Letreiro do Cafundó	Caxingó
19	Boqueirão da Coruja Branca	Caxingó
20	Toca da Concha	Caxingó
21	Pedra do Letreiro	Cocal

Fonte: Magalhães (2011, p. 141). Modificado pela autora.

Dessa forma, a pesquisadora contribuiu para a caracterização dos sítios do Complexo Arqueológico Serra do Morcego quanto à relação do conjunto em uma área mais abrangente, composta por sítios localizados em Luís Correia, Buriti dos Lopes, Bom Princípio do Piauí e

Cocal, e outros dois setores estabelecendo novas perspectivas para a compreensão de filiação cultural dos grafismos da região.

Ao constituir a Área Arqueológica Caxingó, Magalhães (2011) considerou o município que possuía a maior concentração de sítios arqueológicos constituindo o ponto de difusão dos registros rupestres e a localização geográfica em concordância com a características ambientais diferenciadas, conforme verificado no trecho citado abaixo:

A denominação dada a essas áreas corresponde à do município tido como representativo das aglomerações de sítios. Assim, em termo de divisão política, o município de Caxingó constitui o núcleo da área de mesmo nome, situada na região Norte, à qual se acrescentam os sítios dos municípios Luis Correia, Buriti dos Lopes, Bom Princípio e Cocal. (MAGALHÃES, 2011, p. 139)

A autora elege ainda os sítios da Serra do Morcego, utilizando a denominação Morro do Morcego<sup>20</sup> (MAGALHÃES, 2011, p. 150), para distinguir o primeiro setor de análise para o seu estudo compreendendo desta maneira o sítio Arco do Covão como ponto de difusão dos grafismos predominantes na região.

Em seguida, a metodologia aplicada à pesquisa possibilitou a descrição, o posicionamento cartográfico e a identificação das técnicas utilizadas para elaboração dos grafismos, bem como o objetivo de diferenciar categorias de análises e os referenciais cronológicos dos grafismos. Quanto a ordenação dos registros, foram utilizadas as classificações: grafismo reconhecidos e grafismo de reconhecimento diferido. A primeira, para as pinturas ou gravuras que podiam ser identificadas. A segunda, para os registros que necessitavam de um estudo posterior mais aprofundado.

Nas três áreas arqueológicas estudadas verificou-se a predominância dos grafismos de reconhecimento diferenciado em comparação com os que podiam ser imediatamente identificados sendo que acentuada relevância foi observada nos sítios dos municípios de Luis

---

<sup>20</sup> Magalhães (2011) utiliza a denominação Morro do Morcego devido as características da elevação não configurarem uma Serra, como a baixa a altitude, no entanto, para este trabalho a nomação Serra do Morcego será mantida pela ampla utilização popular e por constar até mesmo na cartografia geral da área. Além disso, o nome Serra do Morcego é bastante divulgado e conhecido em toda a região.

Correia, Buriti dos Lopes, Bom Princípio, Cocal e Caxingó. Em menor número, traços das Tradições Nordeste e Agreste foram analisados nas áreas arqueológicas PARNA de Sete Cidades e Pimenteiras.

Os sítios do município Caxingó, portanto, estão inseridos em um contexto diferenciado de registros rupestres. Segundo os parâmetros temáticos, técnicos e de apresentação gráfica, foram identificadas três classes de grafismos: idênticos<sup>21</sup>, diferentes<sup>22</sup> e excepcionais<sup>23</sup>. As análises dos quadros comparativos pela pesquisadora permitiram a seguinte relação:

- a) Os grafismos idênticos apresentam – se em maior número na área de Caxingó, seguida pelas áreas do PARNA Sete Cidades e Pimenteiras, alcançando o Sudeste do Piauí;
- b) Os sítios de Caxingó, na amostragem da análise, apresentaram um maior número de grafismos diferentes;
- c) Os sítios Arco do Covão, do Jefferson, Painel da Folha e Marimbondo exibiram um maior número de grafismos excepcionais individuais, porém não foram contabilizados na área de Caxingó grafismos excepcionais de composição.

Quanto aos aspectos de traço, cor e apresentação no suporte, a autora concluiu que há predominância de traços largos, tonalidade de vermelho sendo raros os casos de pinturas em outras tonalidades e intenso aproveitamento do suporte verificado nos sítios de Caxingó sendo que alguns apresentam grandes manchas vermelhas sinalizando o reaproveitamento do suporte várias vezes para execução de pinturas, a utilização da ondulação do suporte e a associação de registros entre diferidos e reconhecidos ou entre reconhecidos e reconhecidos (MAGALHÃES, 2011, p 194 – 195).

A pesquisadora analisa ainda os sítios quanto a composição temática verificando distintos elementos. Especificamente, caracteriza a área de Caxingó por sua dimensão temática extensa. Além dos grafismos de reconhecimento diferido, representados por antropomorfos e zoomorfos estilizados (1 e 2) e traços perpendiculares ou formandos “v” consecutivas vezes

<sup>21</sup>Segundo Magalhães (2011, p 164), os grafismos idênticos são aqueles identificados em mais de uma representação e que estabelece identidade, semelhança ou analogia com outros grafismos.

<sup>22</sup> Os grafismos diferentes podem ser representados mais de uma vez, porém diferenciam -se dos grafismos idênticos porque possibilitam individualizar uma determinada área, ou seja, são marcantes para a identificação de um conjunto de sítios (MAGALHÃES, 2011, p. 172 - 173).

<sup>23</sup> Magalhães (2011, p. 183) dividiu os grafismos excepcionais entre individuais e de composição, mas com a característica de apresentar uma narrativa, onde o símbolos poderiam ter a intenção de repassar uma mensagem.

(3), encontram – se formas que podem ser comparadas à cruzes (4), figuras que lembram elementos da flora (5 e 7), e formas geometrizadas (6) (Prancha 1).

Prancha 1 – Elementos gráficos que caracterizam a Tradição Caxingó.



Fonte: Magalhães (2011).

### 2.1.5.1 Tradição Caxingó

Durante a análise dos registros rupestres das três áreas arqueológicas definidas para a região Centro – Norte do Piauí, Magalhães (2011) contabilizou 188 sítios arqueológicos de pinturas e gravuras rupestres. Nas avaliações sobre a temática, técnica e representação identificou a predominância dos grafismos de reconhecimento diferido em maior proporção na área de Caxingó seguida pelas áreas 2 e 3, respectivamente. Como ponto de difusão para esses grafismos referenciou o sítio arqueológico Arco do Covão (ver Figura 9).

Figura 9 – Sítio Arco do Covão



Autor: Gaspar, 2012.

Relatado por constituir um marco na paisagem, o sítio Arco do Covão é uma referência para o estudo da Arte Rupestre no Norte do Estado. Caracterizado por suas grandes dimensões e o aspecto de monumento natural, no referido sítio foram contabilizados cerca 600 pinturas rupestres pela pesquisadora, em sua maioria do tipo grafismos diferidos (MAGALHÃES, 2007, p. 155). As justaposições de diversos registros rupestres no sítio Arco do Covão e a repetição dos mesmos em sítios adjacente foram considerados aspectos que o caracterizariam como tal.

Contudo, de acordo com a arqueóloga, os sítios Paineira da Folha, do Jeferson e Marimbondo, também situados na Serra do Morcego, seriam igualmente relevantes pelas variadas formas geométricas, com acentuado aproveitamento do suporte rochoso, assim como pela diferenciação das representações de fitomorfos semelhantes a flores (ver Figuras 10 e 11).

Figura 10 – Representação de fitomorfo no Sítio do Jeferson.



Autor: Gaspar (2013).

Figura 11 – Fitomorfo sítio Pannel da Folha.



Autor: Gaspar (2012).

Em resumo, a autora destacou a diferenciação entre os grupos humanos do Centro – Norte e do Sudeste do Piauí. Estes caracterizados pela narratividade em composições gráficas representando ação, aqueles pelo conteúdo provavelmente mítico registrado através de uma narrativa icônica que não invalida a hipótese de códigos de comunicação e que deixam de ser considerados grafismos geométricos estáticos que não se encaixam em nenhum termo classificatório, a não ser o próprio grupo para onde são encaminhadas todas as formas não reconhecidas ao senso cognitivo do homem contemporâneo. (MAGALHÃES, 2004, p. 274).

Nesse enfoque, a autora sugere a diferenciação dos padrões gráficos identificados em maior número na Área Arqueológica de Caxingó pelo domínio de uma nova Tradição de registros rupestre na qual a temática é denominada Caxingó.

## 2.1.6 Relatos e (re) conhecimento do Complexo Arqueológico Serra do Morcego

Caracterizada como uma forma de interação social flexível, a entrevista é uma técnica utilizada para obtenção de informações utilizadas por pesquisadores em distintas áreas do conhecimento (GIL, 1999, p.117).

No campo da pesquisa qualitativa o objetivo é o aprofundamento social e não a representatividade numérica. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), a preocupação gira em torno da “compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” e “não pode ser reduzida a operacionalização de variáveis”. Dessa forma, a entrevista pode ser utilizada no modelo de pesquisa de survey que, segundo as autoras, é executada quando o levantamento é realizado exatamente no grupo de interesse e que se aproxima da intenção de arrolar informações do grupo escolhidos para a pesquisa.

Segundo Gil (1999, p. 119 - 121), essa técnica de coleta de dados apresenta quatro níveis de estruturação de dados, são eles:

- a) informal: não possui roteiro estruturado e distingue da conversação por possuir o objetivo de coleta de dados;
- b) focalizada: tem como foco um tema específico e o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente;

c). Por pautas: apresenta certo grau de estruturação no qual o entrevistador baseia – se para direcionar o assunto das falas livres do entrevistado;

d). Estruturada: possui uma forma fixa de perguntas e respostas que é seguida por todos os entrevistados.

Neste estudo, as entrevistas foram executadas durante a terceira etapa de campo. O objetivo proposto para essa etapa do trabalho foi a necessidade de conhecer a relação entre os indivíduos que moram próximo a Serra do Morcego e o patrimônio arqueológico situado na área. Em processo, as entrevistas mostraram – se importantes não apenas para o (re) conhecimento da relação, mas também para identificação de histórias e mitos relacionados ao local. Com isso, complementaram os dados sobre a região da Serra do Morcego e possibilitaram o acesso à informações que estão presente somente em relatos orais.

Considerando esses objetivos, optou – se por realizar as entrevistas seguindo o modelo por pautas, no qual o pesquisador utiliza questionamentos pré – estabelecidos e no decorrer da atividade assume os caminhos que o diálogo pode percorrer. Sobre essa escolha mostrou – se a mais acertada em virtude do foco específico dos objetivos e do nível de escolaridade dos entrevistados

O grupo de entrevistados almejado para a pesquisa foi desde o início moradores da localidade onde a propriedade que envolve a área de estudo está inserida tendo em vista a possível aproximação, ou não, com o local dos sítios arqueológicos.

Dessa forma, o perfil traçado foi de um grupo relativamente abrangente no qual diferente faixa etárias fossem alcançadas. No entanto, a realidade local mostrou uma outra perspectiva.

Observou – se em campo, no contato com a localidade Lagoa do Barro, ou Cocalinho, que a área é formada por residências rurais que possuem famílias cujos os membros são em sua maioria mulheres, jovens, crianças e idosos de baixa renda familiar e escolar que possuem na agricultura o principal meio de vida. Fato que inviabilizou inclusive a utilização adequada do Termo de autorização para gravação de voz e do Termo de consentimento livre e esclarecido reduzindo a utilização de algumas entrevistas para este trabalho.

Nesse enfoque, o grupo alvo foi escolhido de maneira intencional, de acordo com a conveniência e com a possibilidade de uso das entrevistas, porém a amostragem foi construída de maneira aleatório seguindo a visitação das quinze casas ao redor da propriedade.

Essa fase da terceira etapa de campo apresentou certo grau de dificuldade imposta quanto o delineamento de um grupo de entrevistados pelos seguintes motivos:

- a) O grau de escolaridade que impossibilitava a autorização para gravação de voz e o termo de participação da entrevista;
- b) A timidez de alguns moradores;
- c) A vontade de participar do trabalho.

Diante desses aspectos, um grupo pequeno de quatro (4) participantes, porém representativo, foi traçado para as entrevistas. Os relatos contribuíram a complementação de informações sobre a Serra do Morcego segundo histórias de moradores, ocupação da área e relatos de mitos e lendas relacionados ao local.

As entrevistas foram organizadas em ordem cronológica e os entrevistados foram identificados pelos números 1, 2, 3 e 4. As entrevistas encontram – se transcritas na íntegra no Apêndice C.A conservação de sítios arqueológicos exige ações e medidas adequadas que permitam um manejo dos recursos culturais idôneo e que ao mesmo tempo possibilite às comunidades locais o benefício da existência dos sítios partindo do pressuposto de que o patrimônio acessível em consonância com o conhecimento produzido e a cautela da conservação dos registros possibilita a adequação dos objetivos da proteção ao desenvolvimento econômico sustentável.

No tocante à aproximação da comunidade com o patrimônio arqueológico localizado na Serra do Morcego, pode – se perceber a partir do diálogo informal e entrevistas com a comunidade que uma parcela dos sítios arqueológicos é conhecida. No entanto, o distanciamento com o local foi acentuado ao longo dos anos mediante o respeito à propriedade privada em um primeiro momento e posteriormente pela restrição de caça de animais silvestres na área de abrangência da reserva realizada pelos proprietários.

Embora seja proibida pelos órgãos competentes, a atividade de caça é considerada habitual na zona rural de Caxingó e, de acordo com as informações verbais repassadas, era o maior atrativo da Serra do Morcego anteriormente. Sobre esse assunto, é interessante ressaltar um dado que foi revelado pela pesquisa de Costa (2013) sobre a proposta de criação da RPPN Serra do Morcego e a prática do ecoturismo.

Costa (2013, p. 100), ao questionar o ponto de vista da população do município de Caxingó sobre os principais atrativos da Serra do Morcego para o turismo, 3% dos entrevistados

mencionaram a caça como principal atividade enquanto a maioria, porcentagem de 47%, ressaltou a existência dos registros rupestres. Nesta mesma linha, o levantamento da turismóloga revelou que 37 % dos entrevistados havia visitado a Serra do Morcego e 80% consideravam a potencialidade do local para o turismo.

Os dados da pesquisa, portanto, comprovam a inclinação da população para apoiar a criação da RPPN e implantação de atividades turísticas na área. No entanto, as declarações eram guiadas principalmente pelo desejo de desenvolvimento econômico da região por meio da atividade turística, como expressou a pesquisadora no seguinte trecho:

[...] a comunidade se mostrou favorável à criação de uma RPPN, pois para eles será uma oportunidade de preservar e conservar os recursos ambientais, dessa forma, valorizando a região e ao mesmo tempo atrair uma maior visibilidade para as belezas, não só da Serra do Morcego, mas de todo o município Caxingó – PI e suas potencialidades, sejam elas urbanas ou naturais. (COSTA, 2013, p.111).

Ao passo que o turismo é lembrado pelo ponto de vista econômico pela comunidade, outro fator é associado imediatamente: a oportunidade de emprego e carreira para os jovens da região. O primeiro entrevistado quando questionado sobre o interesse da comunidade na criação da RPPN salientou a vontade de jovens locais de ter oportunidades de trabalho próximo à residência e com o patrimônio local, como fica explícito no trecho abaixo:

Com certeza tem... aqui tem muito jovem que é desempregado, tem pessoas que são capacitadas assim para... até mesmo como guia, tem muitos que conhecem ai bacana, mas não têm, é... no momento não tem o trabalho por falta... temos duas moça.<sup>24</sup> formadas aqui... temos dentro do município um parque desse aqui e elas vão ter que sair para um local bem mais distante pra procurar serviço, se elas poderiam trabalhar bem aqui, né?! [...](Entrevista II, informação verbal)

---

<sup>24</sup>O segundo entrevistado se refere à duas moças formadas em turismo na UFPI, campus Parnaíba, que são do município Caxingó e trabalham em outras regiões. Uma delas é a autora da pesquisa sobre a Serra do Morcego citada anteriormente.

A visibilidade da Serra do Morcego como marco paisagístico, como local de grande beleza e como um lugar de mistério foram igualmente relatados pelos entrevistados. A primeira entrevista apontou ainda algumas histórias sobre o local, além da utilização como local de passagem antes da construção da rodovia, como já foi abordado no capítulo três.

Os dois trechos abaixo abordam as histórias e relatos sobre fatos ocorridos na serra e sobre a utilização de um determinado ponto, um pequeno abrigo, onde ficava situada uma santa<sup>25</sup> e era utilizado como espaço sagrado:

[...] tem muita história... dizem que eles ouviam vozes, ouvia aqueles ruídos, aqueles coisas, mas nunca se fala o que era realmente, né?! E tem essa história da Serra do Morcego, né?!... e a gente fica na curiosidade, querendo saber mais, mas não tem como, né?! [...] (Entrevista II, informação verbal)

[...] dizem também que é um local que é encantado, né?!... que tem uma princesa, uma santa ali, inclusive já veio um helicóptero em cima da serra e pagaram promessa, soltaram foguetes e os moradores que tinham famílias e moravam bem próximo a Serra... eles diziam que tinha realmente essa santa, né?!... você olhava de longe e via perfeitamente uma santa, uma imagem e quando você chega bem próximo é uma pedra [...] (Entrevista II, informação verbal)

O quarto entrevistado detalhou mais alguns pontos sobre a existência da santa:

[...] essa santa dizem que é nossa senhora de Sant'ana, de perto você vê, de longe você vê a santa com um livro embaixo do braço, quando você chega você não pode chegar porque os marimbondos não deixam [...] (Entrevista IV, informação verbal)

Nesse enfoque, é importante ressaltar a necessidade de um estudo específico para a documentação deste tipo de informação. Os relatos que surgiram a partir dessas pequenas entrevistas suscitaram aspectos que devem ser analisados em qualquer trabalho que vise o

---

<sup>25</sup> No trabalho de levantamento dos sítios, após o conhecimento de tal relato sobre a santa, tentou – se identificar o local indicado, optando por dar continuidade a demanda do trabalho e apenas realizando o registro para futuros trabalhos.

estudo do patrimônio cultural. O levantamento da ordem imaterial e histórica associada ao patrimônio arqueológico engrandece qualquer estudo e é necessário em virtude de ambos fazerem parte da vivência do homem atual. Some – se a isso, a valorização da fala da comunidade, do morador, do trabalhador rural, é o ponto de partida para a conservação no sentido *lato sensu* abordado por Ferraro (2011) e que torna a arqueologia também social.

## 2.3 Serra do Morcego enquanto Área Protegida

Segundo Mendes (2008, p.40), o Piauí possui trinta e nove unidades de conservação distribuídas de acordo com a relação do Quadro 6, situado logo abaixo, onde as Reservas Particulares do Patrimônio Natural representam 20,0% da porcentagem de Unidades, seguidas pelas Áreas de Proteção Ambiental (APA) estaduais, com 16, 7%. Quanto à área total destinada para unidades de conservação, as APA's federais ocupam mais de um milhão e meio de hectares equivalentes a 55, 64%.

**Quadro 6 - Unidades de Conservação do Piauí.**

Quantidade	Categoria
04	Áreas de Proteção Ambiental federais
05	Áreas de Proteção Ambiental estaduais
01	Áreas de Proteção Ambiental municipais
04	Parques Nacionais
04	Parques estaduais
03	Parques municipais
01	Floresta Nacional

Continuação do Quadro 6.

Quantidade	Categoria
06	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
01	Reserva Extrativista
01	Estação Ecológica
09	Outras categorias

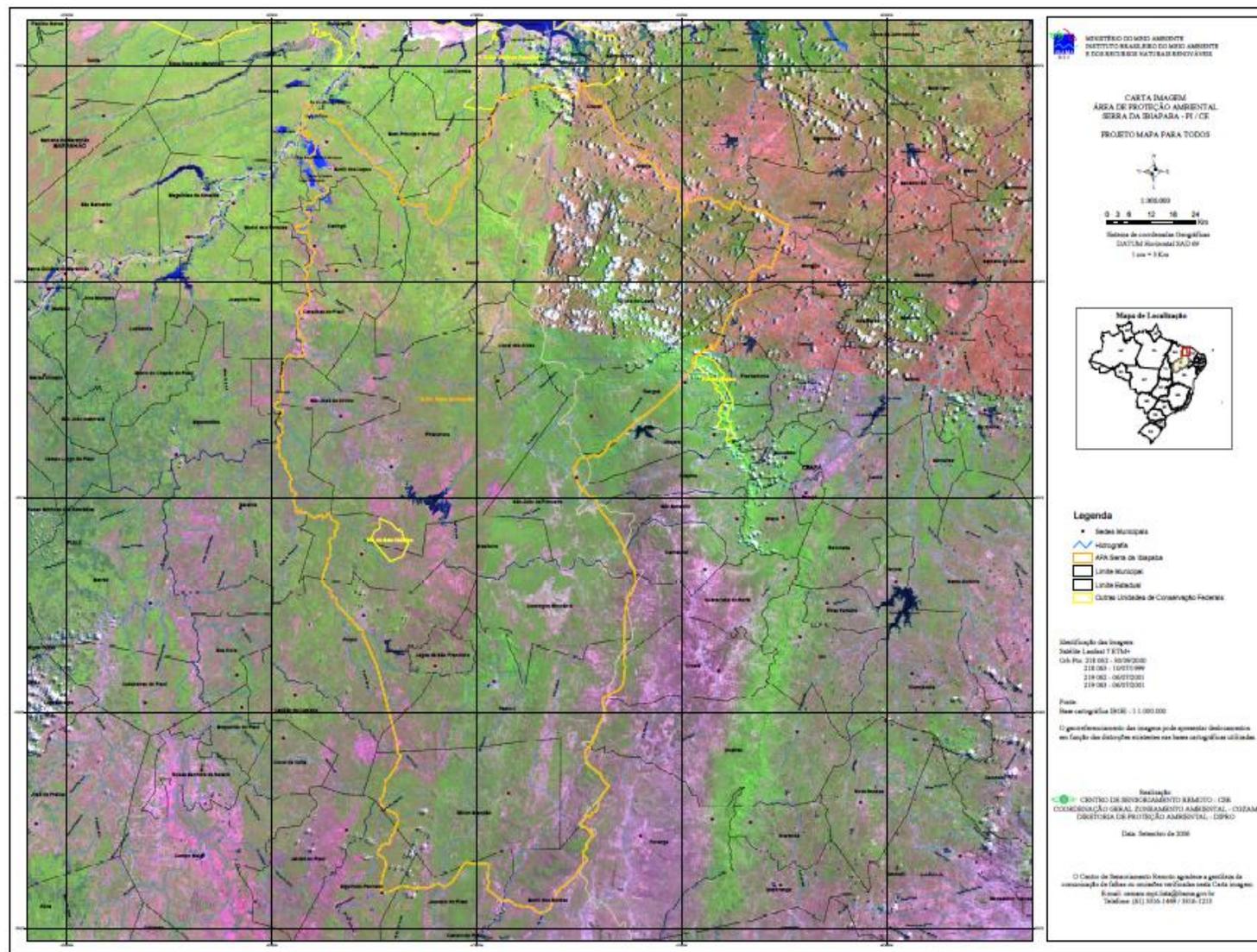
Fonte: Mendes (2008, p. 40).

As Áreas de Proteção Ambiental abrangem geralmente extensas regiões que possuem atrativos naturais, estéticos e culturais que beneficiam a qualidade de vida da ocupação humana encontrada dentro e fora dos seus limites. O objetivo básico é proteger a diversidade biológica e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais em áreas de domínio público ou privado sem a necessidade de desapropriação de terras. Para isso, toda APA deve possuir uma Zona de Conservação de Vida Silvestre (ZCVS) e qualquer atividade desenvolvida dentro dos seus limites deve visar a conservação dos processos ecológicos (SNUC, 2000)

De acordo com o levantamento realizado por Mendes (2008), as APA's no Piauí acumulam 1.655.597, 11 hectares e correspondem a uma parcela de 4,31% da soma de hectares em APA's no Brasil. Desse total, a APA Serra da Ibiapaba contribui com 16. 241.7562 Km<sup>2</sup> e atinge os seguintes municípios do Ceará, do Piauí e do Maranhão (ver Figura 12):

- Maranhão – Araiões;
- Piauí – Batalha, Brasileira, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Carnaúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Domingos Mourão, Esperantina, Joaquim Pires, Juazeiro do Piauí, Lagoa do São Francisco, Luis Correia, Milton Bradão, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, Sigefredo Pacheco, São João do Divino, São João da Fronteira;
- Ceará – Carnaubal, Chaval, Coreau, Coroatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipueiras, Moraújo, Poranga, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Uruoca, Viçosa do Ceará

Figura 12 – Carta Imagem da Área de Proteção Serra da Ibiapaba.



Fonte: IBAMA. Disponível em: [http://siscom.ibama.gov.br/mpt/CE/UC/APA\\_SERRAIBIAPABA\\_CE\\_A0.pdf](http://siscom.ibama.gov.br/mpt/CE/UC/APA_SERRAIBIAPABA_CE_A0.pdf)

Criada pelo Decreto de 26 de novembro de 1996, a APA Serra da Ibiapaba tem por objetivos principais: garantir a conservação de remanescentes do cerrado, caatinga e mata atlântica; proteger os recursos hídricos; proteger a fauna e flora silvestres; melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; ordenar o turismo ecológico; fomentar a educação ambiental; preservar as culturas e as tradições locais.

Além disso, no artigo que corresponde às medidas adotadas na fase de implantação e gestão da APA, consta o incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) como pode-se observar no seguinte trecho:

Art. 5º Na implantação e gestão da APA Serra da Ibiapaba serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - elaboração do zoneamento ecológico-econômico, a ser regulamentado por instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;

II - utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;

III - aplicação de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;

IV - divulgação das medidas previstas neste Decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;

V - promoção de programas específicos de educação ambiental, extensão rural e saneamento básico;

VI - incentivo ao reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, instituídas pelo [Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996](#), junto aos proprietários, cujas propriedades encontrem-se inseridas, no todo ou em parte, nos limites da APA.

(DECRETO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996)

As RPPNs<sup>65</sup>, por sua vez, são criadas pela vontade do proprietário, sem desapropriação de terra, sem necessidade de tamanho mínimo ou máximo, e com os objetivos de proteger a

---

<sup>65</sup> O processo de criação ocorre em três fases: criação, planejamento e implementação. Segundo Ojidos e Rizzieri (2009), a criação é concretização da proposta através do preenchimento e envio do formulário e documentação pelo sistema. O Plano de Manejo, onde são previstas as atividades que serão desenvolvidas na reserva, o zoneamento e o diagnóstico, faz parte do planejamento. A implementação corresponde à execução do projeto e avaliado e autorizado pelo órgão responsável.

biodiversidade em paisagens de grande beleza paisagística como exige o artigo 21, da Lei 9.985/00. As reservas particulares do patrimônio natural constituem uma opção para empreender o uso sustentável de áreas de relevância ambiental e concomitantemente desenvolver atividades turísticas, educacionais, recreativas e científicas desde quando previstas no Plano de Manejo e autorizadas pelo órgão público responsável podendo, nesse sentido, terem o incentivo<sup>66</sup> do governo e estabelecerem parcerias com universidades, entidades públicas e grupos privados. Além disso, as RPPNs possuem outra característica prevista e valorizada na Lei 9.985/00.

Um dos maiores benefícios das RPPN's é a possibilidade da preservação do entorno de unidades de conservação públicas formando corredores ecológicos<sup>67</sup>. No caso de Caxingó, a criação de uma reserva particular possibilitará adequação aos objetivos da APA Serra da Ibiapaba e da confluência de interesses de conservação com a RPPN Fazenda Centro (ver Figura 13), localizada nas proximidades da Serra do Morcego.

Figura 13 - RPPN Fazenda Centro.



Autor: Gaspar (2014).

<sup>66</sup> Dentre os incentivos estão: isenção do imposto territorial urbano; prioridade na análise e concessão de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); maior facilidade de crédito agrícola dos bancos oficiais; contato frequente com instituições de pesquisa favorecendo o reconhecimento do ambiente cultural e natural; apoio e orientação do IBAMA; apoio, cooperação e respeito das entidades ambientalistas (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Junho de 2000).

<sup>67</sup> Formados para preservação contínua da vegetação e manutenção de pontos de abrigos e passagem para animais silvestres.

Dessa forma, a reserva particular independente que limita atualmente o complexo arqueológico Serra do Morcego poderá atrelar a conservação dos recursos naturais e a manutenção do equilíbrio dos meios bióticos e abióticos ao desenvolvimento de atividades eco turísticas, educacionais, recreativas e científicas, ao uso sustentável através da promoção dos recursos pelo ecoturismo, à preservação pelo conhecimento e assimilação do patrimônio e ao incentivo as pesquisas científicas para o enriquecimento do conhecimento sobre a fauna, a flora, a geomorfologia, os recursos hídricos e o patrimônio arqueológico da região.

Para tanto, o planejamento objetivando o aprofundamento do conhecimento e os objetivos e motivações do proprietário é importante para o delineamento das ações e o sucesso da implementação da RPPN. Segundo Ferreira; Castro e Carvalho (2004, p. 21) os objetivos de um plano de manejo adaptados da obra de Galante *et al.* (2002) são os seguintes:

- [...]Contribuir para que a UC cumpra com os objetivos de um Plano de Manejo para uma RPPN;
- Definir objetivos específicos de manejo para cada UC, de maneira a orientar e subsidiar a sua gestão;
- Promover o manejo da UC, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado;
- Dotar a UC de diretrizes para o seu desenvolvimento;
- Definir ações específicas para o manejo da UC;
- Estabelecer a diferenciação e a intensidade de uso mediante o zoneamento visando à proteção de seus recursos naturais e culturais;
- Destacar a representatividade da UC no SNUC diante dos atributos de valorização dos seus recursos como biomas, convenções e certificações internacionais;
- Orientar a aplicação de recursos na UC;
- Contribuir para a captação de recursos e a divulgação da UC;
- Fortalecer a figura das RPPN no SNUC.

Todo plano de manejo, portanto, deve levar em consideração os objetivos gerais da Unidade de Conservação ao qual está relacionado, os objetivos das ações que deverão ser desenvolvidas na UC e os objetivos do próprio plano de manejo. Além disso, devem seguir as etapas de trabalho propostas pelo Roteiro Metodológico produzido pelo IBAMA composta por dez (10) itens listados a seguir (ver Quadro7):

Quadro 7 – Etapas de elaboração do Plano de Manejo para RPPN's

Nº	Etapa	Descrição
01	Estabelecimento de parcerias, cooperações e papéis	Para diminuir e otimizar custos, o proprietário deve procurar identificar e estabelecer parcerias e outras formas de cooperação para a elaboração do plano de manejo. As formas de cooperação mais evidentes são com prefeituras, secretarias e outras organizações locais, por exemplo.
02	Composição da equipe	Respeitadas as qualificações técnicas, experiência, disponibilidade de tempo e a vontade do proprietário, ele pode tanto elaborar sozinho o plano de manejo de sua RPPN como também ser o coordenador da equipe, quando optar por contar com uma.
03	Levantamento de materiais e informações	Esta é a fase de levantamento bibliográfico e cartográfico, na qual serão buscadas as informações já disponíveis na literatura, em instituições locais, regionais e nacionais, e junto a técnicos e pesquisadores. Materiais como imagens de satélite e mapas podem ser conseguidos sem custo algum junto ao IBAMA, ou outras instituições públicas, mas considerando a necessidade destes materiais, eles deverão, quase sempre, ser comprados.
04	Planejamento dos trabalhos com cronograma de atividades e custos	O planejamento envolve conhecer a logística, os meios e todas as formas de apoio com os quais a equipe de elaboração do plano (também chamada equipe de planejamento) vai contar.
05	Levantamento de Campo	Consistem em uma ou mais visitas à RPPN e ao seu entorno, para reconhecimento e levantamento do que possuem e sua realidade, incluindo pontos fortes e fracos, problemas, ameaças e oportunidades para seu funcionamento.
06	Tratamento das Informações	Esse é o momento de cada profissional identificar e traduzir, na forma de relatórios temáticos, todo o conhecimento obtido nas expedições de campo e por meio da literatura e das entrevistas, além do seu conhecimento intrínseco sobre o tema.

Continuação do Quadro 7.

Nº	Etapa	Descrição
07	Desenho do Planejamento	Esse é a etapa específica da definição das atividades e normas para a RPPN, ou seja, trata da estratégia de manejo, propriamente dita, que será delineada a partir do cruzamento, da integração, de todo o conhecimento obtido na fase dos levantamentos e tratamento das informações, que é o diagnóstico.
08	Aprovação do Plano pelo IBAMA	A aprovação do plano pelo proprietário é seguida pela sua entrega ao IBAMA, para análise e aprovação institucional e final, quando, então, ele estará pronto para divulgação e implementação.
09	Divulgação do Plano	Essa etapa é desejável, mas pode ocorrer simultaneamente à implementação do plano. A sua divulgação vai fortalecer a existência da RPPN, pois demonstrará o quanto o proprietário está comprometido com os objetivos de criação da UC, além de facilitar o conhecimento da área por interessados, servindo ainda de modelo a ser seguido por outros.
10	Implementação do Plano	A implementação é o passo principal de um plano de manejo. Sem isso não faz sentido ter sido elaborado.

Fonte: Ferreira; Castro e Carvalho (2004, p. 25 – 26).

A estrutura do plano de manejo, por sua vez deve obedecer aos critérios dispostos no roteiro metodológico que correspondem a um relatório técnico com informações distribuídas entre os elementos pré – textuais, textuais e pós – textuais. No que compreende o desenvolvimento do relatório os itens devem conter conteúdo relevante às informações gerais, o diagnóstico, as caracterizações da RPPN, da propriedade e da área de entorno; possibilidade de conectividades com áreas vizinhas; declaração dos valores ambientais, sociais e culturais da RPPN; o planejamento das próximas etapas; o prognóstico de projetos específicos; e o cronograma de atividades e custos (FERREIRA; CASTRO; CARVALHO, 2004, p. 30 – 33).

Nesse sentido, a área da Serra do Morcego contemplada pela criação da RPPN terá vários quesitos avaliados na etapa de diagnóstico, entre eles, clima, vegetação, fauna, aspectos históricos e culturais<sup>68</sup>, visitas turísticas.

Quanto aos sítios arqueológicos, o próximo capítulo apresentará a assembleia de sítios localizados na área de abrangência da propriedade que terá como objetivo o alinhamento de vários níveis de conservação e proteção do patrimônio natural e cultural.

O levantamento realizado no Complexo Arqueológico Serra do Morcego permitiu a identificação, localização e documentação de dezesseis (16) sítios arqueológicos de registros rupestres. O trabalho desenvolvido no local possibilitou a averiguação da situação atual dos sítios arqueológicos cadastrados e a identificação de outros seis (6) cujas caracterizações não são compatíveis com as informações disponibilizadas pelas fichas de cadastro verificadas no banco de dados do CNSA e reproduzidas no tópico XX.

Após os levantamentos realizados em campo, os dados foram tratados e analisados conforme a metodologia proposta e os sítios foram considerados em relação às suas particularidades – conteúdo cultural, ambiente e problemas de conservação – compreendidos como unidades e em relação ao conjunto, enquanto complexo arqueológico. Por sua vez, a assembleia de sítios foi analisada segundo sua relação com as políticas públicas de proteção patrimonial e a perspectiva de implantação de uma unidade de conservação.

Além desses sítios outros cinco (5) sítios arqueológicos, localizados na face Oeste da Serra, foram visitados e incorporados ao trabalho contabilizando, portanto, dezessete (17) sítios na área limite da pesquisa.

Dessa maneira, o universo da pesquisa apresenta-se, portanto, localizado em propriedade privada configurada como reserva independente que futuramente será adaptada às exigências legais de criação de uma RPPN e que faz parte atualmente da área de abrangência da Área de Proteção Serra da Ibiapaba e apresenta a problemática deste trabalho suscitada da seguinte forma: quais medidas avaliativas e diretrizes devem ser adotadas para assegurar a proteção e a sustentabilidade das práticas de conservação dos sítios arqueológicos da Serra do Morcego, localizada no município Caxingó, Piauí, no contexto de criação de futura Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Morcego?

---

<sup>68</sup> Nesse quesito devem ser relacionados o patrimônio cultural e material juntamente com “uma avaliação científica da sua importância, caso essas informações estejam disponíveis” (FERREIRA; CASTRO; CARVALHO, 2004, p. 34).

## 2.4 Problemática

O presente trabalho configura uma pesquisa no campo teórico da arqueologia em interface com os aportes da proteção, conservação e manejo do patrimônio cultural. Os pressupostos estão balizados pela ideia dos sítios arqueológicos estudados pela perspectiva da proteção, delimitada pelo alcance das políticas públicas através dos instrumentos legais e órgãos gestores; da conservação aplicada ao retardamento dos processos de degradação de origem natural e antrópica; e do manejo do patrimônio cultural, no contexto de áreas protegidas. Dessa maneira, os dois alicerces principais da pesquisa estão inseridos no contexto macro da reação entre arqueologia e meio ambiente e das questões originadas no campo da conservação e sustentabilidade<sup>69</sup>.

A arqueologia enquanto ciência que tem por objeto de estudo os vestígios da produção cultural em cronologias distintas e espaços diversos tem por propósito o delineamento da relação cultura material e comportamento humano. Trigger (2004, p.361) ressalta esse aspecto quando afirma que “a maioria dos arqueólogos continua a considerar a arqueologia um meio de estudar o comportamento humano e a mudança cultural no passado, embora estejam longe de concordar sobre o que isso implica”.

Uma das implicações possíveis é a visibilidade que a pesquisa arqueológica proporciona aos objetos de estudo tendo em vista que o ímpeto do profissional está totalmente relacionado ao conhecimento produzido sobre determinado objeto ou lugar. Na trama da gestão do patrimônio cultural, possibilitar o acesso e a expressão de determinado bem faz parte do dever do profissional, mas enfrenta as dificuldades impostas pelo meio. Como destaca Pardi (2002, p. 25), o patrimônio arqueológico sempre é delimitado de maneira adjacente ao patrimônio cultural material até mesmo nas publicações sobre gestão. A pesquisadora afirma que a invisibilidade dos aspectos físicos dos sítios, permeia a visão acadêmica e é constatada no âmbito da legislação em decorrência do posicionamento distante do governo e da sociedade civil que, mesmo com uma legislação considerada de vanguarda, não possui o conhecimento do impacto dos atos e do potencial das políticas públicas em virtude das ações de cidadania e desenvolvimento econômico possibilitadas pela preservação do patrimônio arqueológico.

---

<sup>69</sup> Sustentabilidade compreendida no âmbito como “forma de desenvolvimento que une as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades”. (GAMEIRO, 2008. P. 645).

Nesse viés, o resgate do valor patrimonial desses objetos, estruturas e lugares está diretamente relacionado com as possibilidades de visibilidade proporcionadas pela aproximação do recurso com a população.

Nesse sentido, o estudo dos materiais arqueológicos pelo viés patrimônio participa da tendência voltada para os campos relacionados à Arqueologia Pública, musealização ou conservação. Shanks (2005, p.165) pontua que a arqueologia pública é área na qual os arqueólogos profissionais trabalham os interesses públicos, a defesa da legislação destinada à proteção dos vestígios arqueológicos, a gestão de museus e coleções e a apresentação do passado ao público em geral, desenvolvendo maneiras de diminuição dos projetos de impacto nos materiais arqueológicos. O autor elenca ainda o movimento conservacionista preventivo, iniciado, na década de 70, pela necessidade de ética na conservação da natureza e do passado; a busca pelas origens culturais nos Estados-Nação recentes, posicionando movimento contrário à modernização no qual a frequente ameaça às culturas tradicionais impulsionou esforços de preservação do passado; e o turismo cultural alavancado por preços mais acessíveis e disponibilidade de roteiros que possibilitavam o acesso à cultura de outras sociedade e da sua própria, no contexto de desenvolvimento tecnológico e industrial.

Se antes a conservação de materiais arqueológicos partia do pressuposto dos elementos considerados excepcionais, quer por aspectos científicos, históricos ou estéticos, a ampliação do conceito de patrimônio, assim como o direcionamento de novos caminhos da atuação profissional na arqueologia possibilitaram a associação de novos valores e responsabilidades à profissão.

Tenreiro (2000, p. 6) explica que se antes a arqueologia tradicional se ocupava com os objetos ou elementos territoriais ou espaciais tratados como peças de museu, se seguia o mesmo critério na hora de conservar e por isso os únicos elementos considerados dignos eram os objetos ‘musealizáveis’ ou os elementos arquitetônicos considerados monumentos por suas características físicas, enquanto a arqueologia atual está preocupada com a vida social das comunidades do passado em seus aspectos mais cotidianos tendo em vista que foco da conservação passou a ser cultura material em suas nuances menos visíveis.

Seguindo esta perspectiva, diante das novas demandas, a arqueologia abriu o leque de possibilidades e áreas de pesquisa. A problemática ambiental regulamentada pela resolução nº 001/86 e pela criação da Política Nacional do Meio Ambiente, já citadas na seção 1.1, levantou novas realidades da atuação do arqueólogo. Em interface com as questões do licenciamento,

zoneamento e proteção ambiental, o patrimônio arqueológico entrou em pauta pelos seus aspectos socioeconômicos.

Dessa forma, os objetivos da conservação dos vestígios arqueológicos foram associados à utilização sustentável do patrimônio cultural. A conservação atrelada a medidas que possibilitem a durabilidade, integridade e acessibilidade do patrimônio (TENREIRO, 2000, p. 6) no sentido *lato sensu* de viabilizar a preservação da significância cultural e *stricto sensu* de operacionalizar práticas de intervenção sobre os materiais culturais e seu entorno baseando-se no reconhecimento e valorização (FERRARO, 2011, p. 70).

Dessa forma, levando em consideração os pressupostos supracitados, a execução da pesquisa foi motivada por razões práticas e teóricas que se concentram em dois núcleos. O primeiro, de ordem prática, relacionado à aplicabilidade dos resultados no contexto de criação de uma unidade de conservação de Uso Sustentável no qual avalia-se o estado de conservação dos sítios arqueológicos. O segundo, de ordem intelectual, o qual correspondente a compreender as possibilidades de preservação do patrimônio arqueológico segundo os atributos e definições legais e metodológicas utilizados para a criação de áreas protegidas.

A partir desse engajamento, utiliza-se como aporte deste trabalho a avaliação dos sítios arqueológicos localizados na área do Complexo Arqueológico Serra do Morcego visando contribuir à elaboração de critérios e diretrizes para a implantação de ações de manejo de sítios de Arte Rupestre em Áreas Protegidas.

Neste trabalho não há pretensão de se construir verdades absolutas ou de um projeto fechado e pontual. A intenção é lançar apontamentos preliminares à projetos de que a proteção, conservação e manejo a partir das informações dos sítios arqueológicos. Dessa maneira, apresenta-se a seguir a delimitação da área de estudo que servirá como base para o delineamento da proposta deste trabalho e posteriormente os aportes metodológicos que regem a proposta de trabalho.

## 2.5 Objetivos

Os objetivos traçados para o desenvolvimento da pesquisa obedeceram as diretrizes das cartas patrimoniais internacionais de proteção ao patrimônio cultural, da legislação brasileira referente as ações em sítios arqueológicos e da gestão de recursos culturais, o projeto foi desenvolvido dentro da grande área das Ciências Humanas, com a finalidade de aquisição de

conhecimento visando a aplicação em uma situação específica e em caráter exploratório e descritivo. São eles:

- Objetivo Geral:
  - a) Realizar o levantamento dos sítios arqueológicos identificados na propriedade privada que envolve parte da Serra do Morcego, localizada no município de Caxingó, microregião do Litoral Piauiense, em concordância com a prática de conservação de registros rupestres e a legislação sobre proteção do patrimônio arqueológico, com o propósito de estabelecer critérios para o manejo adequado dos recursos arqueológicos.
- Objetivos específicos:
  - a) Localizar, identificar, caracterizar e documentar os sítios e ocorrências arqueológicas de acordo com as fichas de cadastramento do IPHAN;
  - b) Realizar o levantamento dos registros rupestres e dos problemas de conservação dos painéis pictóricos utilizando ficha técnica de conservação de Arte Rupestre;
  - c) Estabelecer critérios de pesquisa, preservação e manejo em concordância com a gestão de áreas protegidas;
  - d) Avaliar os possíveis graus de impacto (naturais e antrópicos) no patrimônio arqueológico;

## CAPÍTULO 3 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO: ESTABELECENDO CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA O MANEJO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Os levantamentos realizados na área da propriedade que terá como finalidade a criação de uma reserva particular do patrimônio natural na segunda etapa de campo permitiram a identificação de nove (9) sítios arqueológicos em situação de cadastro definida. A observação dos vestígios culturais limitou – se a descrição segundo as variáveis da análise propostas, a verificação do posicionamento geográfico, ao levantamento fotográfico e ao levantamento dos problemas de conservação observáveis a olho nu.

Os resultados apresentados abaixo contemplam a ordem do levantamento realizado em campo que teve como primeiro critério a utilização dos acessos disponíveis através de trilhas traçadas próximo ao sopé da Serra do Morcego e como segundo, o início pelos sítios mais distantes em relação ao posicionamento inicial. Após essa decisão, a parte prática da segunda etapa de campo teve início pela a face Leste da Serra que possui entrada na propriedade facilitada por um portão situado às margens da rodovia 343 (Figura 14) que dá acesso a uma via de estrada de chão que leva à primeira trilha (Figura 15).

Figura 14 – Entrada da propriedade



Autor: Gaspar (2014).

Figura 15 – Estrada de acesso à trilha



Autor: Gaspar (2014).

Ao final da estrada, que pode ser percorrida por automóvel, existe uma espécie de clareira que possibilita seguir tanto à direita quanto à esquerda por caminhamento. No entanto, a partir desse posicionamento os sítios mais distantes estão localizados seguindo à esquerda e, por esse motivo, a primeira atividade foi chegar ao fim da trilha para que o sentido do caminhamento fosse realizado pela encosta em direção aos sítios mais próximos à saída. Dessa forma, a ordem de levantamento dos sítios foi conduzida da esquerda para direita, na qual o primeiro sítio visitado foi o sítio do Anjo.

### 3.1 Descrição dos Sítios Arqueológicos

O semi-abrigo sob rocha sítio do Anjo está localizado em uma vertente inclinada com blocos e vegetação de baixa densidade e distribuição, conforme especificado no Quadro 8. O acesso é relativamente fácil (A) devido a posição próxima a trilha principal. A abertura do sítio se torna visível apenas com a aproximação acentuada e a parte da frente possui grandes blocos de rocha que dificultam a permanência no sítio (B). As pinturas rupestres recobrem boa parte da parede lateral esquerda (C) que acompanha o declive do piso rochoso até uma parte mais elevada que dá acesso a um corredor que leva ao sítio Boqueirão da Coruja Branca. Não foram observadas gravuras e as pinturas possuem as tonalidades de vermelho compondo um extenso

painel. A figura mais marcante (D), que suscitou o nome do sítio, está localizada na primeira parte da parede e pode ser visualizada logo no início do sítio.

Quadro 8 – Sítio Arqueológico Sítio do Anjo.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
PI00675	1997	0195142	9621040	139 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio do Anjo.		B - Primeiro ponto de visualização do sítio.		
 <p style="color: yellow; font-weight: bold;">As pinturas estão localizadas ao lado esquerdo, a partir da entrada.</p>				
C - Sítio do Anjo		D - Painel de pinturas no sítio do Anjo.		
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

Finalizado o levantamento do sítio do Anjo realizou-se o caminhamento por entre a abertura do sítio até a chegada no paredão rochoso situado logo atrás, que faz parte da parede arenítica da Serra. Nesse paredão, verificou-se a existência de algumas pinturas (Figuras 16) que aleatoriamente seguiam em direção a uma reentrância do afloramento. Nesse trecho, optou-se por apenas registrar essas pinturas como ocorrências arqueológicas.

Figura 16 – Ocorrências próximas ao sítio do Anjo.



Autor: Gaspar (2013).

Em seguida, identificou-se o sítio Boqueirão da Coruja Branca formado pelo encontro de dois paredões rochosos que formam uma reentrância na Serra, o sítio é um dos maiores sítios encontrados na Serra do Morcego e o que possui a maior área formada por piso regular sedimentar com a presença de alguns blocos, folhagem e galhos espalhados por toda a extensão, conforme especificado no Quadro 9. O acesso feito pela via posterior ao sítio do Anjo, beirando o afloramento, tornou – se facilitado (A), porém a presença de grandes blocos e vegetação mais densa fez perceber que o acesso pela trilha principal é extremamente dificultoso. No entanto, a visibilidade é proporcionada pela abertura do sítio em um profundo “V” (B) que forma ao final uma gruta onde não foram identificados registros rupestres. Por sua vez, o reduzido número de registros compreende só a categoria das pinturas rupestres, localizadas em ambos os lados do sítio (Figura C e D).

Quadro 9 – Sítio Arqueológico Boqueirão da Coruja Branca.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
<b>PI00672</b>	1997	0195179	9621132	138 m
Registro Fotográfico				
				
A - Acesso ao sítio Boqueirão da Coruja Branca.		B - Sítio Boqueirão da Coruja Branca.		
				
C - Pinturas do lado direito.		D - Pinturas do lado esquerdo.		
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

Seguindo o entorno da Serra do Morcego, o terceiro sítios é o sítio do Jeferson que fica localizado imediatamente após o sítio Boqueirão da Coruja Branca (BCB), na parte da frente do paredão direito, conforme especificado no Quadro 10. O sítio BCB, formado por um “V”, está na parte de dentro de uma reentrância e o sítio do Jeferson na parte externa que dá visualização para o lado da trilha principal. Contudo, o acesso não é facilitado. Realizando o caminhar pelo sítio BCB, grandes blocos rochosos dificultam a passagem, assim como a presença de raízes que decaem do suporte (A). O sítio em si é constituído por um extenso paredão que faz uma curvatura e termina em extremidade com um enorme bloco rochoso. Soma-se a isso, a primeira concentração de pinturas rupestres na tonalidade de vermelho (B) está situada mais ao alto sendo chamativa. Após a passagem por uma área de piso sedimentar e mais regular que acompanha a curvatura do paredão (C), está situado o bloco de pedra que resguarda na parte de trás e na parte superior um grande painel com pinturas rupestres em vermelho (D) que tem como suporte a escarpa da Serra. No entanto, outras pinturas podem ser visualizadas

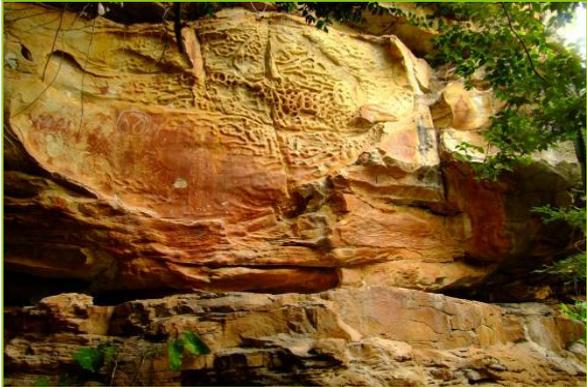
em sequência abaixo do bloco e na lateral (E). Por fim, o sítio possui uma área relativamente grande que possibilita a permanência no sítio em piso regular, mas com um desnível logo em seguida. A visibilidade é aproximadamente a partir de 50 metros.

Quadro 10 – Sítio Arqueológico Sítio do Jeferson.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
PI00674	1997	0195187	9621189	142 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio do Jeferson pelo sítio BCB.		B - Sítio do Jeferson.		
				
C - Primeira concentração de pinturas.		D - Segunda concentração de pinturas.		
				
E - Terceira concentração de pinturas.				
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

O quarto sítio identificado foi o sítio Painel da Flor, conforme especifica o Quadro 11. O acesso ao sítio é feito por uma trilha relativamente longa, em comparação com os demais sítios, sendo a vegetação mais densa na primeira parte e mais distribuída pelo percurso após a aproximação ao sítio (A). Visível a uma distância aproximada de 50 metros, o sítio está localizado em um plano superior pelo qual a subida se torna dificultosa. No local há somente uma estreita faixa sedimentar com blocos, que impossibilitam a vista total do sítio (B). Em relação aos registros rupestres, o sítio Painel da Flor possui um dos painéis onde é notório aproveitamento do suporte para a elaboração das pinturas em vermelho e branco (C). Possui recorrência de uma forma também identificada no sítio do Jeferson que lembra o formato de uma flor. Contudo, outros pequenos painéis encontram – se distribuídos por todo paredão que possui um piso escalonado no qual existe um patamar rochoso. À frente do sítio, blocos decaídos e uma estreita faixa sedimentar que possibilita a visualização da vegetação e de blocos de rocha em terreno acidentado.

Quadro 11 – Sítio Arqueológico Painel da Flor.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
PI00668	1997	0195198	9621194	141 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio Painel da Flor.		B - Painel de pinturas rupestres do Sítio Painel da Flor.		
				
C - Sítio Painel da Flor				
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

O quinto sítio identificado foi o sítio Fases da Lua, conforme especificado no Quadro 12. O acesso ao sítio é difícil por ser feito por terreno íngreme, escalonado com blocos e vegetação rasteira (A). O sítio Fases da Lua está situado em um pequeno semi - abrigo inserido na rocha contendo poucas pinturas.

As figuras que dão nome ao sítio encontram-se ao centro do abrigo (B). A vegetação na trilha é densa, porém há uma espécie de clareira na área imediatamente à frente do sítio. Situado em média vertente, sem possibilidade de acesso, a observação é realizada à distância, contribuindo para uma visibilidade relativamente moderada.

Quadro 12 – Sítio Arqueológico Fases da Lua.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
PI00671	1997	0195210	9621241	137 m
Registro Fotográfico				
				
A - Acesso ao sítio Fases da Lua.		B - Sítio Fases da Lua.		
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

Em seguida realizou-se a identificação do sítio Letreiro da Torre, conforme especificado no Quadro 13. O sítio está localizado em uma formação rochosa que lembra uma torre (A), possui um pequeno semi - abrigo encaixado na rocha mais ao alto com pequena amostragem de pinturas rupestres em vermelho (B).

O acesso é feito por terreno íngreme, com vegetação moderadamente densa, muitos blocos de pedra. Há vestígios de pinturas pouco visíveis, próximos ao piso sedimentar com blocos. Como um todo o sítio é facilmente visualizado, porém os registros encontram-se fora do alcance de visão a partir do acesso.

Quadro 13 – Sítio Arqueológico Letreiro da Torre.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
PI00669	1997	0195209	9621265	142 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Sítio Letreiro da Torre.				
				
B - Pinturas no sítio Paineis da Torre.				
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

Em sequência, identificou-se um grande abrigo sob rocha localizado em elevada altitude e acesso considerado moderado por ser inclinado, mas escalonado (A), compatível com a descrição do registro do sítio Paineis da Folha no Cadastro Nacional de sítios arqueológicos, conforme especificado no Quadro 14.

No local, verificou-se que a vegetação caatinga arbustiva fica mais densa nas proximidades do sítio arqueológico situado em média vertente. A O sítio em si é caracterizado por sua grande extensão, aproximadamente 25 metros de comprimentos, e pela quantidade numerosa de pinturas rupestres e a reduzida presença de gravuras (B).

A área do sítio é relativamente grande e o patamar rochoso do abrigo possibilita um tempo maior de permanência no local. As pinturas e gravuras estão situadas nos patamares

rochosos que compõem o sítio, cobrindo toda a extensão do suporte, incluindo o teto do abrigo. Verificou-se uma predominância de pinturas no patamar intermediário entre piso e teto do sítio (C e D).

Quadro 14 – Sítio Arqueológico Painel da Folha.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
PI00673	1997	0195205	9621326	149 m
Registro Fotográfico				
				
A - Acesso ao sítio Painel da Folha.		B - Sítio Painel da Folha.		
				
C - Painel central Sítio Painel da Folha.		D - Gravura no sítio Painel da Folha.		
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

O sítio Caverna da Galinha foi oitavo a ser identificado, conforme especificado no Quadro 15. Trata-se de um abrigo situado em média vertente cujo acesso se dá por meio de terreno inclinado (A), com vegetação de densidade moderada, muitos blocos de pedra e folhagem seca, porém facilitado devido à proximidade da trilha principal. A visibilidade é realizada a partir do acesso e as pinturas situadas na parede lateral direita são rapidamente detectadas (B). A área do abrigo é constituída por terreno plano sedimentar e um patamar rochoso ao fundo que leva a um anexo de rocha que possui também algumas pinturas (C). Além

das pinturas, chama atenção a quantidade de ossos de microfauna na primeira parte do abrigo (D).

Quadro 15 – Sítio Arqueológico Caverna da Galinha

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
PI00673	1997	0195181	9621362	150 m
Registro Fotográfico				
				
A - Acesso ao sítio Caverna da Galinha.		B - Sítio Caverna da Galinha.		
				
C - Pinturas rupestres do sítio Caverna da Galinha.		D - Ossos de microfauna.		
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

Com a conclusão da visita ao sítio Caverna da Galinha não foi possível dar continuidade ao levantamento do sítio Mirante e dos demais sítios cadastrados durante a segunda etapa de caminhada no entorno da Serra do Morcego. No entanto, ressalta-se que durante a segunda etapa de caminhada, verificou-se a dificuldade de acesso à maioria dos sítios visitados, assim como a natureza intocada dos mesmos, sendo que o sítio nomeado Mandacaru não foi identificado.

Destarte, com exceção do sítio Caverna da Galinha, todos apresentaram problemas de conservação provocados por agentes naturais, principalmente, devido à grande quantidade de raízes que descem do alto da encosta, assim como foi atestado o difícil acesso aos sítios

Na terceira etapa de campo, realizou-se a identificação do sítio Mirante, bem como foi realizada a identificação de seis (6) sítios cuja caracterização não foi compatível com as descrições das fichas de cadastro do CNSA.

O sítio Mirante é caracterizado como um semi-abrigo de pequenas dimensões situado em média vertente, conforme especificado no Quadro 16. O acesso ao sítio é feito por uma subida inclinada com vegetação rasteira e alguns blocos (A). O sítio fica situado próximo a trilha principal que dá acesso a sopé da Serra. Não possui piso e a área que fica imediatamente à frente é pequena com presença de grandes blocos, o que impossibilita a permanência de mais de uma pessoa no local. No concerne aos problemas de conservação verificados, observou-se um alto índice de deslocamentos que afeta boa parte das pinturas rupestres, concentradas principalmente no patamar rochoso abaixo do teto do semi-abrigo (B).

Ressalta-se ainda que as pinturas rupestres que representam esse sítio e verificadas no relatório de cadastro dos sítios da Serra do Morcego não foram identificadas durante a visita ao sítio. Esse fato evidencia a degradação do suporte e o risco de desaparecimento do sítio.

Quadro 16 – Sítio Arqueológico Mirante.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
PI00666	1997	0195162	9621408	145 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio Mirante.		B - Sítio Mirante		
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

Próximo ao sítio Mirante, seguindo o caminhamento pelo sopé da Serra do Morcego, fica localizado o sítio PI-CX-01-2014 (Estado – Município – Numeração – Ano), identificado dessa forma devido a sua caracterização não ser compatível com nenhuma das descrições das verificadas nas fichas de cadastros dos sítios do município de Caxingó.

O acesso a este sítio foi realizado a partir do caminhamento iniciado no sítio Mirante, contornando-se a Serra do Morcego, no sentido Leste/Oeste em direção ao sítio Arco do Covão.

Trata-se de um semi-abrigo situado em alta vertente, conforme especifica o Quadro 17. O acesso é feito por uma área inclinada vegetação densa e grandes blocos que vão ficando mais amenos somente com a proximidade ao sítio (A). Formado por patamares rochosos que ganham profundidade até formarem um pequeno abrigo que possui pinturas rupestres por toda sua extensão e teto (B). À direita de quem está virado de frente para o sítio há uma extremidade que localiza pequena cúpulas (contabilizadas 3cúpulas) em seu primeiro patamar (C).

Quadro 17 – Sítio Arqueológico PI-CX-01-2014.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
—	—	0195140	9621500	161 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio PI-CX-01-2014.		B - Sítio PI-CX-01-2014.		
				
C - Gravuras no sítio PI - CX - 01-2014.				
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

Em continuidade ao caminhamento Sítio de pinturas rupestres situado em paredão rochoso em média vertente na face Oeste da Serra do Morcego. O acesso é realizado por inclinação de moderada dificuldade quando próximo ao sítio, porém bem distante da trilha principal (A). A maior referência ao sítio é uma grande raiz de gameleira incrustada bem ao meio dos painéis pictóricos (B). As pinturas rupestres, por sua vez, seguem o padrão de formas geometrizadas com a identificação de antropomorfo (C). O sítio é visível somente com a aproximação acentuada e sua área é mediana em terreno com pouca inclinação e muitos blocos de pedra à frente do paredão.

Quadro 18 – Sítio Arqueológico PI-CX-02-2014.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
—	—	0194049	96201603	135 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio PI-CX-02-2014.		B - Sítio PI-CX-02-2014.		
				
C - Antropomorfo sítio PI - CX - 02-2014.				
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

O terceiro sítio identificado também não é compatível com as descrições do cadastro nacional e foi nomeado como PI-CX-03-2014, conforme especificado no Quadro 19.

O sítio arqueológico de registros rupestres está situado em média vertente. O acesso é realizado por terreno íngreme com vegetação de densidade alta e com grandes blocos rochosos (A). A área do sítio é mediana, onde é possível a permanência no sítio por um período maior (B). As pinturas na tonalidade de vermelho estão espalhadas por uma grande concentração ao longo de aproximadamente 10 metros de comprimento. No entanto, muitos registros estão incompletos ou cobertos por raízes de gameleira, árvore predominante na encosta da Serra (C).

Quadro 19 – Sítio Arqueológico PI-CX-03-2014.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
___	___	0194029	9621630	136 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio PI-CX-03-2014.		B - Sítio PI-CX-03-2014.		
				
C – Pinturas rupestres do sítio PI – CX – 03-2014.				
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

Na sequência, mais um sítio não identificado foi registrado e denominado conforme o código estabelecido (Quadro 20). Trata-se de um sítio de registros rupestres situado na face Oeste da Serra do Morcego composto por duas concentrações de pinturas que juntos totalizam aproximadamente vinte metros de comprimento. Os registros estão situados em terreno inclinado que possui acesso difícil em vertente inclinada com grandes blocos e vegetação (A),

além da distância acentuada da trilha principal. As pinturas possuem traços principalmente geometrizados e muitas estão recobertas por raízes de gameleira (B e C). A área em frente ao sítio é mediana possibilitando a permanência, porém logo em seguida é formada por um declive.

Quadro 20 – Sítio Arqueológico PI-CX-04-2014.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
—	—	0194007	9621691	132 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio PI-CX-04-2014.		B - Sítio PI-CX-04-2014.		
				
C – Pinturas rupestres do sítio PI – CX – 04-2014.				
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

O próximo sítio registrado também não possui descrição compatível com a caracterização dos sítios cadastrados no Complexo Serra do Morcego e, portanto, recebeu nomeação conforme o código estabelecido (Quadro 21).

O sítio arqueológico PI-CX-05-2014 foi caracterizado como de registros rupestres composto por um painel de pinturas de aproximadamente quatro (4) metros de comprimento contendo pinturas na tonalidade de vermelho. O acesso ao sítio foi considerado difícil pela densidade da vegetação e distância da trilha principal (A). Área mediana formada por piso sedimentar, acúmulo de folhas secas e grandes blocos de pedra (B). As pinturas se destacam principalmente pela figura de uma grande zoomorfo e várias formas geometrizadas (C). A presença de raízes no suporte dificulta a visualização de boa parte dos vestígios.

Quadro 21 – Sítio Arqueológico PI-CX-05-2014.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
—	—	0193992	9621737	133 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio PI-CX-05-2014.		B - Sítio PI-CX-05-2014.		
				
C – Pinturas rupestres do sítio PI – CX – 05-2014.				
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

O último sítio identificado foi nomeado PI-CX-06-2014 (Quadro 22) e pode ser descrito como um semi-abrigo de pequenas dimensões com presença pouca quantidade de registros rupestres. Acesso dificultado pela vegetação densa e por blocos de pedra que precisam ser escalados (A). Área pequena na parte abrigada, porém é localizado próximo ao solo sedimentar que possibilita a permanência de mais de uma pessoa em terreno regular (B).

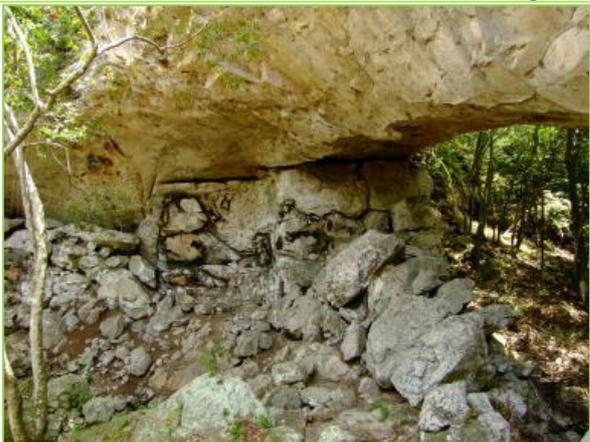
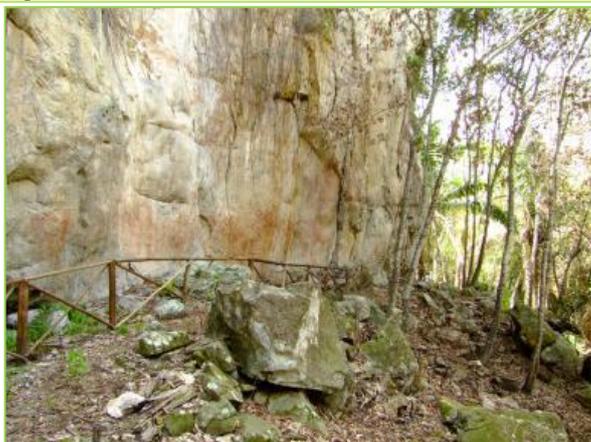
Quadro 22 – Sítio Arqueológico PI-CX-06-2014.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
---	---	0194110	9621468	123 m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio PI-CX-06-2014.		B - Sítio PI-CX-06-2014.		
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

No entanto, ressalta-se a importância do sítio Arco do Covão para a área do Complexo Arqueológico Serra do Morcego e igualmente faz-se a descrição do sítio conforme a identificação apresentada no Quadro 23. O monumental sítio arqueológico composto por um arco de aproximadamente 70 metros e grandiosos blocos decaídos à frente até o sopé da Serra e próximo ao olho d'água do covão. O acesso é feito pela lateral oposta à maior concentração de pinturas localizadas em um extenso painel à direita. Após seguir em zigue-zague e escalando alguns blocos maiores, existe uma área regular composta por sedimento e muitos blocos pequenos que ficam em frente ao painel mais extenso. Os registros, por sua vez compõem um painel de aproximadamente quinze (15) metros de comprimento por oito (8) de altura até a base sedimentar e outras concentrações medianas em outros pontos do sítio. Os motivos pintados são variados e observou-se que algumas pinturas visualizadas esparsamente em outros sítios podem ser percebidas no sítio Arco do Covão, como ressaltou Magalhães (2011).

Atualmente, existe no local um guarda corpo de madeira nativa, localizado à frente do maior painel do sítio, idealizado pelo proprietário do terreno com o objetivo de proteger as pinturas rupestre tendo em vista que, mesmo sem a existência de estudos específicos e regularização para visitação, o sítio arqueológico é visitado por diversas pessoas da localidade Cocalinho e turistas que passam pela rodovia federal com destino ao litoral do Estado e têm a informação da existência do sítio.

Quadro 23 – Sítio Arqueológico Arco do Covão.

Código CNSA	Ano de cadastro	Coordenadas Geográficas (UTM) (Datum WGS 84)		Altitude
		E	N	
PI00015	1986	0194331	9621270	80m
<b>Registro Fotográfico</b>				
				
A - Acesso ao sítio Arco do Covão.		B - Sítio Arco do Covão.		
				
C - Parte do painel à direita.				
Autor das Fotos: Gaspar (2013).				

## 3.2 Problemas de Conservação Identificados

Partindo do pressuposto de que nenhum ponto da Terra é igual a outro, podemos compreender que nem mesmo sítios arqueológicos dentro de um território comum, em condições climáticas e atmosféricas idênticas sofrem, danos iguais ao patrimônio cultural de que são portadores. Comum a todos os sítios arqueológicos, há somente a proteção legal, direcionamento e pressupostos instituídos pelos diversos instrumentos legais disponíveis.

Um dos pressupostos básicos é a importância da salvaguarda e conservação do patrimônio arqueológico. Diversas cartas patrimoniais ressaltam a necessidade de conservação dos materiais que contribuem para resguardar a memória social e identidade dos povos (VENEZA, 1964; BURRA, 1980; LAUSANNE, 1990). De acordo com a Carta de Lausanne (1990), conservação é a junção de várias medidas que objetivam a preservação dos elementos de significância cultural.

No Brasil, desde 1937, a salvaguarda e proteção do patrimônio arqueológico foram atribuídas ao Estado, primeiramente garantidas pelo mecanismo do tombamento em casos excepcionais e posteriormente, após longo período de mudança políticas e ideológicas, pelo reconhecimento de que qualquer vestígio é responsabilidade do Poder Público. No entanto, o Estado não assume o papel de tutor único do patrimônio arqueológico, qualquer pessoa torna-se responsável.

Soma-se a isto, o alcance dos instrumentos legais não é homogêneo. Vários sítios arqueológicos estão em um avançado processo de deterioração e iminente desaparecimento. Nesse sentido, somente a efetividade de medidas intervencionistas podem realizar em conjunto a diminuição dos danos causados por diversos agentes naturais e antrópicos.

Para tanto, o levantamento dos problemas de conservação em concordância com o contexto arqueológico é o primeiro passo para identificação das necessidades de intervenção para remediar as agressões e preservar os aspectos originais das pinturas e gravuras rupestres. Lage *et al* (2009) ressaltam a importância de trabalhos de conservação da seguinte forma:

De forma geral, os sítios de arte rupestre apresentam graves problemas de conservação que os colocam em risco de desaparecimento e uma vez que o Piauí possui um dos maiores acervos pré-históricos do país, torna-se necessária a realização de trabalhos de conservação, visando alongar a vida, tanto quanto possível, desse importante patrimônio da atividade humana antiga (LAGE, *et al.* 2009, p. 4).

O objetivo de prolongar a vida, como os autores abordam, leva ao levantamento dos registros rupestres de um sítio arqueológico visando a documentação dos símbolos pintados e/ou gravados na rocha para compor um quadro comparativo com os de outros sítios da região em trabalhos futuros e para documentar as características gráficas do sítio estudado. Essa parte da pesquisa serve também para subsidiar os testes arqueométricos de análises dos pigmentos pré-históricos e dos depósitos de alteração.

O levantamento das alterações é fundamental para a averiguação do grau de preservação de determinado sítio arqueológico e somente após a realização dele, o pesquisador poderá adotar medidas mais pontuais, visando a desaceleração do processo de degradação que possui diferentes causas e atacam em diferentes áreas.

Os problemas relacionados ao suporte rochoso estão voltados para o ciclo de vida da rocha que a partir do seu surgimento entra em processo natural de degradação (CAVALCANTE, 2010). A história geológica, a natureza petrográfica, as propriedades físico-químicas do suporte e os fatores climáticos e atmosféricos estão diretamente relacionados às causas de erosão da superfície rochosa que por sua vez são condicionados também pelo tipo de ambiente geomorfológico que a rocha possui em grau de resistência, coesão, polaridade e permeabilidade (COSTA, 1979; LAGE, 2007). Já a fragilidade do suporte é acelerada pelos processos de deterioração ocasionados na maioria das vezes pela percolação ou infiltração da água da chuva, originando o aparecimento de eflorescências salinas. Outro fator é o superaquecimento ou mudanças drásticas de temperatura, favorecendo os deslocamentos, escamações, laminações, abertura de fendas verticais e/ou horizontais (LAGE, 2007, p.100).

As pinturas e gravuras, por sua vez, estão expostas aos mesmos problemas de conservação do suporte rochoso e outros específicos relacionadas a preservação de pigmentos ao longo de tanto anos. Os estudos atuais comprovam a constituição química dos pigmentos pré-históricos com predominância de “matéria mineral, argilosa, retirada da natureza, mas transformada pelo homem. A única exceção é o pigmento preto que indica composição orgânica (vegetal ou animal)” (LAGE, 2007, p. 95). De acordo com Lage (2007) e Cavalcante (2010), os registros rupestres são afetados pela degradação do suporte rochoso e podem ser recobertos por depósitos de alteração originados por construção de térmitas, ninhos de vespas, raízes de plantas grimpanes, e a deposição de camadas de poeira e eflorescência salina. Além disso, pinturas e gravuras rupestres podem ser alvo de alterações ocasionadas pela ação direta do homem atual. Muitas delas ocasionadas pelo próprio desejo do ser humano de marcar sua passagem por determinado local que acha interessante, marcante, belo e outros tantos motivos. Nesses casos, visíveis principalmente quando há pichações ou gravações sobre os registros, o

ser humano pode deixar transparecer o outro lado da questão, a falta de reconhecimento do lugar como o seu patrimônio que merece ser preservado em seus mínimos detalhes.

Essas problemáticas, pelo ponto de vista da conservação de registros rupestres, devem ser, portanto, reconhecidas, estudadas e estabilizadas através de três etapas distintas e complementares. A primeira etapa corresponde ao diagnóstico técnico dos problemas de conservação e ocorre em dois momentos: em campo, quando são feitas observações *in situ*, preenchimento da ficha técnica de conservação, tomada de medidas termo higrométricas e o levantamento fotográfico; em laboratório, com exame e análises de amostras coletadas.

O diagnóstico exige um conhecimento bibliográfico ou de campo das características fisiográficas regionais, dos estudos realizados sobre os registros rupestres de sítios relacionados e de outros trabalhos de conservação executados na área. Após a coleta de amostras, os estudos arqueométricos das amostras de pinturas e dos depósitos de alteração envolvem métodos de exame e de análises. Os exames estereoscópicos e microscópicos permitem fazer observações preliminares e descrição das características físicas das amostras. As análises físico-químicas, preferencialmente com técnicas não destrutivas, possibilitam a identificação dos componentes das tintas pré-históricas e, possivelmente, origem da matéria-prima, quando se relaciona a resultados de estudos regionais (LAGE, 2001). As técnicas utilizadas podem ser, por exemplo, espectroscopia de fluorescência de raio X, Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV), estereoscopia de energia dispersiva (EDS) e espectroscopia Mossbauer (ALVES *et al*, 2011).

Os estudos físico-químicos são realizados em parcerias com especialistas. Os arqueólogos formulam os problemas de pesquisa e os físicos e químicos desenvolvem as pesquisas para solucioná-los (LAGE, 2001). O trabalho em conjunto possibilita a reunião do máximo de informações sobre os materiais pré-históricos e esse conhecimento efetiva os trabalhos de conservação.

A segunda etapa, parte prática, equivale à limpeza geral do sítio, conservação da vegetação e até mesmo reflorestamento, construção de diques, calhas artificiais (pingadeiras), remoção mecânica e/ou química dos depósitos de alteração, consolidação do suporte rochoso, implantação de placas e barreiras de proteção entre outras medidas que somente a problemática de cada sítio pode exigir. Por fim, a terceira etapa corresponde ao monitoramento da etapa de intervenção e complementação das atividades anteriores, se necessário (LAGE *et al*, 2004).

Com essa compreensão, os delineamentos dos problemas de conservação dos sítios arqueológicos da Serra do Morcego foram realizados para estabelecer um levantamento geral das alterações provocadas por agentes antrópicos e naturais ao suporte rochoso e aos registros

rupestres. Não foi possível a medição das condicionantes físico – ambientais, porém esse prospecto dos sítios possibilita o lançamento de metas para futuros trabalhos. Dessa forma, as alterações do suporte e registros feitos a olho nu e os agentes causadores identificados com base no protocolo estabelecido por LAGE; BORGES e SIMPLICIO JUNIOR (2005) foram as seguintes:

**Sítio do Anjo:** o principal problema de conservação observado foi a presença de raízes grimpantes seguida por uma pátina de eflorescência salina na primeira parte do painel de pinturas. O deslocamento provocado por intemperismo é acentuado ao final do painel. Há presença de inseto do tipo vespas e cupins dos quais forma observados ninhos sobre o suporte. Não foi observado nenhum tipo de alteração antrópica.

Os registros das concentrações localizadas à extremidade do sítio estão mais expostos e fragilizados e localiza onde existe a maior quantidade maior de pinturas incompletas. No entanto, compreende - se que a relação entre a quantidade de registros completos e visíveis e as interferências das alterações na compreensão do sítio está equilibrada até o momento o que torna o risco de desaparecimento diminuto.

**Sítio Boqueirão da Coruja Branca:** observou - se que provavelmente, no período chuvoso, há passagem de água por entre o sítio BCB devido a quantidade de material (galhos, folhagem, blocos) carregado para a frente do sítio como se tivessem sido arrastados. Some - se a isso, o posicionamento dos registros rupestres na parte inferior dos dois paredões que compõem o sitio bem próximo ao piso sedimentar, indica que há possivelmente contato dos vestígios de pinturas com água ou ambiente de umidade muito alta indicado pela presença de líquens no suporte. Além disso, observa - se deslocamento e eflorescências salinas em algumas partes. Não há sinais de alterações antrópicas.

Poucas pinturas são visíveis e uma grande quantidade encontram - se incompletas o que torna a recuperação dos registros mais difícil. Pelos fatores do quadro ao lado e a relação entre totalidade dos vestígios e alterações, pode - se dizer que o risco de desaparecimento dos registros é alto.

**Sítio do Jefferson:** no primeiro painel são observadas alterações derivadas principalmente da presença de raízes grimpantes seguidas por alguns pontos de eflorescência salina e térmitas construídas na lateral esquerda. No outro grupo de registros, os deslocamentos e eflorescências são predominantes. Insetos, como cupins e vespas, são observados, porém em menor quantidade. Não há sinais de ação antrópica.

Os registros das concentrações localizadas à extremidade do sítio estão mais expostos e fragilizados e localiza onde existe a maior quantidade maior de pinturas incompletas. No entanto, compreende - se que a relação entre a quantidade de registros completos e visíveis e as interferências das alterações na compreensão do sítio está equilibrada até o momento o que torna o risco de desaparecimento diminuto.

**Sítio Painel da Flor:** o deslocamento e eflorescências são os maiores motivos para a alteração dos registros. Observou - se uma maior porosidade do suporte rochoso em relação aos demais sítios. Não há evidências de ação antrópica.

Entre muitas pinturas incompletas e sobrepostas, uma grande mancha avermelhada uniformiza o painel na parte central e poucas formas são realmente distinguidas. A pintura branca verificada à esquerda superior é bem visível por ser contraposta à tonalidade vermelha. A relação entre alterações e quantidade de vestígios distinguidos, no entanto, demonstra um risco de desaparecimento maior.

**Sítio Fases da Lua:** situado mais ao alto, a incidência solar indireta no período da tarde foi observada. Deslocamento é a alteração mais visível a partir do ponto de observação. Não há sinais de ação antrópica.

Poucas pinturas podem ser visualizadas. É possível fazer a mensuração apenas quanto aos vestígios visíveis e, portanto, pode - se dizer que o risco é moderado devido composição ainda parcial dos vestígios e quantidade de ações diretas às pinturas e ao suporte.

**Sítio Letreiro da Torre:** os vestígios de pinturas identificados estão mais ao alto e a partir do ponto de observação verificou - se ação da incidência solar, de eflorescência e deslocamentos.

Os vestígios de pinturas estão expostos e poucos puderam ter formas realmente diferenciadas de uma mancha única avermelhada. No entanto, estabelecendo a relação entre quantidade de vestígios identificáveis e alterações, infere - se que o risco de desaparecimento é mediano.

**Sítio Painel da Folha:** o sítio painel da folha encontra - se fora do alcance da incidência solar direta, porém verifica - se eflorescências e deslocamentos, assim como alguns ninhos de insetos. Não há evidências de ação humana.

As pinturas e gravuras do sítio Painel da Flor podem ser identificadas e distinguidas em boa parte do painel principal. Uma pequena parte sofre alteração direta e a relação entre a totalidade do painel identificável e quantidade de alterações permite inferir que o sítio sofre um baixo risco de desaparecimento até o momento.

**Sítio Caverna da Galinha:** o sítio Caverna da Galinha constitui um ambiente mais fechado e uma umidade mais acentuada. A presença de morcegos fez com que ao longo do tempo fezes fossem acumuladas na parte do anexo localizado à direita. Há também raízes, porém poucas estão apoiadas no suporte rochoso. Foi o único sítio onde foram identificadas evidência de degradação antrópica do tipo pichação com material sólido na cor branca. Por esse motivo e por uma maior exposição a parte externa do sítio o primeiro painel visualizável no sítio é o mais degradado.

O sítio Caverna da Galinha constitui um ambiente mais fechado e uma umidade mais acentuada. A presença de morcegos fez com que ao longo do tempo fezes fossem acumuladas na parte do anexo localizado à direita. Há também raízes, porém poucas estão apoiadas no suporte rochoso. Foi o único sítio onde foram identificadas evidência de degradação antrópica do tipo pichação com material sólido na cor branca. Por esse motivo e por uma maior exposição a parte externa do sítio o primeiro painel visualizável no sítio é o mais degradado.

**Sítio Mirante:** o sítio Mirante é o mais próximo da trilha principal. As maiores alterações identificadas foram provocadas por deslocamento e a eflorescência de sais minerais da rocha. Há microrganismo no piso do pequeno semi - abrigo.

O painel situado no teto do pequeno semi - abrigo encontra - se bastante danificado. Esta inferência foi possível pela quantidade de pinturas incompletas devido o deslocamento acentuado. Por esse, motivo pode - se dizer que o sítio corre um alto risco de desaparecimento até o momento.

**Sítio PI- CX – 01:** os principais problemas de conservação visualizados neste sítio são relacionados à eflorescências de sais minerais que recobrem boa parte de um painel situado no teto. As raízes se sobrepõem ao suporte rochoso e aos microrganismos que podem ser os causadores de pequenas manchas escurecidas espalhadas pelo sítio, além disso deslocamentos, fissuras e fezes de animais foram observadas.

**Sítio PI – CX – 02:** as raízes grimpantes impossibilitam a visualização da maioria dos vestígios do sítio PI- CX – 02. Cobertas, as pinturas estão expostas a diversas ações físicas e químicas produzidas pela presença das raízes. Some – se a isso, foram observadas a presença de eflorescências e poucos deslocamentos. Não há evidências de ação antrópica.

**Sítio PI – CX – 03:** o maior problema identificado nesse sítio foi a quantidade de raízes que recobrem os registros. No período de visitação, não foi visualizada a ação direta de raios solares e evidência de ação antrópica.

**Sítio PI- CX – 04:** igualmente aos sítios anteriores, o sítio PI- CX – 04 possui uma grande quantidade de raízes sobrepostas e incrustadas sobre os registros rupestres que impossibilitam a visualização de boa parte dos registros. Não há evidências de ação antrópica.

**Sítio PI – CX – 05:** este sítio foi identificado com as mesmas problemáticas do sítio anterior, a grande quantidade de raízes. Alguns ninhos de insetos foram percebidos no alto do painel. Não há evidências da ação humana.

**Sítio PI- CX – 06:** sítio localizado em uma área de drenagem durante período de chuva, perceptível pela quantidade de microrganismos manchas pela extensão externa do semi – abrigo. As pequenas quantidades de pinturas estão expostas também à presença de eflorescência no suporte.

**Sítio Arco do Covão:** no sítio Arco do Covão não há evidências de alteração atuais marcantes nos registros e no suporte, além de um pequeno número de ninhos. Porém, deve – se observar e ressaltar a importância do trabalho de diagnóstico e intervenção conservacionista a partir do histórico do sítio Arco do Covão, pois consta do Ano 1997 um dos primeiros trabalhos desenvolvidos no sítio.

Os painéis com pinturas encontravam – se totalmente recobertos por raízes que foram retiradas mecanicamente (Figura 17) por uma equipe de arqueólogas do NAP em parceria com o IPHAN após o diagnóstico dos problemas de conservação do sítio (CAVALCANTE et al, 2008).

Segundo Lage, Santos e Nascimento (1999), citados por Cavalcante *et al* (2008), o sítio apresentava na época uma densa cortina de plantas grimpantes, tais como *Ficus sp* (Moraceae), *Philodendron sp* (Araceae) e *Begonia sp* (Begoniaceae), que recobriam quase 90% das pinturas. Pode – se observar em seguida no painel de comparação para o antes e depois da limpeza elaborado por Cavalcante (2012, p. 37).

Figura 17 – Painel com pinturas rupestres do sítio Arco do Covão antes e depois da limpeza.



Fonte: Cavalcante (2012). Modificado pela autora.

Anos depois, Cavalcante *et al* (2007) desenvolveu a caracterização químico – mineralógica dos pigmentos das pinturas encontradas no Arco do Covão e utilizou pela primeira vez na região Nordeste a técnica Espectroscopia Mossbauer<sup>70</sup> para identificação direta das fases minerais responsáveis pelas cores em pigmentos de pinturas rupestres.

<sup>70</sup>Técnica analítica promissora no estudo de pigmentos pré-históricos. Segundo Cavalcante *et al* (2007), a Espectroscopia Mossbauer permite a identificação direta das fase minerais responsáveis pelas cores do pigmento, informando sobre a natureza mineral ao contrário das técnicas anteriores que limitavam-se à detalhar a composição química elementar e morfologia das ligações químicas. Ou seja, o emprego dessa técnica facilita, por exemplo, a identificação da hematita responsável pela cor vermelha.

### 3.3 Categorias de Análise

Gil (2002, p. 17) defini pesquisa como “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Nesse sentido toda pesquisa tem por princípio o estabelecimento de um problema de ordem prática ou intelectual que visa um campo desconhecido investigado através de um método específico

Lakatos e Marconi (1992, p. 13) ressaltam que “a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Na visão das autoras, a metodologia utilizada na pesquisa científica visa a verificação da verdade científica através da observação da realidade e da comprovação teórica na prática, sendo um conjunto de medidas sistemáticas e racionais, o método permite ao cientista detectar erros e auxiliar nas decisões através de um caminho pré – estabelecido.

A utilização de uma metodologia na pesquisa visa a investigação dos resultados através de procedimentos e técnicas que sejam adequadas à teoria e aos objetivos do trabalho. Gil (1999, p.26) define método “como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Para o autor o que determina a escolha de um método em detrimento de outro depende dos fatores que interferem na pesquisa, tais como: a natureza do objeto de pesquisa, dos recursos materiais, da abrangência da pesquisa e da inspiração filosófica do autor.

A pesquisa é o processo pelo qual se conhece uma realidade através da adoção de uma metodologia científica (GIL, 1999, p. 42). Dessa forma, definido o tema que será desenvolvido no trabalho, Gil (1999, p. 48) aponta as etapas subseqüente que correspondem aos seguintes passos: a definição da problemática (1); a construção das hipóteses ou determinação dos objetivos (2); o delineamento da pesquisa (3); a operacionalização dos conceitos e variáveis (4); seleção da amostra (5); a elaboração dos instrumentos de coleta de dados (6); coleta de dados (7); a análise e interpretação dos resultados (8); redação do relatório (9)

Considerando a realidade da aplicação das técnicas de coletas de dados mais pertinentes aos objetivos propostos, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram divididos em três etapas: levantamento bibliográfico e documental; pesquisa de campo e análise dos dados.

A primeira etapa correspondeu ao levantamento das fontes bibliográficas sobre patrimônio cultural, patrimônio arqueológico no Brasil, políticas públicas desenvolvidas para a proteção dos vestígios arqueológicos, conservação de sítios arqueológicos, preservação

patrimonial, gestão de recursos culturais, unidades de conservação e aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico em banco de dados digitais e bibliotecas.

Os bancos de dados mais utilizados podem ser divididos em dois grupos: primários e secundários. Os primários correspondem aos portais acadêmicos de depósito de artigos, dissertações e teses. Plataformas como Scientific Electronic Library Online (SciELO), periódicos Capes, Journal Storage (JSTOR), Google Acadêmico, Banco de Teses e Dissertações da Capes e da Universidades de São Paulo e Brasília, assim como bibliotecas digitais de livre acesso e biblioteca Jornalista Carlos Castello Branco da UFPI. Os secundários foram obtidos por pesquisa livre em sites de busca a partir dos temas centrais do trabalho. Nessa etapa a dificuldade centrou – se no acesso aos títulos mais antigos e de língua estrangeira. Muitas das referências pesquisadas encontraram – se em formato incompleto ou citado por terceiros. O alcance, à bibliografia, mesmo pelo o intermédio da web, mostrou – se dificultoso.

O levantamento das informações contidas em documentos, tais como: cartas patrimoniais internacionais e nacionais, a Constituição federativa, Leis e Decretos, relatórios científicos executados por órgãos responsáveis, por exemplo IPHAN e o ICMBio, e cartas cartográficas oficiais foi realizado nos bancos de dados digitais e físicos dos órgãos competentes. Buscou - se o entendimento do tema escolhido através de pesquisa que ocorreu enquanto a compreensão da abrangência do campo teórico e legal.

A pesquisa de campo para averiguação da realidade do local de estudo foi desenvolvida objetivando o levantamento *in situ* dos aspectos físico – estruturais, paisagísticos e ambientais dos sítios arqueológicos da área de estudo; o levantamento de informações complementares sobre a utilização do espaço; e a averiguação do reconhecimento popular conferido à Serra do Morcego<sup>71</sup>. Com isso, três idas à campo foram realizadas:

Na primeira, concretizada em setembro do ano de 2012, realizou-se o reconhecimento da área a ser pesquisada. Dados gerais e informações logísticas foram obtidas para as demais etapas de campo.

De posse das informações gerais obtidas na etapa anterior e complementadas pelas informações contidas nas Fichas de Registro de Sítios Arqueológicos disponibilizadas junto ao banco de dados do CNSA no portal do IPHAN e das descrições utilizadas no relatório do projeto “Prospecção e cadastramento de sítios arqueológicos do Piauí” (IPHAN, 1996), encontrado na

---

<sup>71</sup> Esse objetivo foi acrescentado ao trabalho após apresentação do projeto de pesquisa à banca avaliadora e à apreciação dos demais mestrandos para obtenção dos créditos referentes à disciplina Seminário de Pesquisa realizada no primeiro semestre de 2013.

biblioteca física da Superintendência do Estado do Piauí, efetuou – se a segunda etapa de campo com a colaboração de Pedro Gaspar, Genilson Veras, proprietário da reserva, e no último dia, do senhor Antônio Francisco, morador da região e trabalhador rural.

Com o objetivo de averiguar a localização, identificação, caracterização e a documentação dos aspectos físico estruturais, naturais, antrópicos dos painéis pictóricos e do entorno dos sítios arqueológicos cadastrados na região foram efetuados os levantamentos dos problemas de conservação, dos atributos gerais e específicos e o levantamento fotográfico desde o acesso até o interior do sítio, assim como dos registros rupestres no padrão da esquerda para a direita com o auxílio de GPS Garmim Oregon 550, de máquina fotográfica digital Canon, modelo 5D, da Ficha Técnica de Conservação de Arte Rupestre (LAGES; BORGES; SIMPLÍCIO JÚNIOR, 2004) e do caderno de campo para anotação dos aspectos físico-estruturais, naturais e culturais que pudessem compor os atributos necessários à análise dos sítios.

A terceira etapa foi desenvolvida em Janeiro do corrente ano e teve igualmente como objetivo principal a localização, identificação e documentação dos sítios arqueológicos que não foram visitados e a averiguação das informações sobre novos seis (6) sítios arqueológicos na face Oeste da Serra do Morcego. Na etapa anterior apenas oito (8) dos sítios cadastrados foram identificados e o campo teve encerramento antes do previsto devido à dificuldade de caminhar na área da Serra em tempo chuvoso.

O planejamento da última etapa de campo, portanto, contava com muitos objetivos. Inicialmente, com as visitas a parcela restante de sítios, relacionados ao cadastrado, seguidas por complementação do trabalho através do levantamento de relatos sobre a área arqueológica Serra do Morcego junto aos moradores das proximidades da Serra.

As novas ocorrências arqueológicas foram expostas na etapa de campo anterior e constatou – se a necessidade de realizar o cadastro dos novos sítios com a finalidade de enriquecer as informações sobre o patrimônio arqueológico da área e registrá-los junto ao órgão responsável. Os mesmos procedimentos metodológicos da etapa anterior foram aplicados na terceira etapa com o auxílio novamente das Fichas Técnicas de Conservação (LAGES; BORGES; SIMPLÍCIO JÚNIOR, 2004) (Apêndice E), do caderno de campo, de GPS Garmim Oregon 550, da câmera fotográfica Canon 5D sendo acrescidos das Fichas de registro disponibilizadas pelo IPHAN para cadastro de sítios.

Os relatos sobre a área pesquisada foram obtidos através de entrevistas pautadas utilizando gravador Tascam, detalhadas no item 2.5. As entrevistas foram autorizadas pelos

respectivos entrevistados através do Termo de autorização para gravação de voz, Apêndice A, e Termo de consentimento livre e esclarecido, exposto no Apêndice B.

A análise dos dados obtidos nos sítios arqueológicos cadastrados entre 1995 e 1996, no sítio Arco do Covão e dos novos sítios registrados foi realizada mediante a comparação das informações e fotos presentes nas fichas de cadastro, no relatório técnico correspondente ao citado projeto de prospecção e cadastro dos sítios, das fichas de conservação e das anotações do caderno de campo. Os sítios registrados durante o presente trabalho foram avaliados segundo o levantamento contido nas Fichas de Cadastramento, presentes no Anexo A, e de Conservação, preenchidas *in situ*. As entrevistas foram transcritas para melhor compreensão dos diálogos e estão presentes no Apêndice C.

### 2.3.1 Metodologia para análise dos sítios

A proposta para análise dos sítios arqueológicos neste trabalho utilizou duas bases metodológicas que contribuíram para a compreensão dos sítios como unidades e como conjunto<sup>72</sup>. A primeira esteve focada nas contribuições da conservação dos registros rupestres<sup>73</sup> para salvaguarda dos sítios e seus atributos e a segunda esteve voltada para as avaliações que a disciplina Arqueologia da Paisagem<sup>74</sup> utiliza na caracterização de sítios no ambiente. No entanto, a adoção dos aspectos metodológicos das duas disciplinas não implicou na aplicação dos objetivos das mesmas nesse estudo, como, por exemplo, a relação cultura material e ambiente ou ainda a adaptação do homem pré – histórico à natureza ou a utilização da mesma para fins de adaptação. As contribuições se justificaram pela necessidade da elaboração de uma metodologia específica que levasse em consideração os sítios arqueológicos enquanto patrimônio cultural inseridos na paisagem e em situação aplicável à criação de uma unidade de conservação de uso sustentável. Dessa maneira, a avaliação e análises dos sítios seguiu uma ordem que valorizasse aspectos formais da arqueologia e do ambiente.

---

<sup>72</sup> Entende - se por conjunto, a relação estabelecida entre os sítios quanto ao posicionamento na Serra do Morcego e

<sup>73</sup> Segundo Brunet e Vouvé (1981, p. 43), a concepção de conservação para os registros rupestres é a mesma utilizada para conservação de bens materiais, ou seja, “conjunto de atos destinados a prolongar a vida útil de uma obra de arte, que exige pesquisa e eliminação das causas de deterioração”.

<sup>74</sup> Salvio (2007, p. 20 - 21) fez uma importante abordagem sobre a teoria dos signos elaborada por Saussure (1991) para explicar a paisagem como conjunto de signos que quando estudados em conjunto, como na linguística, permitem a interpretação das paisagens culturais e seus significados. A mesma abordagem utilizada por Hodder, em *Interpretación em arqueología* (1988), quando compara o conjunto de vestígios arqueológicos a um texto que está esperando para ser lido.

Nesse enfoque, na segunda e terceira etapa de campo foram desenvolvidas atividades com o propósito de levantamento dos aspectos culturais e ambientais dos sítios arqueológicos da área de estudo. Na segunda etapa os sítios da face Leste da Serra foram visitados e suas características gerais observáveis a olho nu, documentadas. Na terceira etapa, foram verificadas as novas ocorrências de sítios com início na face Leste seguindo em direção a face Oeste por caminamento da encosta da Serra do Morcego.

Em cada sítio foram levantados aspectos gerais e propriedades específicas. No campo dos aspectos gerais foram levantados dados relacionados ao acesso, à visibilidade, à vegetação, a posição topográfica do sítio, ou seja, atributos que são observáveis pela contextualização do todo na paisagem tendo em vista o conceito de paisagem como fonte de informação arqueológica.

Aspectos gerais:

- a) Acesso: entende – se por acesso, as vias e trilhas que levam a algum ponto de parada, no caso os sítios arqueológicos, assim como, no caso de existir uma trilha pré-existente, o percurso realizado pelo pesquisador para se chegar ao sítio. Salvio (2007, p.32) explica que o acesso aos sítios também pode ser usado como uma variável de análise utilizada para identificar os seguintes elementos e define seis aspectos que devem ser observados para caracterizar os sítios arqueológicos quanto a condição da vertente: *vertente inclinada*, *vertente inclinada com blocos*, *vertente inclinada com blocos e sedimentos*, *vertente muito inclinada*, *vertente muito inclinada com blocos e vertente muito inclinada com blocos e sedimentos*. No entanto, a variável acesso no âmbito deste trabalho compreenderá os critérios: Acesso difícil, moderado e fácil.
- Acesso difícil: possui vertente muito íngreme com vegetação e blocos dificultando o acesso livre ao sítio;
  - Acesso moderado: possui vertente pouco inclinada, mas com vegetação e blocos dificultando o acesso livre ao sítio;
  - Acesso fácil: possui vertentes pouco inclinada com quantidade pequena de blocos e vegetação.
- b) Visibilidade: essa perspectiva de visualização é muito utilizada para estabelecer uma análise formal dos elementos arqueológico de acordo com os conceitos da Arqueologia da Paisagem. Boado (1999) segrega esse termo em visibilidade e

intervisibilidade. Para o autor, visibilidade seria o que se vê a partir dos sítios e intervisibilidade a relação visual que possivelmente possa existir entre sítios ou entre sítios e os elementos do entorno. No entanto, a utilização da variável terá uma conotação mais simplificada na qual será utilizada para definir se o sítio é visível a partir de qual distância. Nesse sentido, três sub-variáveis foram traçadas arbitrariamente para qualificar a visibilidade que se tem do sítio:

- Baixa visibilidade: visível a partir de 10 metros;
- Média visibilidade: visível a partir de 50 metros;
- Alta visibilidade: visível a partir de 100 metros;

c) Vegetação: a variável vegetação foi escolhida por caracterizar o entorno quanto aos aspectos *densidade e distribuição* que, por sua vez, afetam outras variáveis, como o acesso aos sítios. Como será explicado no capítulo três, sabe-se que a vegetação observada na Serra do Morcego caracteriza o compartimento ambiental da Área de Tensão Ecológica e equivale a uma área de transição entre os biomas Caatinga e Cerrado. No entanto, os quesitos observados no presente trabalho refletem informações em relação a conservação dos sítios, como, por exemplo, proximidade com o suporte rochoso e a densidade e distribuição que permitem a passagem direta dos raios solares. Portanto, aplica-se os seguintes valores:

- Baixa densidade da vegetação: para as áreas de acesso ao sítio onde é possível caminhar com tronco erguido e livremente sem a necessidade de desvios;
- Moderada densidade: para as áreas de acesso ao sítio que necessitam um controle sobre o caminho e observação dos obstáculos da vegetação;
- Alta densidade: para as áreas que necessitam de atenção, por vezes desviando de obstáculos, e movimento reduzidos.

d) Posição topográfica: esta variável é mensurada com o auxílio da medição da altitude do sítio em relação ao nível do mar e em relação à altitude máxima verificada no cume da Serra do Morcego. Os valores utilizados foram os seguintes:

- Baixa vertente
- Média vertente
- Alta vertente:

Os aspectos específicos estão relacionados à descrição dos sítios arqueológicos trabalhados individualmente e claramente ligados aos registros culturais. Os problemas de conservação e a estrutura são levantados qualitativamente da seguinte forma:

- a) Área: esta variável foi escolhida para avaliar a possibilidade de permanência de uma pessoa em área mínima de 1 m<sup>2</sup> no local do sítio<sup>75</sup> de acordo com o tamanho da área disponível, o tipo de piso (regular plano, regular com blocos, irregular, irregular com blocos), o piso em si (sedimentar, rochoso, sedimentar com blocos) (SALVIO, 2007, p. 33). Os valores estabelecidos para mensurar foram os seguintes:
- Pequena: para sítios que possuem pequenas proporções e a permanência de mais de uma (1) pessoa adulta em tamanho e peso medianos é dificultada;
  - Média: para sítio que possuem proporções medianas e a permanência de no máximo cinco (5) pessoas adultas em tamanho e peso medianos ao mesmo tempo é possível;
  - Grande: para sítios onde a presença de mais de dez (10) pessoas adultas em tamanho e peso medianos ao mesmo tempo é possível.
- b) Representatividade: variável estabelecida para definir a representatividade dos registros rupestres dos sítios dentro do conjunto arqueológico. Neste critério não realizado o julgamento de valor da importância de um registro em detrimento do outro ou a de um sítio em detrimento do outro. A variável é utilizada para mensurar no momento do levantamento os sítios que apresentam o conjunto de registros mais completo. Os valores utilizados são os seguintes:
- Baixa: para o conjunto que possui poucos registros completos e muitos problemas de conservação;
  - Média: para sítio em que a quantidade de problemas está equilibrada com a quantidade de registros completos e menos afetados pelas alterações.
  - Alta: para sítios em que a quantidade de problemas é inferior aos vestígios completos e menos danificados.

---

<sup>75</sup> O cálculo de capacidade de pessoa física é utilizado em diversas situações, por exemplo, foi utilizado por Cifuentes (2000) em sua metodologia para definição de capacidade de carga em áreas turísticas. O cálculo é baseado nos seguintes valores: área total, área por pessoa, tempo total em que área está aberta, tempo de visitação.

- c) Integridade: esta variável foi estabelecida para registrar as duas anteriores. Equivale a mensura a relação entre a quantidade de vestígios rupestres menos afetados pelos problemas de conservação a partir de seus elementos de forma, traço e constituinte. Ao contrário da representatividade, esse critério é mensurado a partir da quantidade de registros que podem ser visualizados e distinguidos dos demais. Os valores de avaliação são os seguintes:
- Baixa integridade: para sítios que possuem poucos registros identificados e distinguidos segundo forma, traço e pigmento;
  - Média integridade: para sítios em que as duas extremidades estão em equilíbrio;
  - Alta integridade: para sítios em a quantidade de registros identificáveis e distinguidos segundo forma, traço e pigmento é superior aos registros com problemas de conservação.
- d) Problemas de conservação: os problemas de conservação estão relacionados às alterações sofridas pelo suporte e pelos vestígios arqueológicos ao longo do tempo através de causas naturais e antrópicas. O levantamento é fundamental para a averiguação do grau de preservação de determinado sítio arqueológico. Somente após o levantamento dos mesmos o pesquisador poderá adotar medidas mais pontuais, visando a desaceleração do processo de degradação dos registros e do suporte rochoso e diagnosticar o risco de desaparecimento dos vestígios arqueológicos com base nas áreas mais afetadas ou não pela degradação. Dessa forma, foram observados os aspectos formais do levantamento dos problemas de conservação mediante utilização da Ficha de Conservação da Arte Rupestre. Os valores utilizados foram os seguintes:
- Baixa quantidade: para sítios onde são verificados uma pequena quantidade de alterações em relação a quantidade de vestígios observados;
  - Média quantidade: para sítios onde as alterações estabelecem equilíbrio com a quantidade de vestígios observados;
  - Alta quantidade: onde a quantidade de alterações ultrapassa a quantidade de registros.

### 3.4 Coleta de dados: Fichas técnicas

Para o levantamento dos dados em campo e para as posteriores análises foram utilizadas três fichas técnicas. A Ficha para Registros de Sítios Arqueológicos proposta pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA), cujo modelo oficial está disponível no site do IPHAN através de aplicativo do programa Access. A Ficha Técnica de Conservação de Arte Rupestre utilizada pelo NAP/UFPI. E a Ficha Comparativa dos sítios arqueológicos da Serra do Morcego elaborada especificamente para este trabalho.

#### 3.4.1 Ficha para Registros de Sítios Arqueológicos

O modelo oficial desta ficha, Anexo A, foi elaborado segundo as indicações da Portaria IPHAN nº 241, do 19 de novembro de 1998 e está disponível no portal do instituto em formato de aplicativo Access.

Dividida em seções, reúne informações gerais e específicas dos sítios a serem cadastrados. O objetivo da ficha é estabelecer um sistema único de informações cadastrais referentes aos sítios arqueológicos descobertos em todo o país. Trata-se de um formulário que contém solicitações de inúmeros requisitos que após preenchidos devem ser encaminhados ao e-mail do órgão responsável, o IPHAN. (SITE IPHAN, 2014)

Durante o trabalho, a ficha de registro de sítios foi utilizada em dois momentos. O primeiro, na fase de elaboração da proposta de investigação para a delimitação do objeto de estudo da pesquisa onde buscou – se a caracterização dos sítios arqueológicos cadastrados na área do complexo. O segundo momento, na segunda etapa de investigação em campo para o levantamento dos aspectos gerais dos sítios registrados no âmbito da pesquisa.

De posse das informações contidas nas fichas disponíveis do banco de dados digital do CNSA e da mesma totalidade de elementos disponibilizada no acervo físico do IPHAN, Superintendência Piauí, buscou – se a extração dos dados para utilização na identificação dos sítios arqueológicos cadastrados.

No entanto, as informações encontram – se incompletas e muitos dados foram perdidos ou resguardados à utilização interna dos agentes do órgão. Somente dados pontuais como código de registro, nomeação, relação com outros sítios, curso d'água próximo, descrição sumária, grau de preservação dos sítios e identificação dos responsáveis pelo cadastro estão

disponíveis. Alguns elementos foram complementados pelo conteúdo do relatório do projeto “Prospecção e cadastramento de sítios do Estado do Piauí” (IPHAN, 1996).

### 3.4.2 Ficha Técnica de Conservação de Arte Rupestre

A Ficha Técnica de Conservação corresponde ao levantamento das condições de preservação dos vestígios arqueológicos. Utilizada pelos pesquisadores da Universidade Federal do Piauí na realização dos diagnósticos de conservação dos sítios arqueológicos em inúmeros projetos, a ficha de conservação, Anexo B, apresenta o padrão de levantamento dos problemas e dos agentes causadores das alterações dos painéis de registros rupestres para posterior análise.

Lage, Borges e Rocha Junior (2005) explicam que a ficha deve ser utilizada para o monitoramento constante e, por conter um número mínimo de dados observados em campo, foi elaborada para ser preenchida tanto por um pesquisador quanto por um técnico em conservação objetivando prevenir maiores danos aos registros rupestres.

A Ficha técnica de conservação foi utilizada, portanto, na coleta de dados relacionados ao estado de conservação dos sítios arqueológicos. Não foi possível o acesso as fichas da época de cadastramento, porém ao estudar o relatório do respectivo projeto foi crível a síntese de alguns aspectos observados durante o levantamento do projeto de prospecção e cadastramento.

Com isso, elementos referentes aos problemas de conservação de origem natural, como ações dos intemperismos físicos, químicos e biológicos, e de origem antrópica, como pichações, foram verificados. Os agentes causadores foram igualmente levantados. Tais informações foram cruciais para o estabelecimento da proposta metodológica de análise e avaliação dos segundos os aspectos do grau de integridade dos sítios.

## 4.2 Manejo de Sítios Arqueológicos de Arte Rupestre

Ao associar a análise dos aspectos gerais e específicos foi possível identificar áreas de maior fragilidade, devido a relação entre os valores representatividade, integridade e problemas de conservação revelarem um risco de desaparecimento para os sítios, e áreas com maior potencial para pesquisa e uso, devido melhores acesso, visibilidade, vegetação menos densa e mais distribuída, posicionamento topográfico e menor fragilidade do registro arqueológico a

partir da relação entre problemas de conservação, seus respectivos agentes e a integridade e representatividade dos vestígios e suporte.

Para quantificar os resultados foi estabelecido a ordem numérica de 3, 2 e 1 para os valores utilizados na análise os quais equivalem em escala decrescente ao progressivo nuance de cor. Ambos significam que quanto menor a numeração ou quanto mais clara a cor atribuída à variável, maior o grau de negatividade para a avaliação dos sítios (Quadro 24). No entanto, para cada variável, os valores alto e baixo ou fácil e difícil representam na escala fator positivo ou negativo diferenças quanto os índices positivo e negativo empregados.

Isso significa que a avaliação das colunas da matriz de variáveis (Quadro 26), elaborada para sintetizar os resultados, expressa que quanto mais fácil o acesso melhor será para um futuro manejo ou aproveitamento dos recursos arqueológicos. Quanto maior a visibilidade e área, mais fácil será a adaptação dos recursos. Quanto mais baixa a densidade da vegetação e a posição topográfica melhor será o acesso e por consequência maior a adaptação dos sítios. Quanto mais altas a representatividade e a integridade e menores os problemas de conservação, menor a fragilidade dos registros rupestres e o melhor aproveitamento e conservação dos sítios.

Quadro 24 – Referência para a análise dos valores utilizados na avaliação.



Atributos	3	2	1
Acesso	Fácil	Moderado	Difícil
Visibilidade	Alta	Média	Baixa
Vegetação	Baixa	Média	Alta
Posição topográfica	Baixa	Média	Alta
Área	Grande	Média	Pequena
Representatividade	Alta	Média	Baixa
Integridade	Alta	Média	Baixa
Problemas de conservação	Baixa	Média	Alta

Quadro 25 – Matriz de variáveis dos sítios arqueológicos

Sítios Arqueológicos	Aspectos gerais				Aspectos específicos			
	Acesso	Visibilidade	Vegetação	Posição topográfica	Área	Representatividade	Integridade	Problemas de conservação
SÍTIO DO ANJO	Ma	Bvi	Ad	Mv	Pa	Mr	Mi	Mq
SÍTIO BOQUEIRÃO DA CORUJA BRANCA	Da	Bvi	Md	Mv	Ga	Br	Bi	Aq
SÍTIO DO JEFFERSON	Da	Mvi	Md	Mv	Ma	Ar	Ai	M
SÍTIO PAINEL DA FLOR	Da	Mvi	Md	Mv	Pa	Mr	Bi	Aq
SÍTIOS FASES DA LUA	Da	Bvi	Md	Mv	Pa	Br	Mi	Aq
SÍTIO LETREIRO DA TORRE	Da	Bvi	Md	Mv	Ga	Br	Mi	Aq
SÍTIO PAINEL DA FOLHA	Ma	Avi	Md	Mv	Ga	Ar	Ai	Bq
SÍTIO CAVERNA DA GALINHA	Ma	MVi	Bd	Mv	Ma	Ar	Mi	Mq
SÍTIO MIRANTE	Fa	Mvi	Bd	Mv	Pa	Br	Bi	Aq
SÍTIO PI-CX-01	Da	Bvi	Ad	Av	Ma	Br	Bi	Aq
SÍTIO PI-CX-02	Da	Bvi	Ad	Mv	Ma	Br	Bi	Aq
SÍTIO PI-CX-03	Da	Bvi	Ad	Mv	Ma	Br	Bi	Aq
SÍTIO PI-CX-04	Da	Bvi	Ad	Mv	Ma	Br	Bi	Aq
SÍTIO PI-CX-05	Da	BVi	Ad	Mv	Ma	Br	Bi	Aq
SÍTIO PI-CX-06	Da	Bvi	Md	Mv	Ma	Br	Bi	Aq
SÍTIO ARCO DO COVÃO	Ma	Avi	Bd	Bv	Ga	Ar	Ai	Bq

**CLASSIFICAÇÃO QUALITATIVA DOS ASPECTOS GERAIS:** ACESSO: Difícil –Da/ Moderado – **Ma**/ Fácil – **Fa** | VISIBILIDADE: Alta Visibilidade – **AVi**/ Média Visibilidade – **MVi**/ Baixa Visibilidade – **BVi** | VEGETAÇÃO: Baixa densidade - **Bd**/ Moderada densidade - **Md**/ Alta densidade – **Ad** | POSIÇÃO TOPOGRÁFICA: Baixa vertente – **Bv**/ Média vertente – **Mv**/ Alta vertente – **Av**.

**CLASSIFICAÇÃO QUALITATIVA DOS ASPECTOS ESPECÍFICOS:** ÁREA: Grande - **Ga**/ Média - **Ma**/ Pequena - **Pa** | REPRESENTATIVIDADE GRÁFICA: Alta – **Ar**/ Média – **Mr**/ Baixa - **Br** | INTEGRIDADE: Alta – **Ai**/ Média - **Mi**/ Baixa – **Bi** / PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO: Baixa quantidade - **Bq**/ Média quantidade - **Mq**/Alta quantidade - **Aq**.

Dessa forma, os resultados obtidos com emprego das cores na matriz expressam que quanto mais escura a linha de atributos, mais propício o local está para o manejo e utilização de seus recursos. Quanto mais clara, mais fragilizado está o sítio arqueológico e menos propício a utilização. Acesso difícil, pouca visibilidade, vegetação densa e posição topográfica mais alta são considerados, portanto, pontos de dificuldade para futuras adaptações ou visitas turísticas, por exemplo. Esses aspectos associados aos sítios de pequenas proporções, baixa representatividade e integridade e um grande número de problemas de conservação, implicam em possibilidades mais baixas para uso e maiores necessidade de proteção.

Nesse enfoque, a integridade deve ser considerada em conjunto com a representatividade. Os problemas de conservação devem ser equivalentes ao tamanho de cada sítio e expressar a relação - quanto maior o número dos problemas de conservação e agentes causadores e menor a integridade e representatividade, maior a fragilidade dos vestígios arqueológicos (Figura 18).

Figura 18 – Matriz de avaliação da fragilidade dos registros

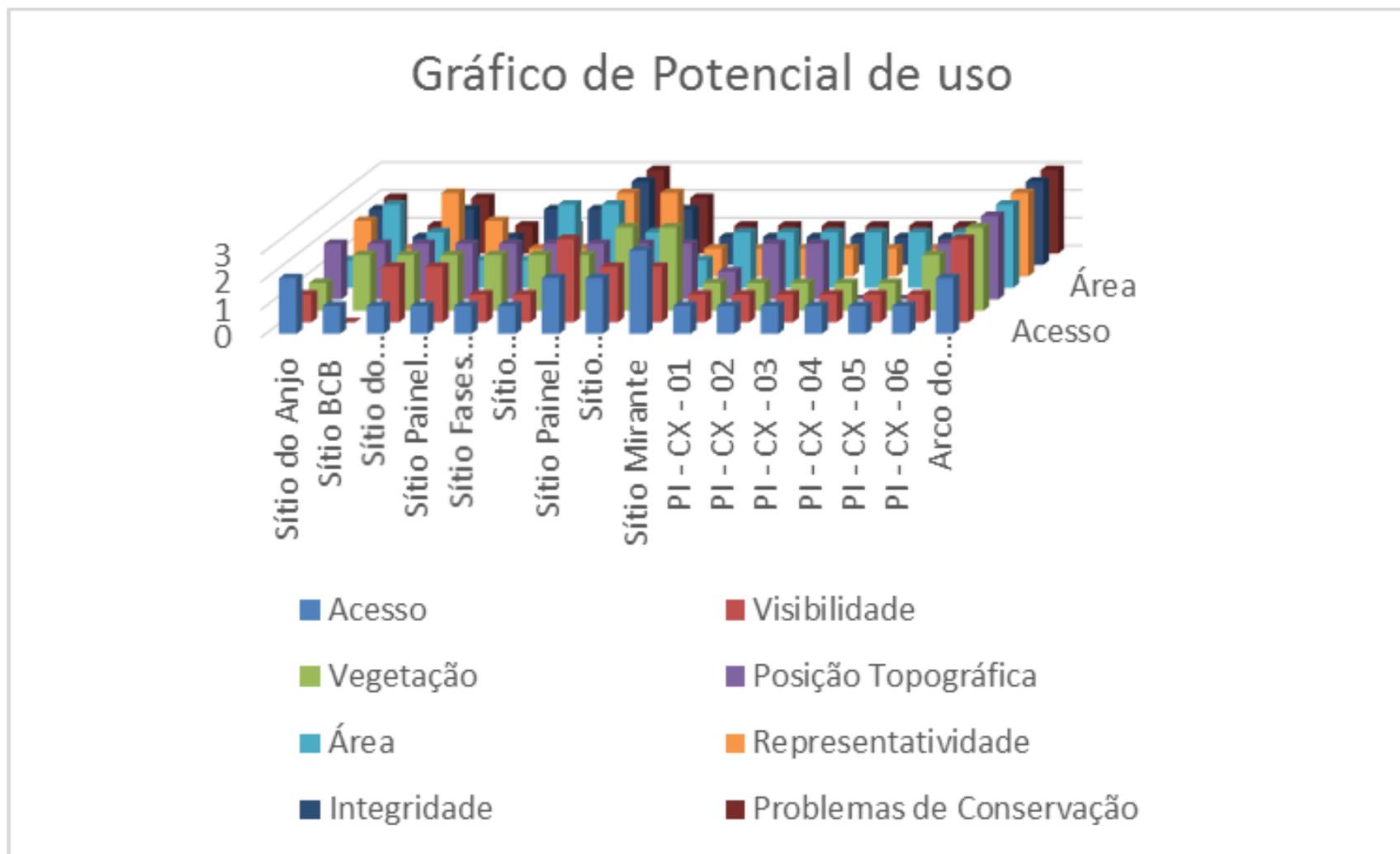


- Q1 – Integridade: quantidade de registros rupestres que podem ser visualizados integralmente.
- Q2 – Representatividade: totalidade de vestígios que podem ser visualizados e distinguidos em relação ao número de registros que estão alterados.
- Q3 - Agentes naturais e antrópicos: microrganismos (líquens, bactérias, fungos, algas), que provocam deterioração química ou mecânica; insetos (térmitas, vespas, abelhas), que produzem substâncias que reagem com o suporte e causam manchas; intemperismo (químico, físico, biológico), que causam desintegração e/ou decomposição; vegetação quando em contato com o suporte pode causar danos por vias químicas (produzindo ácido único), mecânicas (incrustação no suporte) e microbiológicas (aumentando a umidade e produzindo microclima); animais, que residem no ambiente do sítio; antropismo, degradação produzidas pelo ser humano (LAGE; BORGES; SIMPLICIO JUNIOR, 2005).
- Q4 – Problemas de conservação: deslocamentos, manchas, pátinas, raízes gripantes, desaparecimento progressivo da tonalidade dos pigmentos, fissuras, escamações.

Dessa forma, a avaliação da matriz (Quadro 26) expressa que os sítios com mais atributos em destaque possuem a maior quantidade de aspectos positivos. Isso equivale a dizer que os sítios Paineis da Folha e Arco do Covão apresentam maior potencialidade para o uso científico e turístico e menor risco de desaparecimento, enquanto que os sítios registrados durante este trabalho possuem maior quantidade de pontos negativos configurando uma área crítica do complexo arqueológico com alto risco de desaparecimento,

Pode – se observar no gráfico abaixo que os valores mais altos representam os sítios Arco do Covão e Painel da Folha, seguidos pelos sítios Caverna da Galinha e Mirante. As duas curvas verificadas na imagem abaixo apontam a potencialidade dos demais sítios quanto os critérios estabelecidos nesta avaliação.

Figura 19 – Visualização do potencial de uso dos sítios



Neste panorama, pontua-se que o sítio Caverna da galinha demonstrou equilíbrio entre as oito variáveis, porém foi o único que apresentou piso sedimentar com indicativos de microfauna e também ações antrópicas atuais de alteração do registro. O sítio do Jeferson possui um conjunto de registros representativos com alta integridade e equilíbrio nas demais variáveis, contudo, o acesso atual é considerado difícil - fator que pode influenciar em um futuro planejamento para a visitação turística da área. Igualmente, os Sítios Paineis da Flor, Fases da Lua, Letreiro da Torre e Mirante, apresentaram poucos pontos positivos associados, no entanto, a uma maior fragilidade do registro - valores que caracterizam o maior risco de desaparecimento.

Esta avaliação permite a identificação de prioridades para determinadas áreas. Para os sítios 01, 02, 03, 04, 05 e 06, localizados na face Oeste, destaca-se a necessidade de recuperação dos vestígios arqueológicos, estudos físicos – químico dos depósitos de alteração, planificação das áreas danificadas e um estudo aprofundado dos fatores e agentes, análises dos tratamentos emergenciais, intervenção e monitoramento (FERRARO, 2011; LAGE, BORGES, SIMPLICIOO JUNIOR, 2005). Para os sítios localizados na face Leste, pontua-se igualmente a necessidade de investigação físico – químico para melhor conhecimento do problemas, planificação, intervenção e monitoramento. Assim como, a limpeza das alterações antrópicas no sítio Caverna da Galinha se fazem imediatas pelo propósito de evitar a reprodução da atitude de registro da passagem pelo local sobre o suporte rochoso do sítio.

O quadro abaixo apresenta as principais ações que podem ser executadas com base no levantamento realizado em campo quanto as características de três sítios escolhidos os mais propícios para a valorização turística de acordo com as inferências realizadas anteriormente:

Quadro 26 – Medidas que devem ser observadas para eventual uso público.

Sítios	Ações
<b>Sítio Arco do Covão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Autorização do IPHAN para pesquisa e intervenção mediante a Lei nº9.324/66 Portaria nº230/02 e nº 07/88.</li> <li>- Estudos aprofundados sobre os registros rupestres;</li> <li>- Estudos dos pigmentos e depósitos de alteração dos Registros;</li> <li>- Nos Sítios Caverna da Galinha e Painel da Folha objetivar a intervenção conservacionista e posterior monitoramento;</li> <li>-Monitoramento das condições de conservação do sítio Arco do Covão.</li> </ul>

<b>Sítio Caverna da Galinha</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento e estruturação mediante as considerações da Carta do Turismo Cultural (ICOMOS, 1978), Plano Diretor do Turismo Arqueológico no Estado do Piauí;</li> <li>- Tomar como exemplo as orientações técnicas de Sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil para a estruturação do uso público.</li> </ul>
<b>Sítio Paineis da Folha</b>	

Considera-se, igualmente imprescindível a elaboração de novos levantamentos e estudos que visem o aprofundamento e a complementação da avaliação com o propósito de aferir o conhecimento sobre os sítios arqueológicos nos seus diversos tipos de abordagens.

Pondera-se, a necessidade de continuidade da proposta de manejo dos sítios através do zoneamento e planificação por instrumentos de gestão dos recursos culturais efetivados nos campos: administrativo, de pesquisa, conservação e valoração do patrimônio arqueológico.

## Considerações Finais

As pinturas e gravuras são registros do passado humano, que não voltam com o tempo, mas ficam marcados como experiências preservadas na matéria, na rocha. Em tempo, são absorvidas como lembranças de quem não se conhece os gestos e a mente, mas, dos quais se reconhece a sensibilidade de registrar o seu ponto visto do mundo à sua época.

Os registros rupestres enquanto patrimônio são inerentes a todos, assim como é dever de todos preservá-los para que as gerações futuras também possam ter acesso. Os autores não deixaram ligações sanguíneas conhecidas ou afirmações *sui generes* de atribuição a determinado grupo ou indivíduo. Os seus aspectos mais intrínsecos não foram imbuídos na memória social como herança de antepassados repassada às gerações futuras. Porém, a ideia original, não virou prática percebida e utilizada apenas no cotidiano de escolhidos e herdeiros, mas de todos os seres humanos. Talvez, porque seja humano a materialização da ideia.

Já o pensamento do outro, o raciocínio do homem atual, transformou o conteúdo e lhe deu várias formas e finalidades. As pinturas rupestres deixaram de ser pigmento e aglutinante, passaram a ser história, sistema, cultura, processo, construção e meio para a coletividade, percebidas como recurso, assimiladas por afeição e cognição, transferência e compreensão sendo externas e internas nas relações sociais humanas de maneira coletiva ou individual. As práticas que lhes compuseram, transformaram-se em interpretações, expressões, conhecimentos, técnicas que lhes deram novamente a forma original, voltando por caminhos tortos a ser simplesmente ideia.

E, em um emaranhado de inferências diacrônicas, comum apenas a noção de patrimônio, formalizada e institucionalizada, porém também construída socialmente ao longo dos anos e ainda flexível às mudanças de pensamento que, entre tantas problemáticas e diversidades culturais, exigem a gestão compartilhada entre governo, órgãos privados e sociedade civil como o melhor caminho.

Partindo dessas considerações, a gestão de recursos culturais, primeiramente relacionada à problemática do capitalismo *versus* o meio ambiente foi associada à problemática do patrimônio *versus* desenvolvimento. E, a partir desse momento, compreendeu-se patrimônio também como recurso econômico, turístico, educativo e social criado para possibilitar o diálogo entre essas duas vertentes. Além disso, a tendência da patrimonialização, desencadeada pela

ampliação do significado e categorias de patrimônio, foi compreendida como um desafio prático de administração de recursos, políticas públicas e pesquisas sobre os bens culturais.

Ao que se refere ao patrimônio arqueológico como um todo, ressalta-se que os instrumentos legais asseguram o caráter de proteção estendido a todo material arqueológico registrado e não registrado, porém o desenvolvimento da prática arqueológica no país, que a cada dia possui acentuado crescimento, abastece não apenas o conhecimento, mas também, uma quantidade cada vez maior de informações sobre reservas arqueológicas provocando uma relação desigual à demanda das condições da administração pública.

Dessa forma, vislumbrou-se neste trabalho contribuir para a gestão de sítios arqueológicos pelo ponto de vista da conservação dos recursos. As contribuições expostas nesse trabalho constituem uma documentação dos sítios arqueológicos do Complexo Serra do Morcego e uma análise das características gerais e específicas que possibilitaram a identificação das fragilidades e potencialidades para o manejo do patrimônio arqueológico desses sítios.

A proposta de trabalho foi formulada a partir do enfoque conservacionista considerando a possibilidade de incorporação da área do Complexo Serra do Morcego a uma estrutura de utilização do patrimônio enquanto recurso econômico, turístico e educativo a partir da avaliação dos problemas de conservação e degradação dos sítios, apontando os sítios mais afetados e que devem receber medidas preventivas de conservação.

Além disso, mesmo não sendo o foco do trabalho, foi identificada uma relação antiga entre a área da Serra do Morcego e a comunidade do entorno, como local de passagem, abrigo e lazer (a caça pode ser considerada uma atividade de subsistência, mas também de satisfação, embora proibida), bem como se constatou a intenção da valorização da área para consequente beneficiamento econômico da localidade e do município através da implantação do turismo na área. Por fim, os resultados indicaram os aspectos básicos que devem ser aprofundados para o prosseguimento da ideia de elaboração de um plano de manejo no que concerne o Programa de Proteção, Conservação e Manejo do Patrimônio Arqueológico.

Os levantamentos realizados, embora preliminares, demonstraram a importância da definição de atributos para uma correta e efetiva avaliação dos diversos aspectos que envolvem sítios arqueológicos de registros rupestres para o planejamento de áreas protegidas levando em consideração a latente relação entre planejamento e desenvolvimento econômico associados às novas demandas da arqueologia e acessibilidade ao Patrimônio Cultural.

Destarte, recomenda-se como medida preliminar, para elaboração de planos de manejo, o diagnóstico arqueológico aprofundado das áreas a serem transformadas em áreas protegidas com base na legislação pertinente. Os relatórios desses levantamentos possibilitaram as medições quantitativas e qualitativas dos sítios arqueológicos e contribuirão para o estabelecimento de medidas adequadas a cada área a partir da verificação das condições atuais de conservação dos sítios. Além disso, os relatórios apresentarão os dados atualizados de cada sítio, possibilitando, assim, a definição das melhores estratégias de manejo.

Nesse sentido, ressalta-se que o manejo de sítios arqueológicos de registros rupestres deve ser pautado nas condições de conservação desses sítios a partir da análise atual dos problemas de conservação e estabelecimento de medidas preventivas de proteção. Assim, propõe-se que o zoneamento das áreas protegidas, enquanto instrumento de conservação ambiental, também considerem o estado de conservação e significância dos sítios para o estabelecimento das denominadas Áreas Restritas.

Para a delimitação das denominadas Áreas Abertas, propõe-se também considerar as necessidades particulares dos sítios quanto à identificação dos problemas de conservação do registro e do suporte, com a implantação de um Programa Complementar de Conservação dos Sítios Arqueológicos que terá como propósito a preparação dos sítios para visitação e manutenção do estado de conservação a partir do estabelecimento da área para visitação turística.

Como alternativa para a contenção de ações de vandalismo, como verificado no sítio Caverna da Galinha situado no Complexo Serra do Morcego, propõe-se a verificação da possibilidade de instalação de telas para assinaturas dos visitantes na entrada dos sítios tendo em vista que o registro pelos visitantes pode ser algo importante para quem passa e para o local visitado mediante a valorização social do espaço. Assim como foi sugerido pela equipe que realizou o trabalho de conservação no Parque Municipal Pedra do Castelo o resguardo de um espaço para os devotos que frequentam o local reafirmarem sua fé.

Quanto às ações de estruturação, levar em consideração a instalação de acessos que possibilitam o menor número de intervenção na paisagem do sítio. Nesse caso, a escolha por materiais que não interfiram nas condições naturais do microambiente (LAGE *et al.*, 2007).

Além disso, o manejo deve ser efetuado em várias esferas que devem ser representadas em seus sub - programas de gestão, como ressalta Brochier (2004, p. 114). Os objetivos do

manejo, do zoneamento e dos programas devem expressar a atribuição da área e ao mesmo tempo efetivar diversas atividades que confluem na sustentabilidade do projeto.

Para o patrimônio arqueológico, o manejo deve atentar à normalização e fiscalização específica que são geridas pelo IPHAN. Assim, o levantamento dos bens arqueológicos, a pesquisa e conservação, o controle e monitoramento da área terão um caráter contínuo a partir da gestão e execução de um programa específico com objetivos e metas formulados a partir das necessidades de cada área.

Igualmente, o planejamento eco turístico, a visitação e a estruturação estarão interligados aos demais programas do manejo da área protegida, sendo dependentes dos resultados positivos dos mesmos.

Por fim, o acesso ao patrimônio é direito e motiva o desenvolvimento de quem o faz, de quem o permite e do meio para o qual é feito. Nesse sentido, a valorização e divulgação, a capacitação do público em geral por meio de oficinas de educação patrimonial e ambiental e a formação de guias, atentando por oportunizar a população local, agrega a participação social ao objetivo de conservação participativa. Assim, os critérios de avaliação dos sítios arqueológicos de forma abrangente, se associados aos programas.

Finalmente, o levantamento prévio incorpora a perspectiva de conservação dos registros rupestres, documentação do registro arqueológico, identificando das potencialidades e fragilidades, direcionando as melhores estratégias para a pesquisa, considerando as formas integradas de uso e participação da comunidade no desenvolvimento e implantação do manejo de área protegidas.

Conclui-se, que ainda a metodologia oportunista utilizada projetou os objetivos deste trabalho para um âmbito maior do que a própria proposta poderia acompanhar. No caso específico do Complexo Arqueológico Serra do Morcego, ressalta-se a necessidade de aprofundamento da averiguação da existência de novos sítios arqueológicos na área a partir de trabalhos específicos de prospecção arqueológica.

O tema abordado na presente pesquisa é amplo e gera diversas perspectivas para novas pesquisas que devem ser consideradas na continuidade desse trabalho. Além disso, a área da Serra do Morcego é ainda inexplorada e deve ser sistematicamente estudada devido a importância dos seus sítios arqueológicos.

## Referências Bibliográficas

ABREU, R. M. M. do R.; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, R. M. M. do R. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Blumenau : Nova Letra, 2007. P. 263 – 285.

APPOLONI, C. R.; PARREIRA, P. S. Doze anos de atividades em Arte e Arqueometria no Laboratório de Física nuclear da Universidade Estadual de Londrina. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**. Vol.1, No.6. 2007. p. 301 – 304.

ARANTES, A. A (org.) **Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1984.

ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**. V. 4, n.1. Goiânia. 2006. p. 425 - 435.

BARROS, J. S. **Associação entre solos e vegetação nas áreas de transição Cerrado – Caatinga – Floresta na Bacia do Parnaíba – Sub – Bacia do Rio Longá**. (Tese de doutorado). Universidade de Brasília. Instituto de Geociências Biológicas. Brasília. 2012. 157f.

BERISSO, L. F. Modelo para la conservación del arte rupestre en la administración de parques nacionales en la Argentina. **Revista Conserva**. Nº 16. 2011. p. 69-78.

BERÓN, M; GUASTAVINO, M. Manejo de recursos culturales y puesta em valor de historias regionales. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, nº 2, 2007. P. 45-56.

BOHM, D. Fragmentación y 130onvivênci In: **La 130onvivênci y el orden implicado**. Ed. 3 Kairós. Barcelona, 1998.

BICHO, N.F. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Ed. 70, 2006.

MENESES, U. T. B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto, Minas Gerais, 2009. **Anais...**, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC): Lei nº 9. 985 de 18 de Julho. 5 ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

BRASIL. Lei no 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 19 de jul. 2000. Seção I. p. 12026-12027.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Resolução CONAMA nº 013, de 06 de dezembro de 1990. Regulamenta a questão de atividades em áreas circundantes às unidades de conservação IN: **CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resoluções do CONAMA: 1984 a 1991**. 4ª ed. Ver. Brasília: IBAMA, 1992. P.226-227.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRITO, M. C. Wey. Et al. Diagnóstico – Unidades de Conservação. **Série Biodiversidade do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Programa Estadual para a Conservação da Biodiversidade. PROBIO/SP, sd.

BROCHIER, L. L. **Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação; uma proposta para o litoral paranaense**. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 166f.

BRUNET, J.; VIDAL, P.; VOUVÉ, J. Conservation de l'art rupestre. In: **Etudes et documents sur le patrimoine culturel**, n. 7. Paris: UNESCO, 1985.

BRUNET, J.; VOUVÉ, J. **La conservation des grottes ornées**. Paris: CNRS Editions, Ministère de La Culture, França, 1996. 264p.

BRUNET, J.; LAGE, M. C. S. M. Abordagem dos problemas de conservação da arte rupestre. **Cadernos de pesquisa nº 10: Série antropologia – IV**. Teresina: UFPI/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, p. 31-70, 1992.

CALDARELLI, S. B. Arqueologia preventiva e licenciamento ambiental de projetos no Brasil. **Praxis Archaeologica**, n. 4. 2009. P. 21 – 26.

CALDARELLI, S. B.; SANTOS, M. do C. M. M. dos. Arqueologia de Contrato no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, 1999 – 2000. P. 52 – 73.

CACLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 23, 1994.

CAVALCANTE, L. C. D. ; LAGE, M. C. S. M. ; OLIVEIRA, K. B. da S. ; FABRIS, J. D. ; PEREIRA, M. C. . Análise química de pigmentos do Sítio Arco do Covão, norte do Piauí. In: **I Congresso Internacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 2007, Florianópolis. Anais do I Congresso Internacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Florianópolis: SAB/UFSC, 2007. V. 1. P. 01-09.

\_\_\_\_\_, L. C. D. **Caracterização Arqueométrica de Pinturas Rupestres Pré – históricas, Pigmentos Naturais Minerais e Eflorescências Salinas em Sítios Arqueológicos**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Exatas. Belo Horizonte, 2012. 204f.

\_\_\_\_\_, L. C. D. Arqueoquímica aplicada ao estudo de pigmentos, depósitos de alteração e paleossedimentos do Piauí. **CLIO. Série Arqueológica (UFPE)**, v. 24, p. 119-146, 2009.

\_\_\_\_\_, L. C. D. ; LAGE, M. C. S. M. ; PEREIRA, M. C. ; FABRIS, J. D. Estudo químico e espectroscópico dos pigmentos pré-históricos do sítio de arte rupestre Arco do Covão, Piauí, Brasil. **International Journal of South American archeology**, v. 3, p. 59-66, 2008.

CARBONE, F.; COSTA, C. M. M. Archaeology, Tourism and Sustainable Development, A New Model for Archaeological Heritage Management. In: **Anais do XV UISPP Congress – International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences**, Universidade de Lisboa, 4, 9 de Setembro, 2006.

CARVALHO, A. V.; [FUNARI, P. P. A.](#) Arqueologia e Patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela arqueologia pública. In: **Anais do III ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE IFCH / UNICAMP**, Campinas, 2007. V. 1. P. 133-140.

CARVALHO, A. V.; [FUNARI, P. P. A.](#) Arqueologia Pública: as relações entre a academia e a sociedade. **História e-História**, v. 1, 2009, p. 1-15.

CÉSAR, P. de A. B.; STIGLIANO, B. V. A viabilidade superestrutural do patrimônio: estudo do museu da língua portuguesa. **CULTUR Revista de Cultura e Turismo**, Ano 04, n. 1, 2010. Disponível em: [http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao7/artigo\\_6.pdf](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao7/artigo_6.pdf). Acessado em janeiro de 2014.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: EDUNESP, 2001, 284 p.

CHUVA, M. R. R. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: IPHAN, n. 34, p.147-165, 2012.

CIFUENTES, M.; IZURIETA, A.; De FARIA, H. H. Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas. **Serie Técnica no 2**. Turrialba, Costa Rica: WWF, GTZ, UICN. Forest Innovations Project, 2000.100p.

CIFUENTES, M. Determinación de convivência de carga turística de áreas protegidas. Série Técnica. **Informe Técnico nº194**. Turrialba, Costa Rica: CATIE., 1992. 22p.

CORREIA, A. C.; CAMPELO, S. M. Nota prévia sobre o cadastramento de sítios arqueológicos no Piauí. In: Anais do I Simpósio de Pré – história do Nordeste. **Revista CLIO – Arqueológica**. UFPE, n. 4, 1991. 167p.

COSTA, H. L. **Criação de uma RPPN para prática de ecoturismo na Serra do Morcego em Caxingó – PI**. (trabalho de conclusão de curso) Departamento de Turismo, UFPI. Parnaíba. 2013. 145f.

CPRM, Serviço geológico do Brasil. **Mapa Geológico do Estado do Piauí**. 2005. Escala 1:1.000.000. Disponível em: < [www.pi.gov.br/download/Poti.pdf](http://www.pi.gov.br/download/Poti.pdf) > Acessado em: 30 de Nov. de 2010.

CRIADO BOADO, F. Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje. **CAPA 6**, SICS, 1999.

CRIADO BOADO, F.; C. PARCERO (ed) Landscape, archaeology, heritage. TAPA, 2, 1997.

DALFELT, A. **Principios del manejo y planificación de áreas protegidas**. Turrialba, C.R: CATIE, 1976. 12 p.

DEACON, J. Rock Art Conservation and Turism. **Journal of Archaeological Method and Theory**, Vol. 13, No. 4, p. 379 – 399, 2006.

DOUROJEANNI, M. J. Areas Protegidas: Problemas Antigos y Nuevos, Nuevos Rumbos. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**. Curitiba , PR. Instituto Ambiental do Paraná. Universidade Livre de Meio Ambiente. V. 1. 1997. P. 69-109.

D’ALESSIO, M. M. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34. 2012. P. 79 – 89.

ENDERE, M. L. **Arqueología, política y globalización: ¿Quién se ocupa del patrimonio arqueológico?**. *Cuad. Fac. Humanid. Cienc. Soc., Univ. Nac. Jujuy* [online]. 2002, n.18, pp. 69-76. ISSN 1668-8104. Disponível em: <  
[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S1668-81042002000100005&lng=es&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1668-81042002000100005&lng=es&nrm=iso&tlng=es)> Acessado em: 19 de dezembro de 2013.

ENDERE, M. L.; PRADO, J. L. Critérios de selección, valorización y zonificación de yacimientos arqueológicos e paleontológicos. In: ENDERE, M. L.; PRADO, J. L. (Org.) **Patrimonio, Ciencia y Comunidad: su abordage em los partidos de Azul, Olavarría y Tandil**. Tandil. Yguapa. UNCPBA. 2009. p. 47 – 65.

**Entrevista I** [janeiro de 2014]. Entrevistadores: SILVA, A. F. S.; GASPAR, P. H. S. Caxingó, 2014. 1 arquivo mp3 (74,9 MB). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

**Entrevista II** [janeiro de 2014]. Entrevistadores: SILVA, A. F. S.; GASPAR, P. H. S. Caxingó, 2014. 1 arquivo mp3 (251 MB). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

**Entrevista III** [janeiro de 2014]. Entrevistadores: SILVA, A. F. S.; GASPAR, P. H. S. Caxingó, 2014. 1 arquivo mp3 (177 MB). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

**Entrevista IV** [janeiro de 2014]. Entrevistadores: SILVA, A. F. S.; GASPAR, P. H. S. Caxingó, 2014. 1 arquivo mp3 (177 MB). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

FAGUNDES, M.; LARA, L. de S.; LEITE, V. A. Paisagem cultural da área arqueológica de Serra Negra, Vale do Araucaí – MG: os sítios do complexo arqueológico Campo das Flores municípios de Senador Modestino Gonçalves e Itamarandiba. **Revista eletrônica Tarairiú**. Campina Grande, PB, Ano III, v. 1, n. 5. 2012, p. 41 – 66. Disponível em : <  
[http://mhn.uepb.edu.br/revista\\_tarairiu/n5/art2.pdf](http://mhn.uepb.edu.br/revista_tarairiu/n5/art2.pdf)> Acessado em: 8 de novembro de 2013.

FARIA, H. H.; PIRES, A. S. Administração, manejo ou gestão de Unidades de Conservação? In: **VIII Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 8, n. 3, 2012, p. 43-59. ISSN 1980 – 0827.

FARIA, H. H. de; PIRES, A. S. **Atualidades em Gestão de Unidades de Conservação**. In Unidades de Conservação: Gestão e Conflitos. Org. Dora Orth e Emiliania Debetir. Editora Insular. Florianópolis, SC. 2007. Pg. 11-41.

FÁVERA, J. C. D. Parque Nacional de Sete Cidades – Magnífico Monumento Nacional. In: Carlos Schobbenhaus; Diógenes de Almeida Campos; Emanuel Teixeira Queiroz; Manfredo Winge; Mylène Luíza Cunha Berbert-Born. (Org.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1 ed. Brasília: DNPM, CPRM, SIGEP, 2003, v. 1, p. 335-344. Disponível em: < <http://sigep.cprm.gov.br/sitio025/sitio025.pdf>> Acessado em: 20 de junho de 2011.

FERREIRA, L. M.; CASTRO, R. G. S.; CARVALHO, S. H. C. **Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural**. Brasília: IBAMA, 2004. 96 p.

FIGUEIREDO, S. J. L.; PEREIRA, E. S. Gestão do Patrimônio arqueológico para o turismo – análise dos sítios de arte rupestre de Monte Alegre e Serra das Andorinhas, Brasil. **FUMDHAMENTOS**, v. 9, p. 1112-1124, 2010.

FONSECA, M. C. L. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2 ed. 2003. P. 83-95.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, n.41, 2001, p. 23-32.

HARRISON, R. What is heritage? In: R. Harrison (ed) **Understanding the politics of heritage**. Manchester University Press in association with the Open University, Manchester and Milton Keynes, 2010. Pp. 5-42

HODDER, I. Interpretación en Arqueologia. Corrientes actuales. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

HOWARD, P.. **Heritage: Management, Interpretation, Identity**. New York, Continuum International Publishing Group, 2003. 289p.

ICOMOS; Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Burra**. 1980. 5 p. Disponível em: < [http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Burra\\_1980.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Burra_1980.pdf)> Acessado em: 20 de out. de 2010.

ICOMOS. **Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios**. Veneza, 1964. 4 p. Disponível em: < [http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Veneza\\_1964.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf)> Acessado em: 20 de out. de 2010.

ICOMOS. **Declaração de Sofia**. XI Assembléia geral. Sofia, 1996. 2p. Disponível em:< [http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao\\_de\\_Sofia\\_1996.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao_de_Sofia_1996.pdf)> Acessado em: 30 de out. de 2011.

ICOMOS; ICAHM. **Carta para proteção e gestão do patrimônio arqueológico**. Lausanne, 1990. 7p. Disponível em: [http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Lausanne\\_1990.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Lausanne_1990.pdf) > Acessado em: 30 de ago. de 2010.

ITÁLIA. Ministério de Instrução Pública. **Carta do Restauro**, 1972. 18p. Disponível em: < [http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_do\\_Restauro\\_1972.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_do_Restauro_1972.pdf)> Acessado em: 21 de nov. de 2010.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL; FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**. Plano de Manejo do Parque Nacional de Setes Cidades. Brasília. 1979. 61p. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PARNA%20SETE%20CIDADES.pdf>> Acessado em: 25 de novembro de 2013.

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ; FUNDAÇÃO CULTURAL E DOS DESPORTOS DO PIAUÍ**. Prospecção e cadastramento de sítios do Estado do Piauí. 1996.

GAMEIRO, F. Gestão dos Bens Culturais: estudo de caso Engenho do Poço Comprido. Vicencia/PE. In: **Anais... IV Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP**. 2008. P. 641 – 649.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org. ) **Métodos de Pesquisa**. Editora UFGRS. Porto Alegre. 2009. 120p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODARD, O. **A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação**. IN: VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques (Org.). Trad. Por Anne Sophie de Pontbriand-Vieira e Christilla de Lassus. Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo, SP: Cortez Editora. 1997. P. 201-267.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003. P. 21 – 29.

\_\_\_\_\_. Os limites do Patrimônio. In: LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (Org.) Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. P. 239 – 248. IPHAN. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. **IPHAN**. Disponível em: <<http://sistemas.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em: 8 nov. 2011.

GUIDON, N. O Parque Nacional Serra da Capivara: Modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. **Revista do Patrimônio** Nº 33: Patrimônio Arqueológico: O desafio da sua preservação; org. Tânia Andrade Lima; IPHAN, MinC, Rio de Janeiro. P. 75-93. 2007

\_\_\_\_\_, N. Tradições Rupestres na Área Arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. *Revista ClioArqueológica*, Recife, n. 7, 1985, p. 5–10.

LAGE, M. C. S. M.. Contribuição da Química ao estudo de Material arqueológico. **FUMDHAMentos**, São Raimundo Nonato, v. 1, n. 2, p. 157-264, 2001.

\_\_\_\_\_.; CAVALCANTE, L. C. D.; GONÇALVES, A. S. Intervenção de conservação no Sítio Pequeno, Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí – Brasil. **Fumdhamentos**. 1(6):115-124, 2007.

\_\_\_\_\_. M. A conservação de sítios de arte rupestre, Revista do Patrimônio N° 33: Patrimônio Arqueológico: O desafio da sua preservação; org. Tânia Andrade Lima; IPHAN, MinC, Rio de Janeiro, p. 95-107, 2007.

\_\_\_\_\_.; BORGES, J. F.; ROCHA JÚNIOR, S. dos S. Sítios de Registros Rupestres: Monitoramento e Conservação. **Mneme**, Recife, v. 1, n. 1, p. 01-24, 2005.

\_\_\_\_\_. ; Borges, J. F. A Teoria da Conservação e as Intervenções na Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada – BPF, IN: **CLIO** n° 16, ISSN 0102–6003, Ed. UFPE, 2004.

\_\_\_\_\_, M. C. S. M.; SILVA, J. C. Problemas de Conservação dos sítios arqueológicos do Parque Nacional de Sete Cidades. **CLIO. Série Arqueológica** (UFPE), v. 25, p. 197-205, 2010.

\_\_\_\_\_, M. C. S. M.; SIQUEIRA, A. C. C. de ; NEIVA, D. M. ; VERAS, L. A preservação e conservação do sítio Letreiro do Quinto – Pedro II – PI. **FUMDHAMentos**, v. IX, p. 1021-1027, 2010.

\_\_\_\_\_, M. C. S. M.; ALENCAR, L. L. ; GOMES, G. C.; PORTO, F. ; ROCHA, E. A.; SILVA, A. F. S . O sítio Letreiro da Torre I: patrimônio arqueológico e problemas de conservação. **FUMDHAMentos**, v. IX, p. 1029-1034, 2010.

\_\_\_\_\_, M. C. S. M.; SILVA, J. C. ; MAGALHÃES, S. M. C. ; CAVALCANTE, L. C. D. ; SANTOS, L. M. dos ; FERRARO, L. . Pedra do Castelo: um exemplo de aplicação da arqueometria na conservação patrimonial. **FUMDHAMentos**, v. IX, p. 1035-1045, 2010.

\_\_\_\_\_, M. C. S. M.; OLIVEIRA, K. B. da S.; LAGE, A. L. M.; MENDES JUNIOR, J. Q.; SOUSA, M. C. P. Sítio Estrada da Morada Nova: um exemplo de intervenção de conservação. **FUMDHAMentos**, v. IX, p. 1009 – 1019, 2010.

\_\_\_\_\_, M. C. S. M.; CAMPELO, S. M. LAGE, W. ; SILVA, J. C. ; CAVALCANTE, L. C. D. ; LAGE, A. L. M. . Plano Diretor do Turismo Arqueológico do Piauí. In: **I Congresso Internacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 2007, Florianópolis. Anais dom Congresso da SAB. Florianópolis: UFSC, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991. 249 p.

LASMAR, T. **A gestão dos museus e do patrimônio no Brasil na modernidade contemporânea e as práticas turísticas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado), 2002. 129p.

LE GOFF, J. “Memória”. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 11. Memória - História. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1984.

MAGALHÃES, S. M. C.; RODRIGUES, P. R. A.; OLIVEIRA, K. A. R. de; SILVA, F. J. L. A preservação e conservação do sítio Pedra do Americano. PARNA Sete Cidades, Piracuruca – PI. **FUMDHAMentos**, v. IX, p. 1047 – 1056, 2010.

MANGANO, S. **Evolución del concepto de planificación territorial ver Italia**. Terra Livre. São Paulo, SP. 2002. 18(1):85-94.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

\_\_\_\_\_, G. A; ASÓN, I. A Tradição Nordeste na Arte Rupestre do Brasil. **Revista CLIO – Arqueológica**, n. 14. Recife, 2000. p. 99 – 109.

MENDES, M. M. de S. Categorias e distribuição das Unidades de Conservação Estado do Piauí. **Revista Diversa**. Ano 1. n. 2, 2008. P. 35 – 53. Disponível em:

[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed2ano1\\_artigo02\\_Marlete\\_Mendes.PDF](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed2ano1_artigo02_Marlete_Mendes.PDF). Acessado em: 18 de janeiro de 2014.

MENESES, U. T. B. DE. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: **Anais... I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. P. 25-39.

MILANO, M. S. Unidades de Conservação no Brasil: Mitos e Realidade. IN: **3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL: A PROTEÇÃO JURÍDICA DAS FLORESTAS TROPICAIS**. *Anais...* 30 de maio a 02 de junho de 1999. São Paulo, SP: Ed. Antonio Hermann de Vasconcelos e Benjamin, 1999. Vol. I. p. 307-316.

MILANO, M. S.; BERNARDES, Â. T.; FERREIRA, L. M. **Possibilidades alternativas para o manejo e o gerenciamento das unidades de conservação**. Brasília, BR: IBAMA/ PNMA, 1993. 123 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura. **MINISTÉRIO DA CULTURA**. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/pnc/>>. Acesso em: 9 abr. 2011.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ – MEMÓRIA**. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, 1980. 141p. Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3304>> Acessado em: 15 de janeiro de 2014.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**; A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB; Série Biodiversidade, n° 1, Brasília, 2000.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**. Projeto Mapa Todos. Carta Imagem Área de Proteção Ambiental – CE/PI. Escala 1: 300.000, 2006. Disponível em: <

[http://siscom.ibama.gov.br/mpt/CE/UC/APA\\_SERRAIBIAPABA\\_CE\\_A0.pdf](http://siscom.ibama.gov.br/mpt/CE/UC/APA_SERRAIBIAPABA_CE_A0.pdf)> Acessado em: 25 de junho de 2013.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Decreto nº —. 340, de 22 de Agosto de 2002. 2Ed. Aumentada. Brasília: MMA/SBF. 52p.

MOLINARI, R.; L. FERRARO; H. A. PARADELA Y A. CASTAÑO. **Odisea del Manejo: Conservación del Patrimonio Arqueológico y Perspectiva Holística.** 2do. Congreso Virtual de Antropología y Arqueología. 2001. Disponível em: [www.naya.org.ar](http://www.naya.org.ar). Acessado: 23 de junho de 2013.

OJIDOS, F.; RIZZIERI, J. B. M. **Caminho das Pedras: manual de acesso às fontes de recursos públicas nacionais para proprietários de RPPN.** SANTOS: FREPESP, 2009. 128p.

OLIVEIRA, A. F. B. de. O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. In: **Cadernos CEOM – Bens Culturais e Ambientais.** Ano 21, N. 29, 2008.

PARDI, M. L. F. A Preservação do Patrimônio Arqueológico e Turismo. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional,** Brasília, v. 33, p. 305-337, 2007, p. 305.

\_\_\_\_\_. **Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação.** 2002. 289 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural – Área de Concentração Arqueologia). – Universidade Católica De Goiás, Goiânia, 2002.

PESSIS, Anne – Marie. Os estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. **Revista CLIO – Arqueológica,** 2002. p.29 – 44.

PLOG, F. Cultural Resouce Management and The “New Archaeology”. IN: Redman, C.L. et al. (ed.). **Social Archaeology.** Academic Press, 1978.

POULOT, D. A razão patrimonial na Europa do Século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 34. 2012. p. 27 – 44.

**Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí:** diagnóstico do município de Caxingó / Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004. Disponível em: < <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/147.pdf>> Acessado em: 20 de Dez. de 2010.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira.** UNB, 1991.

RABELLO, S. **O estado na preservação de bens culturais: o tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. 156p.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueología: Teorías, Métodos e Prácticas.** Madrid: Akal, 1993.

**REPAMS.** Guia para criar e implementar Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Campo Grande, MS: Gibim, 2006. 80p.

RODRIGUEZ, J. M. M. **Planificación y gestión ambiental.** Ministério de Educación Superior. Universidad de La Habana. Facultad de Geografía. Apostila de Curso. 2000. 53p.

RODRIGUES, F. L. L. **A proteção do patrimônio cultural. Competências constitucionais municipais e o direito de construir regulado pela Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).** Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 58, ago. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3160>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

SALVIO, V. L. **Paisagens dos sítios de pinturas rupestres da região de Diamantina – MG.** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, C. R. DOS. **NOVAS FRONTEIRAS E NOVOS PACTOS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL.** *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.2, pp. 43-48. ISSN 0102-8839. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8576.pdf> Acessado: 5 de junho de 2013.

SANTOS, M. O presente como espaço. In: **Pensando o passado do homem.** São Paulo: Hucitec. 1982.

**SEMAR/ANA.** Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí/ Agência Nacional de Águas. Atlas do Abastecimento de Água do Estado do Piauí: abastecimento de sedes municipais com menos de 5 mil habitantes. Resumo Executivo. Teresina. 2005. 38p.

SCHLANGER, S. Recognizing Persistent Places in Anasazi Settlement Systems. IN: ROSSIGNOL & WANDSNIDER. **Space, Time, and Archaeological Landscapes.** New York and London: Plenum Press, 1992. pp. 91-112.

SCIFONI, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural.** São Paulo: Labur Edições, 2008, 199p.

SHANKS, M. Public Archaeology/Museology/Conservation/Heritage. In: BAHN, P; RENFREW, C. **Archaeology: The Key – concepts.** Routledge Francis and Taylor Group. 2005. 208p. Disponível em: <http://arqueologiaeprehistoria.files.wordpress.com/2013/07/renfrewbahn-eds-archaeology-the-key-concepts.pdf> > Acessado em: 5 de maio de 2013.

SCHEFFLER, S. M.; SILVA, C. F. da; FERNANDES, A. C. S.; FONSECA, V. M. M. da. Crinóides da borda leste do Parnaíba (Formação Cabeças, Devoniano Médio). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Nat.**, Belém, v. 5, n. 2, 2010. p. 165-173. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/bmpegc/v5n2/v5n2a04.pdf>> Acessado em: 20 de janeiro de 2014.

SILVA, J. C; ARAÚJO, I. L.; OLIVEIRA, K. B. da S.; GOMES, H. K. T.; GASPAR, P. H. S. Estudo e Conservação no sítio Letreiro do Ninho do Urubu, Castelo do Piauí. **FUMDHAMentos**, v. IX, p. 1005 – 1008, 2010.

SOUSA, N. V. de. **Conservação ambiental na Área de Tensão Ecológica da parte setentrional da Bacia do Parnaíba.** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Piauí, TROPEN, 2007. 157f.

STANLEY PRICE, N. What makes a conservation treatment acceptable or not? Preserving our Rock Art Heritage. **Proceedings from the Symposium on Rock Art Conservation and Protection.** Fourteenth Annual ARARA Conference. Eds Helen K. y P. Crotty, 1989. pp. 17-22

SUGUIO, K.; FULFARO, V. J. Geologia da margem ocidental da Bacia do Parnaíba (Estado do Pará). **Boletim do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo**, v. 8, 1977. P. 31 – 54.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**. V. 7. Ano VIII. N. 2. 2010. Disponível em: <[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)> Acessado em 24 de junho de 2013.

UNESCO. **Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural.** Paris, 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>. Acesso em: 25 de out. de 2011

UNESCO. **Recomendação Paris. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** 17 de outubro de 2003. 15p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 25 de out. de 2011.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS. **Conferência sobre a autenticidade em relação a convenção do patrimônio mundial.** Nara, 1994. 3p. Disponível em: <[http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Nara\\_1994.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Nara_1994.pdf)> Acessado em: 30 de out. de 2011.

UNESCO OFFICIAL SITE. Disponível em: <http://en.unesco.org/>. Acessado em: 20 de janeiro de 2014.

VAZ, P. T.; REZENDE, N. das G. de A. da M.; WANDERLEY FILHO, J. R.; TRAVASSOS, W. A. S. Bacia do Parnaíba. **Boletim de Geociências da Petrobrás.** Rio de Janeiro, v. 15, n.2, 2007. P. 253-263.

VIOLIN, J. Tutela jurisdicional do patrimônio cultural. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 5, n.8, p. 251-264, jan./jun. 2010.

VILLAR GARCÍA, E. Metodología y modelización en el estudio de la conservación del arte rupestre. In: **La protección y conservación del arte rupestre paleolítica** Mesa redonda Hispano-Francesa, Asturias. 1991. : pp. 137-140

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 615 p.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W C. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável.** *Ver. Bras. Hist.* [online]. 2006, vol.26, n.51, pp. 251-262. ISSN 1806-9347.

**APÊNDICE A - Termo de autorização para gravação de voz.**

Eu, \_\_\_\_\_, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa de mestrado intitulada “Área Arqueológica Serra do Morcego, Caxingó (PI): proteção, conservação e manejo de sítios arqueológicas de registros rupestres” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, os pesquisadores Ana Flávia Sousa Silva e Pedro Henrique Santos Gaspar a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação que será enviada por email;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa Ana Flávia Sousa Silva, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

---

**Assinatura do participante da pesquisa**

---

**Assinatura e carimbo do pesquisador responsável**

**APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Ana Flávia Sousa Silva, do Programa de Pós – Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, que pode ser contatada pelo e-mail [naflaviass@gmail.com](mailto:naflaviass@gmail.com) e pelos telefones (86) 8838 - 2751 e (86) 9928 - 5050.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com os moradores das proximidades da Fazenda Lagoa do Barro, município de Caxingó (PI), visando, por parte da referida aluna a realização do projeto de pesquisa de mestrado intitulado “Área Arqueológica Serra do Morcego, Caxingó (PI), proteção, conservação e manejo de sítios arqueológicos de registros rupestres”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita.

Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestranda providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento que será enviada por meio eletrônico a partir do fornecimento de email para contato. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

---

Assinatura do entrevistado

## APÊNDICE C – Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com moradores localizados nas residências rurais próximas a propriedade que limita a Serra do Morcego. A identidade dos entrevistados manter – se – ão preservadas para evitar qualquer tipo de ônus que, por ventura, possa gerar.

**Entrevista I.** [19 de janeiro de 2014]. Entrevistadores: SILVA, A. F. S.; GASPAR, P. H. S. Caxingó, 2014. 1 arquivo mp3 (74,9 MB). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

**Pergunta:** Você já visitou os sítios arqueológicos da Serra do morcego?

- Já... vários... a metade, mais ou menos

**Pergunta:** O que você achou do local, da paisagem, das próprias pinturas rupestres?

- Lá é muito bom, o clima lá é agradável, muito bonito as pinturas

**Pergunta:** Quando você visitou os sítios foi sozinho ou guiado por alguém?

- Por conta própria mesmo

**Pergunta:** No caso, se existisse uma estrutura para desenvolver o turismo nos sítios arqueológicos, você visitaria?

- Visitaria!

**Pergunta:** Você conhece mais alguém que conhece os sítios?

- Tem uns amigos ali, no jenipapo que foram também... aqui perto, uns três, quatro quilômetros.

**Pergunta:** O que os mais velhos contam sobre essa serra, tem alguma história, alguma lenda?

- Não!

**Pergunta:** O que te mais atraiu a visitar a serra?

- Foi... falaram que lá era muito bom né sinhô, paisagem lá era agradável, era boa.

**Pergunta:** Alguém falou sobre as pinturas?

- falaram que era bonita, né...o pessoal antigo que fizeram..aí fui lá conhecer.

**Pergunta:** Você tem ideia do significado ou importância daquelas inscrições? já estudou no colégio alguma coisa referente a história?

- já...

**Pergunta:** Você acha que morava gente nessa serra antigamente?

- Eu acredito que morava gente lá.

**Pergunta:** Você consegue reconhecer nas pinturas algum elemento da natureza local?

- Tem de alguns animais, né?!

**Pergunta:** Você imaginou como era o modo de vida das pessoas naquele lugar?

- Eu imaginei que eles moravam ali, embaixo daquelas pedras.

Pergunta: E como eles viviam?

- Eles viviam do alimento do próprio lugar.

**Pergunta:** Você sente falta de mais informações sobre a Serra?

- Não!

Pergunta: É comum você ver pessoas visitando a serra?

- É! Sempre vai gente visitar lá.

**Pergunta:** Daqui da região ou de fora?

- Mais aqui da região mesmo.

**Pergunta:** E as pessoas buscam ir por lazer ou por curiosidade?

- Os dois... por lazer e por curiosidade

**Pergunta:** Tem alguma época do ano que aumenta a procura pela visitaçãõ?

- É constante mesmo.

**Entrevistador:** Obrigada pelas pela entrevista.

**Entrevista II.** [19 de janeiro de 2014]. Entrevistadores: SILVA, A. F. S.; GASPAR, P. H. S. Caxingó, 2014. 1 arquivo mp3 (251 MB). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

**Pergunta:** Você conhece os sítios arqueológicos da Serra do Morcego?

- Conheço

**Pergunta:** Você foi lá porque estava em grupo ou por vontade própria?

- Eu já fui em grupo, já fui só, fui várias vezes, de vez em quando a gente vai lá pra vê como é que está.

**Pergunta:** O que foi que você achou do local, do sítio, das pinturas?

- É um local muito bonito, é um local que é importante, eu acho que ali esconde, tipo um segredo da antiguidade, né?!... E a gente vê aquelas letras sem a gente poder descobrir o que tá escrito, né?!...E vê aqueles desenhos que tem lá muitos anos, nem sabe nem por quem foram feitos, né?!... Então, acho importante ali o parque, muito bonito também

**Pergunta:** Você acha que se tivesse uma estrutura pra receber o pessoal que quer visitar os sítios arqueológicos, você acha que facilitaria a visita aos sítios?

- Com certeza, seria importante, tivesse uma estrutura pra que as pessoas visitassem mais, tivesse um acesso melhor pra o povo visitar, por que essa serra ela é vista, muitas pessoas visitam, as vezes conhecem, mas o acesso é difícil ir até lá, muitos tem vontade de ir mas quando chega aqui na entrada vê o difícil acesso e voltam logo daí.

**Pergunta:** Você acha o acesso aos sítios difícil, mediano ou fácil?

- Médio, não muito fácil e nem tão difícil, é médio

**Pergunta:** Você acha que há visitação por parte das pessoas que moram aqui ao redor da serra?

- É pouco por parte deles, são poucos que vão lá, as vezes vão por folia, vai uns e o outro acompanha também, mas é poucos que vão, moram tão perto mas é poucas pessoas que vai visitar.

**Pergunta:** Você consegue imaginar o significado dos sítios arqueológicos?

- Olha a gente imagina, até por que tem algumas pessoas mais velhas que contam história do sítios, inclusive essa pista antes de ser BR, de ser asfáltica, ela era de piçarra e eles passavam no pé da serra né, então eles vinham, muitas pessoas, antigamente os carros eram muito difícil, passava um carro hoje, outro daqui a uma semana e muitos deles acampavam no pé da serra naquelas pedras ficavam ali, também tinha os comerciantes, os comboieiros e paravam lá pra se hospedar naquelas furnas de pedra ali, e tem muita história...dizem que eles ouviam vozes, ouvia aqueles ruídos, mas nunca decifraram o que era realmente, né...e tem essa história da serra do morcego né, e a gente fica na curiosidade querendo saber mais e não tem como.

**Pergunta:** Além dessas histórias, você conhece mais alguma?

- Só essa mesmo, que dizem também que é um local que é encantado, que tem uma princesa, que tem uma santa, inclusive, já baixou um helicóptero um ano desse em cima da serra e pagaram promessa né, soltaram foguetes aquele negócio, e os moradores que tinham famílias que moravam lá bem próxima da serra, eles diziam que tinha realmente essa santa, né?!... Você olhava de longe e vê perfeitamente uma santa, uma imagem, quando você chega bem próximo é uma pedra, uma pedra bem grande, muitos marimbondos, aquela abelha amarela e aí a pessoa não se aproxima muito por conta disso... então, a gente fica curioso, né?!... Pra saber mais coisa da serra, mas falta como a gente acabou de falar, o acesso é, falta mais incentivo, falta mais as pessoas ir em grupo juntas, né?!... Pra gente... vamos descobrir ali, vamos mais ali, mas aí, vai um, dois, aí vê logo de longe já vem logo embora, as vezes vai logo lá do outro lado vê... tem a história de um caçador que ele começou a caçar na serra e entrou e se aprofundou e subiu, depois ele não sabia aonde tava, ficou perdido no sonho, ele teve um sonho, aí ele viu uma cidade né, ele viu essa cidade e aí como todo caçador é louco por arma, por espingarda, né?!... Aí disse que apareceu uma moça muito bonita, muito bela na frente dele, onde tinha tanta coisa,

tanta joia, era comércios e mais comércios, aí a moça falou pra ele, escolha desse comércio o que você quiser, o que você quiser eu lhe darei, aí tudo que ele viu tudo que ele se engraçou foi de uma espingarda cartucheira, uma CBC. Ele disse: eu quero essa espingarda! Quando ele pegou a espingarda ele acordou, e nem a dele ele encontrou mais, tinha perdido até a arma dele ... (risos). Então, são muitas histórias nessa serra aqui, a gente fica muito curioso, querendo descobrir mais, mais a serra do morcego tem umas histórias muito bonitas mesmo realmente.

**Pergunta:** Você já viu alguma reportagem sobre a serra do morcego? Em qual veículo de comunicação?

- A antena 10 já teve aqui, já fez aqui... inclusive o dono aqui tá, ele tá tentando agora, realmente melhorar o acesso, né?! E tá querendo fazer algo pra chamar mais o....ele quer melhorar o acesso, ele quer fazer uma área pra que as pessoas possam ir até lá em cima, lá em cima ter restaurante, entendeu?! Fazer uns saltos de parapente, pro cabra subir e pousar lá embaixo.

**Pergunta:** O que chama mais atenção na serra, a questão da paisagem ou dos sítios arqueológicos?

- Os dois. As pessoas vão pelo atrativo natural e quando chegam lá, muitos nem sabem que tem aquelas letras, aqueles desenhos, quando chegam lá se encantam que viu aquilo, aí sai andando vendo mais, e vai até muito longe, e muitos locais já, por que é abandonado a árvore subiu, as raízes desceram aí matou muitos. Tem que ir lá limpar pra tornar mostrar, né?! Que tem muitos locais encobertos pelas raízes das árvores.

**Pergunta:** Então, você acha importante existir um trabalho de manutenção, de conservação dos sítios?

- Com certeza! Com certeza! Um trabalho de manutenção pra zelar pra ficar ainda melhor pras pessoas vir, ver mais, descobrir mais, era muito importante a manutenção do parque, era importante.

**Pergunta:** Você acha que um turista desconhecido que deseja obter informações pra visitar a serra, vai conseguir através da comunidade?

- Olha, é o seguinte... primeiro você pra chegar até lá, pela preservação, que o dono proibiu caçar lá, então, pela preservação ele colocou um portão lá na entrada, então primeiro tem a fazenda do sogro dele, tem que chegar até a fazenda e pedir pra visitar, eles aceitam com certeza, eles aceitam, eles não aceitam, é tipo assim: aquele povo que vem e vão lá caçar na serra, vamos ver lá, aí as pessoas chegam, querem ir...não, ele, primeiro, ele não querem, que é o certo, não deixarem sujeiras, não deixar sacos plásticos, nem garrafas pet, essas coisas, ter cuidado com o

fogo pra não fazer queimadas, né?! Então, mas com certeza as pessoas chegando pra visitar eles aceitam, tranquilamente.

**Pergunta:** Você acha que a criação de um parque, de um local de visitação vai trazer muito movimento aqui pra região?

- Com certeza! Se ele fizer o que ele tá planejando, ele vai além de atrair turistas, atrair pessoas pra visitar, ele vai gerar renda, gerar emprego, porque vai precisar de pessoas pra trabalhar né.

**Pergunta:** Na comunidade tem pessoas que se interessariam em trabalhar na serra?

- Com certeza! Aqui tem muitos jovens que é desempregado, tem pessoas que são capacitadas, até mesmo como guia, tem umas que conhecem aí bacana, mas no momento não tem o trabalho.

**(Interferência de uma terceira pessoa)** - Agora, recentemente em Caxingó, formaram umas duas moças em turismo, e a monografia delas foi sobre a serra do morcego, a Jacimara e a Francisca.

**Entrevistado II** (Cont... ) – Então, a gente vê essas duas moças formadas bem aqui, temos dentro do município um parque desse aqui e elas vão ter que sair pra um local bem mais distante pra procurar serviço, se poderia trabalhar bem aqui, né?!

**Pergunta:** Mais alguma declaração?

- Acho que é só isso mesmo.

**Entrevistador:** Obrigada!

**Entrevista III.** [19 de janeiro de 2014]. Entrevistadores: SILVA, A. F. S.; GASPAR, P. H. S. Caxingó, 2014. 1 arquivo mp3 (177 MB). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

**Pergunta:** Você já visitou a Serra do Morcego?

- Já visitei várias vezes, só que todas as vezes que visitei foi em grupo, sempre foi com alguma pessoa.

**Pergunta:** Esse grupo de vocês já tinha conhecimento da serra?

- A gente já visitou várias vezes... por curiosidade mesmo, a gente já visitou várias vezes.

**Pergunta:** E lá, o que foi que mais atraiu?

- Eu acho que o conjunto em geral, a beleza da paisagem, as pinturas, lá tem um olho d'água que nasce de uma pedra que é muito interessante também, uma água natural... eu conheço os dois lados da serra, eu já escalei os dois lados lá.

Pergunta: Qual o nome que é mais conhecido: Serra do morcego ou é Arco do Covão?

- Serra do Morcego é conhecido pelos antigos, mas os jovens conhecem por Arco do Covão.

(Interferência de terceiro): Mas na história do Piauí, onde todas as serras do Piauí, ela tá como Serra do Morcego. Agora, lá chamam Arco do Covão justamente por que também como ele falou, tem um olho d'água que nasce embaixo da pedra e você passa pro outro lado, como se tivesse que subir uma escada, por baixo de um arco de pedra, que dá em torno de 100m, aí você pode passar até chuva embaixo, não se molha que é muito grande.

**Pergunta:** (Cont...) Na opinião de vocês é o local mais bonito?

(Terceira pessoa): É, realmente, é o local mais bonito lá, quando você chega lá você se encanta.

Entrevistado IV: - Lá tem uma parte mais alta que é conhecido por mirante, né?! Pedra do mirante, que os alunos geralmente quando usam em tese de mestrado, em monografia, usa por mirante.

(Terceira pessoa): - E lá tem uma outra serra, que chamam de casa de pedra.

**Pergunta:** Você acha que se tivesse uma infraestrutura para o turismo, melhoraria a visitação?

- Acho que melhoraria bastante, por que ia ser mais divulgado nos veículos de imprensa, eu acho que ajudaria bastante, seria um grande incentivo pra região em termos de pesquisa, de geração de emprego e renda.

Pergunta: Você acha que existe uma diversidade de fauna passível de estudos na serra do morcego?

- Com certeza, tem espécies de macacos, de onça, de vários tipos de animais, de passáros.

(Terceira pessoa): - Tem o mocó, que ele é um animal dificilmente visto hoje, tem a cutia, o tatu, a paca, esses animais tem lá na serra.

**Pergunta:** Mais alguma declaração.

- Não!

**Entrevistador:** Obrigada!

**Entrevista IV.** [19 de janeiro de 2014]. Entrevistadores: SILVA, A. F. S.; GASPAR, P. H. S. Caxingó, 2014. 1 arquivo mp3 (177 MB). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

**Pergunta: O que o senhor conhece sobre a Serra do Morcego?**

A primeira estrada aqui, passava naquele pé de serra ali, vinha de Teresina cortava aqui e passava com destino a Buriti dos Lopes e Parnaíba. Não tinha essa BR aqui... essa Br veio por

último, né?!... De lá pra cá é que veio aparecer mais coisas, aqui só era mato não tinha nada. As casas aqui eram muito longe, só tinha casa na Palmeira, Buriti de dentro, no... ali na tapera do Zé Maria de Brito, aqui no Barro, vem até aqui na Santa Barbara, aqui no Mocambo e daqui pra frente...

**Pergunta:** Qual o tipo atividade era desenvolvida na Lagoa do Barro?

- Aqui era gado... todo tempo foi fazenda. Fui vaqueiro muitos anos também... fuui!
- Conheço demais! Quando eu vim do pé de Serra, trabalhei sete anos aqui.
- Andava por isso tudo, conheço tudo!
- Essa Serra bem aqui em frente você não sobe, você sobe lá naquela frente ali... de acolá você sobe... muito ruim, mas você sobe. Agora, subida boa é lá por perto traz. Aquela lá perto da estrada vem assim [!] Hoje os meninos têm até uma estrada que ele fez com uma máquina aí. Ele fez uma estrada que é rampada e de lá ele cortou outra estrada e desceu a Serra.

**Pergunta:** Quando o senhor andava pelo Arco do Covão, o senhor parava para olhar?

- Parava demais, descia do cavalo, eu andava, me sentava, eu andava e fica olhando o letreiro que tem rastro de gente, tem mão de gente.

**Pergunta:** O que o senhor acha do letreiro?

- Isso é coisa do tempo dos índios... do tempo dos índios. Interessante é aquela pintura vermelha, ninguém sabe se aquilo era uma tinta, se aquilo era um sangue, mas que nunca largaram, eram todo tempo assim!
- Nessa Serra aqui, tem o arco bonito, lá na frente, entra na mata e tem outro lugar que chama a Casa da Pedra, né?! A casa da pedra... mais embaixo tem o olho d'água, Covão!... Que uma água... hoje tá tudo seco, mas de primeiro tinha uns correntes que ia aqui do olho d'água do Covão passava na Tomásia e saia no tableirinho. Isso ai era muito bonito, tinha muita onça, tinha muita caça... hoje tem muita onça... onça véa [!] solta por ai, caça tem bem pouca, mas onça tem muito. O que mais tem ai é onça, ai por cima.
- Aqui tem a onça maçaroca e a vermelha...
- Tem o gato, a raposa, macaco, guariba, capelão...

**Pergunta:** E a vegetação, quais as espécies mais comuns?

- Tem o coco, o coco babaçu, tem a gameleira, tem muita fruta, tem a Mirandiba... tem jatobá muito, tem o jenipapo, tem tutu rumba, tem a Guabiraba, tem o quebra bucho, tem muitafruta do mato...

**Pergunta:** Quais tipos de histórias estão relacionadas a Serra do Morcego?

- Humm... o que eu sei é que ai já andaram diversas pessoas correndo a Serra, colocaram bases lá em cima, que hoje em dia ninguém vê mais porque o matou tomou... eles botaram uma base lá em cima, que quando a gente vinha de longe a gente via lá que ele clareava... e lá o menino mexeu por lá e não sei se tirou. De longe ela dava o reflexo na gente...

- Já vieram também uns cabras da Petrobrás...

- Também tem uma Santa... essa santa dizem que é nossa senhora de Sant'ana, de perto você vê, de longe você a santa com um livro embaixo do braço, quando você chega você não pode chegar porque os marimbondos não deixa.

- Eu acompanhei os cabras da Petrobrás que vieram num Jipão, que eu andei com eles.

- Essa Serra é muito importante!

- Sempre essa Serra é visitada... gente de fora que aparece e pede pra visitar.

- A história da Serra é bonita... é uma serra encantada.

**Entrevistador:** Obrigada pelo depoimento.